



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**DISSERTAÇÃO**

***ARAPOSA E O LEÃO: AS REDES DE PODER E DE SOCIABILIDADES DE***  
**GOMES FREIRE DE ANDRADA (1733-1763) E D. ANTÔNIO ÁLVARES DA CUNHA**  
**(1763-1767) DURANTE SUAS ADMINISTRAÇÕES NO RIO DE JANEIRO**  
**COLONIAL**

**ISABELA DANTAS SAMPAIO**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

***ARAPOSA E O LEÃO: AS REDES DE PODER E DE SOCIABILIDADES DE***  
**GOMES FREIRE DE ANDRADA (1733-1763) E D. ANTÔNIO ÁLVARES DA CUNHA**  
**(1763-1767) DURANTE SUAS ADMINISTRAÇÕES NO RIO DE JANEIRO**  
**COLONIAL**

**ISABELA DANTAS SAMPAIO**

*Sob a orientação da Professora*

**Dra. Mônica da Silva Ribeiro**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**, no Programa de Pós-Graduação em História, Área de Concentração Relações de Poder, Trabalho e Práticas Culturais.

Rio de Janeiro – RJ

2025

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S192r Sampaio, Isabela Dantas, 1997-  
A raposa e o leão: as redes de poder e de  
sociabilidades de Gomes Freire de Andrada (1733-1763)  
e D. Antônio Álvares da Cunha (1763-1767) durante suas  
administrações no Rio de Janeiro colonial / Isabela  
Dantas Sampaio. - Rio de Janeiro, 2025.  
139 f.

Orientadora: Mônica da Silva Ribeiro.  
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro, Mestrado em História/PPHR -  
Seropédica, 2025.

1. Administração colonial. 2. Rio de Janeiro. 3.  
Império português. I. Ribeiro, Mônica da Silva, 1981-,  
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de  
Janeiro. Mestrado em História/PPHR - Seropédica III.  
Título.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**



**TERMO Nº 127 / 2025 - PPHR (12.28.01.00.00.49)**

**Nº do Protocolo: 23083.009307/2025-65**

**Seropédica-RJ, 26 de fevereiro de 2025.**

Nome do(a) discente: ISABELA DANTAS SAMPAIO

DISSERTAÇÃO submetida como requisito parcial para obtenção do grau de MESTRA EM HISTÓRIA, no Programa de Pós-Graduação em História - Curso de MESTRADO, área de concentração em Relações de Poder e Cultura.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM : 25 de fevereiro de 2025

Banca Examinadora:

Dr. FABIANO VILAÇA DOS SANTOS, UERJ Examinador Externo à Instituição

Dr. THIAGO RODRIGUES DA SILVA, CEFET/RJ Examinador Externo à Instituição

Dra. MONICA DA SILVA RIBEIRO, UFRRJ Presidente

**(Assinado digitalmente em 26/02/2025 10:23 )**

MONICA DA SILVA RIBEIRO  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptH/IM (12.28.01.00.00.88)  
Matrícula: 1644658

**(Assinado digitalmente em 26/02/2025 12:11 )**

THIAGO RODRIGUES DA SILVA  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 102.801.067-26

**(Assinado digitalmente em 26/02/2025 15:38 )**

FABIANO VILAÇA DOS SANTOS  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 071.249.207-01

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **127**, ano: **2025**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **26/02/2025** e o código de verificação: **95afb4d528**

*Para minha mãe e meu pai, Luciana e Newton*

## **Agradecimentos**

Tantas pessoas estiveram envolvidas das mais diversas formas com a elaboração deste trabalho que seria impossível agradecer de maneira adequada a todos, tanto professores, quanto amigos e familiares. Contudo, é preciso enumerar algumas delas, como minha mãe, Luciana, que sempre me apoiou incondicionalmente, e meu irmão, Pedro, para quem espero ser um exemplo de dedicação e persistência. Eu não poderia deixar de mencionar também meu namorado, Leonardo, companheiro de todas as horas, que me ajudou a formatar as notas de rodapé da presente dissertação enquanto eu chorava porque o processador de texto apresentou incompatibilidades.

Agradeço também aos amigos Raira Beatriz, prof. Leonardo Dias, Gabriel e Leandro, que me incentivaram em momentos difíceis, inclusive quando foi preciso continuar a escrever a dissertação com uma das mãos fraturada e engessada pelo período de 6 semanas.

Contei também com o apoio e atenção da minha orientadora durante todo o processo de escrita, a querida Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mônica da Silva Ribeiro, que me acompanha desde o início da graduação, quando iniciei como bolsista dos projetos de Iniciação Científica sobre os governadores e vice-reis<sup>1</sup>. O Prof. Dr. Marcos José de Araújo Caldas me deu igualmente incentivo durante a graduação e o período de mestrado, me ajudando inclusive com a tradução em latim da frase pertencente à Academia dos Felizes. Tenho um carinho enorme pelos dois. O professor Fabiano Vilaça, da UERJ, também foi muito importante nesta estranha jornada, nos auxiliando diversas vezes nas questões conceituais e teórico-metodológicas, além de nos ceder seu tempo e aceitar fazer parte das minhas bancas avaliadoras (graduação e mestrado) e da qualificação.

Sou igualmente grata à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro por ter me proporcionado a formação acadêmica e me permitir conhecer pessoas tão maravilhosas, além de contar com o apoio da CAPES – o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

---

1 “Perfil social dos governadores da capitania fluminense entre 1711 e 1763” (2019-2020) e “Trajetórias administrativas dos primeiros vice-reis do Estado do Brasil após a transferência da capital para o Rio de Janeiro (1763-1778)” (2020-2021) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Mônica da Silva Ribeiro.

Por fim, deixo meus agradecimentos ao meu pai, Newton, que me incentivou a não desistir dos estudos e sempre dar o melhor de mim. Ele gostaria muito de ter presenciado a minha conquista do mestrado, porém não foi possível para ele estar entre nós desde o ano de 2019. Entretanto, sigo fazendo a cada dia o que ele gostaria que eu tivesse feito, deixando-o vivo dentro de mim.

Obrigada por tudo e que venha o doutorado!

## RESUMO

A presente dissertação teve o objetivo de estudar e comparar as redes de poder e de sociabilidades de dois oficiais régios atuantes no Rio de Janeiro no século XVIII, em uma conjuntura na qual a capitania recebe destaque em relação aos demais territórios ultramarinos do Império português. O primeiro representante régio é Gomes Freire de Andrada, que atuou no cargo de governador da capitania de, aproximadamente, 1733 a 1763. Já o segundo indivíduo, D. Antônio Álvares da Cunha, esteve presente no Rio de Janeiro entre 1763 e 1767, exercendo a posição de vice-rei, no cenário após a transferência da capital. Nesse contexto de governança colonial, ambos construíram e integraram redes de poder e sociabilidades, o que motivou a investigação para mapear estas redes, buscando compreender como essas relações foram utilizadas como ferramentas governativas, para, por fim, compará-las nas diferentes gestões nos embasando nos conceitos de raposa e leão de Nicolau Maquiavel<sup>2</sup>.

**Palavras-chave:** Administração; Rio de Janeiro colonial; Império português.

---

2 MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe** (Trad. Roberto Grassi). 6ª ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2011.



## ABSTRACT

This dissertation aimed to study and compare the power and sociability networks of two royal officials who worked in Rio de Janeiro in the 18th century, at a time when the captaincy stood out in relation to the other overseas territories of the Portuguese Empire. The first royal representative was Gomes Freire de Andrada, who served as governor of the captaincy from approximately 1733 to 1763. The second individual, D. Antônio Álvares da Cunha, was present in Rio de Janeiro between 1763 and 1767, serving as viceroy, in the scenario after the transfer of the capital. In this context of colonial governance, both built and integrated networks of power and sociability, which motivated the investigation to map these networks, seeking to understand how these relationships were used as governmental tools, and finally compare them in the different administrations based on Niccolò Machiavelli's concepts of the fox and the lion<sup>3</sup>.

**Keywords:** Administration; colonial Rio de Janeiro; Portuguese Empire.

---

3 MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe** (Trad. Roberto Grassi). 6ª ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2011.

## **Sumário**

<b>Introdução</b>	<b>11</b>
<b>Capítulo 1 – Contextualização sobre o Império português e a cidade do Rio de Janeiro no século XVIII</b>	<b>20</b>
1.1. Conjunturas político-administrativas do Império português	22
1.2. A cidade do Rio de Janeiro	33
<b>Capítulo 2 – Gomes Freire de Andrada, o Conde de Bobadela</b>	<b>45</b>
2.1. Introduzindo o personagem	46
2.2. “Hércules”: a gestão de Gomes Freire de Andrada (1733-1763)	49
2.3. Raposa e leão	68
2.4. Considerações	78
<b>Capítulo 3 – D. Antônio Álvares da Cunha, o Conde da Cunha</b>	<b>80</b>
3.1. Introduzindo o personagem	81
3.2. “Tântalo”: A gestão de D. Antônio Álvares da Cunha (1763-1767)	85
3.3. Raposa e leão	104
3.4. Considerações	113
<b>Considerações finais</b>	<b>117</b>
<b>Fontes primárias</b>	<b>125</b>
<b>Referências bibliográficas</b>	<b>135</b>

## Introdução

Este trabalho é fruto de pesquisas anteriores, notadamente dos projetos de Iniciação Científica nos quais fui bolsista durante a minha graduação na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, realizados entre 2019 e 2021 – “Trajetórias administrativas dos governadores da capitania do Rio de Janeiro (1711-1763)” e “Trajetórias administrativas dos primeiros vice-reis do Estado do Brasil após a transferência da capital para o Rio de Janeiro (1763-1778)”<sup>4</sup> –, e também um desdobramento do tema que desenvolvi como trabalho monográfico<sup>5</sup> na mesma instituição de ensino. Todos estes estudos, incluindo o presente trabalho, foram realizados sob a orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mônica da Silva Ribeiro.

Dito isto, dentre os diversos oficiais régios estudados pelos respectivos projetos no período compreendido de 1711 a 1778, foram selecionados dois personagens que atuaram como peças-chave na governança do Rio de Janeiro colonial, no contexto em que a capitania paulatinamente se torna mais importante para o Império português, até que ocorre a transferência da capital, da Bahia para o Rio, em 1763: Gomes Freire de Andrada e D. Antônio Álvares da Cunha. O primeiro foi governador da capitania fluminense de, aproximadamente, 1733 a 1763, enquanto o segundo atuou como vice-rei sediado na mesma região, de 1763 a 1767.

Em relação a seus perfis sociais e trajetórias administrativas temos que, grosso modo, ambos os governantes serviram à Coroa portuguesa durante longos períodos, ocupando diferentes cargos antes de atuarem no Rio de Janeiro. Tanto Gomes Freire quanto D. Álvares da Cunha também se aproximavam do ideal buscado pela Coroa portuguesa no período para os candidatos a governantes coloniais, segundo o autor Dauril Alden – ser alguém valoroso, prudente, responsável, ter experiência em guerras e sangue nobre, mas, que ao mesmo tempo, não fosse uma pessoa considerada muito jovem<sup>6</sup>. O tema referente aos perfis sociais e trajetórias administrativas dos dois personagens é abordado de forma mais aprofundada e individualizada nos capítulos II e III, em seus respectivos subtópicos.

---

4 “Perfil social dos governadores da capitania fluminense entre 1711 e 1763” (2019-2020) e “Trajetórias administrativas dos primeiros vice-reis do Estado do Brasil após a transferência da capital para o Rio de Janeiro (1763-1778)” (2020-2021) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Mônica da Silva Ribeiro.

5 SAMPAIO, Isabela Dantas. **Do governador ao vice-rei: a transição da administração de Gomes Freire de Andrada (1733 – 1763) para a de Antônio Álvares da Cunha (1763 – 1767), no Rio de Janeiro colonial**. Nova Iguaçu: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2022 (trabalho de conclusão de curso).

6 ALDEN, Dauril. **Royal Government in Colonial Brazil: with special reference to the administration of the Marquis of Lavradio, Viceroy, 1769-1779**. California: University of California Press, 1968. p. 3-4.

Uma vez feita a exposição inicial sobre os personagens abordados, podemos assinalar os dois principais objetivos desta pesquisa: a reconstituição das redes de poder e sociabilidades de Gomes Freire de Andrada e de D. Antônio Álvares da Cunha, percebendo como as mesmas foram utilizadas como ferramentas governativas, e como eles fizeram uso dos arquétipos que selecionamos como metodologia de análise (a raposa e o leão, desenvolvidos por Maquiavel<sup>7</sup>), para, por fim, comparar estes mesmos elementos entre governador e vice-rei, considerando também o grau de estima, de acordo com o conceito de Giovanni Botero<sup>8</sup>, alcançado por cada um deles.

Primeiramente, devemos explicar o conceito contido no termo “redes”, com o qual trabalhamos a todo o momento no binômio “redes de poder e de sociabilidades”. Para tal, empregamos duas leituras da bibliografia do presente trabalho, as obras de Michel Bertrand<sup>9</sup> e de Fredrik Barth<sup>10</sup>.

Barth trabalha com a experiência de cada pessoa enquanto processo, dentro da perspectiva de análise social, trazendo questões individuais, trajetórias, conflitos e recursos. Segundo o autor, quando estudamos uma trajetória individual, é possível perceber as redes de relacionamentos existentes, já que todos os indivíduos estão conectados em diferentes níveis sociais. Assim, o indivíduo acaba por manifestar questões que já se encontram presentes no todo da sociedade a qual pertence. Além disso, Barth nos dá a ideia de que os indivíduos estão sempre posicionados socialmente e, por meio das ações de indivíduos, como, no caso, Gomes Freire e de D. Álvares da Cunha, podemos observar também as características da hierarquia, disputas de poder e jurisdição tanto na colônia quando no Reino<sup>11</sup>.

Como complemento a Barth, utilizamos também a perspectiva de Michel Bertrand, que acredita no estudo do ator social para a melhor compreensão do funcionamento das sociedades. Nesse contexto, o estudo de tal ator social abre espaço para a visualização das redes de sociabilidades às quais este indivíduo pertence. Para o autor, a ideia de rede pode ser explicada, grosso modo, como estrutura composta por linhas e pontos. Estes elementos

7 MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe** (Trad. Roberto Grassi). 6ª ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2011.

8 TORRAL, Luís de Manuel Soares Reis e RALHA, Raffaella Longobardi. João Botero. **Da Razão de Estado**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1992.

9 BERTRAND, Michel. Del actor a la red: análisis de redes e interdisciplinaridad. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, Coloquios, 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/57505>. Acesso em 21 de novembro de 2024.

10 BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra-Capa Livraria, 2000.

11 Idem.

representam as relações estabelecidas entre determinado grupo de pessoas, relações estas que levam o grupo formador da rede a intercambiar bens, benefícios e serviços, gerando complexidade para a estrutura inicial<sup>12</sup>.

Contudo, o sistema de redes não é um modelo rígido, mas sim uma estrutura dinâmica, apresentando características de versatilidade e variabilidade. Tais qualidades são demonstradas pela progressão temporal e pela mudança de circunstâncias políticas, econômicas e sociais, que poderiam levar os componentes de determinada rede analisada a passarem por períodos de dormência ou mesmo serem rompidos. Dessa maneira, pela característica mutante das redes de sociabilidade, seria possível para o historiador reconstituir apenas parcialmente estas relações, como “uma fotografia de um sistema relacional de um dado momento”<sup>13</sup>, nas palavras de Bertrand.

Ainda assim, mesmo que possamos reconstruir somente parte destas estruturas, isto nos permite visualizar uma vasta gama de informações, como, por exemplo, o exercício do poder e estratégias governativas, interações sociais, alianças e rivalidades, além de possíveis formas de obter mercês para si e para os seus, utilizadas por Gomes Freire de Andrada e D. Antônio Álvares da Cunha, ao longo de suas respectivas gestões no Rio de Janeiro.

Portanto, as abordagens dos respectivos autores, Fredrik Barth e Michel Bertrand, nos fornecem importantes bases teórico-metodológicas empregadas no presente trabalho, nas quais nos ancoraremos para estudar os vínculos de Gomes Freire de e D. Álvares da Cunha, na medida em que estes sistemas relacionais são utilizados pelos personagens como ferramentas governativas.

A fim de fornecer uma análise comparativa equilibrada das redes de poder e sociabilidades de Gomes Freire e de D. Álvares da Cunha, selecionamos a mesma quantidade de elos para ambos, com três componentes para cada rede, não desconsiderando que estas redes podem ter tido outros elos que não foram analisados no presente trabalho. Buscamos escolher indivíduos que tivessem a maior relevância possível no contexto da governança, sendo mencionados em diferentes missivas expedidas e recebidas por governador e vice-rei. Temos, portanto, para o primeiro, seu irmão, José Antônio Freire, e os militares José da Silva Paes e José Pinto Alpoim, enquanto para o segundo, escolhemos seu sobrinho, Antônio

12 BERTRAND, Michel. Del actor a la red: análisis de redes e interdisciplinaridad. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, Coloquios, 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/57505>. Acesso em 21 de novembro de 2024.

13 Idem, p. 5.

Francisco de Paula Manoel de Sousa e Meneses, conde de Vila Flor, e os militares João Henrique Böhn e Jacques Funck. Estes personagens serão explorados nos capítulos 2 e 3, respectivamente.

Após a identificação dos indivíduos integrantes destas redes de poder e sociabilidades, buscamos perceber como estes laços com outros oficiais régios e poderes locais, além de relações de parentesco, influenciaram na administração colonial como ferramentas governativas para eventualmente facilitar as atividades dos condes na cidade do Rio de Janeiro, entre 1733 e 1767. Em relação à problemática da governança, nos reportamos ao autor Norbert Elias e sua obra, *A sociedade de corte*<sup>14</sup>. Embora o estudo do autor seja referente à corte francesa dos séculos XVII e XVIII, podemos acomodá-la ao caso português e assim perceber as lógicas cortesãs no período do Antigo Regime, como, por exemplo, a influência exercida pelas alianças e as rivalidades no “tratamento dos assuntos de governo, assim como em todos os outros assuntos oficiais”<sup>15</sup>. Junto ao uso da obra de Elias, empregamos também o conceito de *ethos* nobiliárquico de Nuno Gonçalo Monteiro<sup>16</sup>. Tal escolha foi feita em função deste conceito poder nos auxiliar a compreender as nuances de pensamento da nobreza ibérica e melhor encaixar as informações cedidas por Elias. A compreensão destes dois autores sobre a corte no contexto do *Ancien Régime* fazem parte, portanto, do arcabouço teórico-metodológico da presente dissertação.

Ainda nesse sentido, retomando outro componente teórico-metodológico empregado, buscamos comparar e observar semelhanças e diferenças entre as respectivas redes de poder e sociabilidades dos oficiais régios, nos ancorando nos arquétipos animais de raposa e leão desenvolvidos por Nicolau Maquiavel, em sua obra *O Príncipe*<sup>17</sup>. Segundo o autor, havia duas maneiras de combater seus inimigos, das quais o príncipe deve se servir para governar – uma delas é expressa por meio das leis, próprias aos homens; e a outra é empregada pela força, própria aos animais. Contudo, Maquiavel pondera que nem sempre o modo dos homens é suficiente para suprir as necessidades da governança e o príncipe deve, portanto, estar pronto para se utilizar do exemplo dos animais, conforme as circunstâncias.

Nos aprofundando em relação ao modo dos animais, o autor identifica dois arquétipos, o de raposa e o de leão. Nas palavras de Maquiavel, “este não se defende dos laços, e aquela

14 ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Lisboa, Estampa, 1987.

15 Idem, p. 27.

16 MONTEIRO, Nuno Gonçalo. O 'Ethos' Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. **Almanack brasileiro**, n. 2, p. 4-20, 2005.

17 MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe** (Trad. Roberto Grassi). 6ª ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2011.

não tem defesa contra os lobos. É preciso, portanto, ser raposa para conhecer os laços e leão para aterrorizar os lobos”<sup>18</sup>, reconhecendo uma interdependência entre os modelos. Empregando tais conceitos no presente trabalho, adaptamos o arquétipo de raposa à astúcia, e os laços que a prendem às redes de poder e de sociabilidades existentes no reino e no ultramar, somados às lógicas da sociedade de corte de Norbert Elias<sup>19</sup>. Por outro lado, o modelo de leão foi traduzido para a experiência militar, ao saber exercer sua jurisdição e obrar em função dos interesses da Coroa portuguesa, afastando possíveis inimigos e rivais, ou os lobos.

Para complementar o pensamento de Maquiavel, nos utilizamos também de conceitos de Giovanni Botero, notadamente de sua obra, *Da razão de Estado*<sup>20</sup>, como, por exemplo, o de “estima”, ou “reputação”. Empregamos tal ideia para analisar como Gomes Freire e D. Álvares da Cunha eram vistos no Rio de Janeiro, considerando que, segundo o autor, conquistar o amor e a estima dos súditos seria essencial para o príncipe conservar seu Estado, uma vez que estes dois elementos mantêm a obediência dos súditos, assegurando a paz<sup>21</sup>.

A decisão de reunir os dois autores foi tomada tendo em mente que, muitas vezes, as ideias do autor florentino encontravam resistência na Península Ibérica, principalmente devido às divergências entre os conceitos maquiavelísticos e o pensamento católico do período. Apoiamo-nos na explicação de Luís de Torgal, de que a obra de Botero pode ser compreendida como uma espécie de conciliação entre as ideias de Maquiavel e o pensamento católico existente na Península Ibérica, entre os séculos XVI e XVIII<sup>22</sup>. Desse modo, Botero pôde nos ajudar a suavizar determinados elementos da obra de Maquiavel, que empregados sem este cuidado teórico-metodológico, poderiam conceder um tom artificial à utilização d’*O Príncipe*<sup>23</sup> no contexto do Império português.

Para tratar da parte relativa à comparação feita entre governador e vice-rei, nos reportamos à perspectiva da história comparada. De acordo com José D’Assunção Barros, podemos explicar a modalidade histórica como a análise sistemática da mesma questão atravessada por realidades históricas e sociais diferentes, feita “por mútua iluminação de dois

18 Idem, p. 138.

19 ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Lisboa, Estampa, 1987.

20 TORGAL, Luís de Manuel Soares Reis e RALHA, Raffaella Longobardi. João Botero. **Da Razão de Estado**. Lisboa. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1992.

21 Idem, p. 15.

22 Idem.

23 MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe** (Trad. Roberto Grassi). 6ª ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2011.

focos distintos de luz, e não por mera superposição de peças”<sup>24</sup>. Barros também evidencia que “o historiador deve estar apto a identificar não apenas as semelhanças como também as diferenças”<sup>25</sup>, que são aspectos fundamentais considerados pelo presente trabalho. Portanto, necessitamos incluir a prerrogativa da história comparada em nosso repertório de teoria e metodologia.

Retornando ao tema principal das redes de poder e sociabilidades, ao ocuparem cargos de maior poder e prestígio no cenário da América portuguesa, tanto Gomes Freire quanto D. Álvares da Cunha tinham papel de destaque em meio às disputas de interesses e hierarquias de poder presentes na colônia, atuando ativamente entre os diferentes oficiais régios, como ouvidores, provedores, capitães-mores, dentre outros. Uma vez imersos nestas outras instâncias de poder e sociabilidades, eram criados vínculos, formando redes ultramarinas que influenciavam na governança. No mesmo contexto, existiam também as redes familiares, enquadradas no aspecto mais amplo de redes de poder, uma vez que os membros familiares indicados faziam parte da governança na América portuguesa.

Destacando os principais indivíduos investigados como elos das redes de poder e de sociabilidades dos dois condes no contexto do Rio de Janeiro, temos, para Gomes Freire, seu irmão, José Antônio Freire, “braço direito” do Conde de Bobadela na administração colonial<sup>26</sup>, e os militares José da Silva Paes e José Pinto Alpoim. Já para D. Álvares da Cunha, selecionamos seu sobrinho e governador de Pernambuco à época, Antônio de Sousa Manoel de Meneses, Conde de Vila Flor, junto aos militares João Henrique Böhn e Jacques Funck. Estes indivíduos e suas atividades nos períodos de 1733 a 1767 foram tratados cuidadosamente nos capítulos II e III, como elos pertencentes às suas respectivas redes.

A fim de explorar as gestões dos dois condes e mapear seus relacionamentos, foram utilizadas, principalmente, documentações do período, na forma de cartas, cartas régias, ofícios, decretos, dentre outras. Ao longo de seus respectivos períodos de serviço no Rio de Janeiro, ambos produzem um grande volume de documentações, assim construindo uma ponte entre a região centro-sul do Estado do Brasil e Lisboa. Os elos anteriormente enumerados são

24 BARROS, José D'Assunção. **História Comparada**. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 166.

25 Idem, p. 58.

26 RIBEIRO, Mônica da Silva. **Se faz preciso misturar o agro com o doce: a administração de Gomes Freire de Andrada, Rio de Janeiro e Centro-Sul da América Portuguesa (1748-1763)**. 2010. Niterói, Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, p. 252.



muitas vezes identificados como destinatários ou remetentes de tais missivas, enquanto outros são apenas mencionados.

Em maior parte, as produções escritas enviadas e recebidas continham informações sobre o estado militar, andamento de diligências, requisição de suprimentos ou mesmo arribada de navios estrangeiros no porto da cidade. Algumas outras apresentam, junto às preocupações oficiais (relativas à defesa e questões fiscais, por exemplo), questões mais íntimas de Gomes Freire e D. Álvares da Cunha, como seus estados de saúde e eventuais preocupações familiares. Dentre os destinatários e remetentes, para além das redes de poder e sociabilidades no Rio de Janeiro, podemos destacar indivíduos igualmente relevantes, como Francisco Xavier de Mendonça Furtado, secretário de estado da Marinha e Ultramar entre 1760 e 1769, e Sebastião José de Carvalho e Melo, secretário de estado do Reino e Mercês, futuro Marquês de Pombal, além dos reis portugueses entre as duas gestões, D. João V e D. José I.

A fim de elucidar alguns pontos sobre estes documentos, é importante ressaltar que eles são provenientes do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), em Lisboa, e suas digitalizações foram disponibilizadas pelo Projeto Resgate, um projeto de cooperação arquivística entre Brasil e Portugal, que possibilitou o acesso brasileiro a documentos referentes a nossa história que se encontram no exterior, realizado por iniciativa da Biblioteca Nacional<sup>27</sup>.

Os documentos em formato digital são classificados como avulsos, referentes ao Rio de Janeiro no período de 1614 a 1830, divididos em pastas por ordem cronológica, e identificados por números de série em um catálogo específico do Projeto Resgate. Nos projetos de Iniciação Científica já mencionados, fomos responsáveis por criar um catálogo à parte, contendo apenas os arquivos que tivessem ligação com os temas das trajetórias administrativas e perfis sociais dos governadores e vice-reis, entre 1711 e 1778, além de fazer suas transcrições no processador de texto<sup>28</sup>. Como produto da Iniciação Científica, temos um banco de dados digital disponível para esta e outras pesquisas, de onde foi possível extrair com mais facilidade as documentações pertinentes às redes de poder e sociabilidades de Gomes Freire e D. Álvares da Cunha.

27 Disponível para consulta em <[https://resgate.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=017\\_RJ\\_AV&pagfis=46468](https://resgate.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=017_RJ_AV&pagfis=46468)>. Acesso em 22 de novembro de 2024.

28 “Perfil social dos governadores da capitania fluminense entre 1711 e 1763” (2019-2020) e “Trajetórias administrativas dos primeiros vice-reis do Estado do Brasil após a transferência da capital para o Rio de Janeiro (1763-1778)” (2020-2021) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Mônica da Silva Ribeiro.

Todo o conteúdo acima exposto foi organizado em três capítulos, além de introdução e considerações finais. O primeiro tem por finalidade detalhar as principais características do Império português e da cidade do Rio de Janeiro no século XVIII, respectivamente. Tratando do Império, foram levados em consideração, principalmente, os aspectos políticos, sociais e econômicos, com grande parte do embasamento sendo feito a partir de duas obras, uma de autoria solo de Antonio Manuel Hespanha<sup>29</sup>, e outra do mesmo autor junto à Ângela Barreto Xavier<sup>30</sup>, para nos reportarmos à transição de paradigmas, do modo de sociedade corporativista para o individualista. Já para o Rio de Janeiro, utilizamos em primeiro plano a obra de Maria Fernanda Bicalho, *A cidade e o Império*<sup>31</sup>, nos atentando para as mesmas características.

Após termos delimitado este cenário, temos, nos capítulos II e III, a exploração, em ordem cronológica, dos personagens propriamente ditos, Gomes Freire (1773-1763) e D. Álvares da Cunha (1763-1767). Traçamos seus perfis sociais e trajetórias administrativas, junto aos principais elementos das gestões, para depois citar e explorar os principais elos de suas redes de poder e sociabilidades, buscando avaliar as possíveis influências e participações destas pessoas na governança colonial, a partir da leitura das fontes e das obras listadas na bibliografia. Ao longo desta exposição, procuramos também identificar os momentos em que os personagens agiram de acordo com o arquétipo de raposa ou de leão<sup>32</sup>. Para o estudo de Gomes Freire e sua gestão, no capítulo segundo, foram empregadas essencialmente as obras de Mônica da Silva Ribeiro<sup>33</sup>, e para estudar D. Álvares da Cunha, no capítulo terceiro, utilizamos em grande parte o trabalho de Izabela Gomes Gonçalves<sup>34</sup>.

29 HESPANHA, Antonio Manuel. O imaginário da sociedade e do poder. **Cultura Jurídica Europeia**. Síntesis de um milénio. Madrid: Tecnos, 2002.

30 XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, Antonio Manuel. A representação da sociedade e do poder. **História de Portugal**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 113-140.

31 BICALHO, Maria Fernanda. **A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

32 MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe** (Trad. Roberto Grassi). 6ª ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2011, cap. XVIII, p. 138-141.

33 RIBEIRO, Mônica da Silva. **Se faz preciso misturar o agro com o doce: a administração de Gomes Freire de Andrada, Rio de Janeiro e Centro-Sul da América Portuguesa (1748-1763)**. 2010. Niterói, Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, e RIBEIRO, Mônica. **“Razão de Estado” e Administração: Gomes Freire de Andrada no Rio de Janeiro, 1733-1748**. Niterói, Dissertação de Mestrado, PPG em História da Universidade Federal Fluminense, 2006.

34 GONÇALVES, Izabela Gomes. **A sombra e a penumbra: o Vice-reinado do Conde da Cunha e as relações entre centro e periferia no Império Português (1763-1767)**. Niterói, Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, 2010.

Antes de darmos continuidade à dissertação, é preciso pontuar que, no trabalho monográfico já mencionado<sup>35</sup>, estudamos Gomes Freire e D. Álvares da Cunha sob a ótica de comparar as similaridades e diferenças da transição de cargo que ocorreu em virtude da mudança da cabeça do governo da América portuguesa para o Rio de Janeiro, de governador para vice-rei. Neste trabalho anterior, a perspectiva dos tipos animais de Maquiavel já havia sido empregada e, nesse contexto, trouxemos o argumento de que apenas Gomes Freire teria conseguido manter a estabilidade entre os arquétipos de Maquiavel<sup>36</sup>, enquanto D. Álvares da Cunha teria privilegiado o uso da forma de leão.

Contudo, ao realizarmos novamente a análise das fontes do período e das leituras da bibliografia do presente trabalho para a produção do projeto de pesquisa necessário ao ingresso no curso de mestrado ofertado pela UFRRJ, acreditamos que há a necessidade de revisão desta teoria. A necessidade de nossa hipótese original foi uma das raízes para a confecção desta dissertação, na qual buscamos mostrar, por intermédio das fontes do período, que tanto o governador quanto o vice-rei agiram segundo a determinação dos “ventos da sorte e [d]as variações dos fatos”.<sup>37</sup>

35 SAMPAIO, Isabela Dantas. **Do governador ao vice-rei**: a transição da administração de Gomes Freire de Andrada (1733 – 1763) para a de Antônio Álvares da Cunha (1763 – 1767), no Rio de Janeiro colonial. Nova Iguaçu: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2022 (trabalho de conclusão de curso).

36 MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe** (Trad. Roberto Grassi). 6ª ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2011.

37 Idem, p. 139.

## Capítulo 1 – Contextualização sobre o Império português e a cidade do Rio de Janeiro no século XVIII

Antes de nos reportarmos aos governos e redes de poder e sociabilidades de Gomes Freire e de D. Álvares da Cunha, precisamos expor o contexto político, social e econômico no qual eles estavam inseridos, ou seja, é necessário primeiramente descortinar as conjunturas do Império português e da cidade do Rio de Janeiro, no período dos anos 1700.

Compreender o Império português é uma tarefa essencial para que possamos igualmente compreender os paradigmas da sociedade portuguesa e a maneira como ela mesma se enxergava, levando em consideração que ambos os personagens analisados são frutos de tal agrupamento social no recorte temporal do século XVIII. Utilizando as palavras de Ângela Xavier e Antonio Manuel Hespanha, é necessário estudar as “formas de ver, nomear, de classificar e hierarquizar”<sup>38</sup> da sociedade lusitana do período, para que, dessa forma, possamos melhor estudar os oficiais régios e suas prerrogativas sociais e administrativas.

Englobando estas preocupações, nos concentramos em expor os dois paradigmas já mencionados: o corporativismo e o individualismo. Estes dois modelos foram selecionados pelo motivo de ambos terem sido predominantes no Império português ao longo do século XVIII, embora em momentos diferentes, com o corporativismo se mantendo em vigor até por volta de 1750 e cedendo gradativamente lugar ao individualismo. Para tratar destes tópicos, nos ancoramos no pensamento de Xavier e Hespanha, notadamente no escrito *A representação da sociedade e do poder*<sup>39</sup>, e em um trabalho somente de Hespanha, contido no livro *Cultura Jurídica Europeia*<sup>40</sup>.

Outro dos assuntos tratados, ainda na prerrogativa do Império português, é a relevância da corte para esta sociedade, nos apoiando no autor Norbert Elias e sua obra *A sociedade de corte*<sup>41</sup>. Como já mencionado anteriormente, embora o estudo de Elias seja focado na sociedade de corte que se estabelece na França, aproximadamente no mesmo contexto temporal dos anos 1700, acreditamos que sua análise sociológica dos cortesãos, suas simbologias e atividades nos servem também para o caso português, feitas as devidas

38 XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, Antonio Manuel. A representação da sociedade e do poder. **História de Portugal**, Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 113.

39 Idem.

40 HESPANHA, Antonio Manuel. O imaginário da sociedade e do poder. **Cultura Jurídica Europeia**. Síntesis de um milénio. Madrid: Tecnos, 2002.

41 ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Lisboa, Estampa, 1987.

adaptações. Aliamos a sua análise a um conceito mais específico, a ideia do *ethos* nobiliárquico ibérico no contexto do Antigo Regime<sup>42</sup>.

A ideia de monarquia pluricontinental será igualmente exposta, trabalhada com embasamento no artigo de João Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa<sup>43</sup>, uma vez que tal conceito nos auxilia a compreender questões políticas, econômicas e sociais tanto no Reino quanto nas colônias, com ênfase, no caso, para o Rio de Janeiro. Junto a isto, nos atentando principalmente às questões administrativas e hierárquicas, temos também a questão das mercês (favores), das quais procuramos demonstrar a importância para os indivíduos, grupos e famílias dentro dos mesmos aspectos (políticos, sociais e econômicos), tanto no Reino quanto no ultramar.

Já em relação ao exame da cidade do Rio de Janeiro propriamente dita, nos apoiamos principalmente nos escritos de Maria Fernanda Bicalho, como *A cidade e o Império*<sup>44</sup>, além de outros materiais contidos na bibliografia do presente trabalho. Neste capítulo, buscamos destacar as dinâmicas do Império que atuavam sobre a cidade, além analisar a predominância que ela vai aos poucos adquirindo no contexto da monarquia pluricontinental, marcadamente como eixo da região centro-sul, até o momento da transferência da capital, em 1763. Somando a isto, procuramos também perceber o imaginário social urbano e as principais preocupações de governadores e vice-reis nos anos 1700.

A fim de facilitar o entendimento do presente capítulo, optamos pela sua separação em dois subtópicos: um em referência ao Império e outro para a representação do Rio de Janeiro. Além de disso, tal separação se faz necessária pela questão organizacional, uma vez que estamos realizando uma mudança de ótica ao deslocar o eixo geográfico, do macro para o micro, e muitas problemáticas do Império já existem no âmbito menor, composto pela cidade.

42 MONTEIRO, Nuno Gonçalo. O 'Ethos' Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. **Almanack braziliense**, n. 2, p. 4-20, 2005.

43 FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII. **Tempo**, Niterói: Departamento de História, v. 14, p. 36-50, 2009.

44 BICALHO, Maria Fernanda. **A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

### 1.1. Conjunturas político-administrativas do Império português

Como explicitado anteriormente, focaremos na transição de paradigmas pela qual o Império português passou durante o período do século XVIII e como isto afetou seus domínios ultramarinos, para depois nos determos para explicar sobre os demais conceitos que permeavam a sociedade lusitana do período, como as lógicas cortesãs, o *ethos* nobiliárquico e a ideia de poder simbólico, além da economia das mercês e da ideia de monarquia pluricontinental.

Tratando primeiramente do paradigma corporativista, temos, segundo Antonio Manoel Hespanha, uma perspectiva político-administrativa para compreender o Império lusitano do século XVII até aproximadamente a década de 1750, quando ocorre a transição para o paradigma individualista. Esta forma de análise prevê que existem diversos corpos e dispositivos compondo o Estado, e que estes permitem o equilíbrio e a ordem social. Nos utilizamos de uma comparação feita pelo próprio autor, para facilitar o entendimento, na qual podemos entender este Estado como “[...] que um corpo, em que a cada órgão competia uma função, e que estas funções estavam hierarquizadas segundo a sua importância para a subsistência do todo”<sup>45</sup>.

Nesse sentido, os órgãos componentes do Estado partilham o poder com a Coroa, embora possuam relativa autonomia político-jurídica. Assim, é possível observar diversos espaços de decisão hierarquizados e, ao mesmo tempo, concorrentes, com cada um contribuindo à sua maneira para o funcionamento do “corpo”, ou seja, do Estado. Tendo tal quadro em mente, não é plausível advogar a favor da ideia de uma hierarquia rígida ou mesmo de uma ideia de centralização do poder nos moldes absolutistas clássicos.

Ainda que o rei fosse visto como espécie de cabeça (*caput*), responsável por gerir o “corpo” e harmonizar o conjunto das diferentes esferas de poder, não seria possível para ele ter o monopólio de todas as outras hierarquias e autoridades em um contexto tão complexo. Esta ótica abre espaço para a conversão do Império português em uma estrutura mais fluida e ramificada, na qual havia espaço para negociações, consensos e disputas. Tais características nos levam, como dito de antemão, a uma necessária revisão da ideia do absolutismo para o caso ibérico, conceito que tradicionalmente exige um molde de governo ou administração mais rígidos, pautados apenas na vontade absoluta da figura régia.

45 HESPANHA, Antonio Manuel. O imaginário da sociedade e do poder. **Cultura Jurídica Europeia**. Síntesis de um milênio. Madrid: Tecnos, 2002, p. 111.

Trouxemos o seguinte excerto de *As vésperas do Leviathan*<sup>46</sup>, mais uma obra de autoria de Hespanha, para nos ajudar a sumarizar a explicação do paradigma corporativo, na qual o autor leva em consideração a impossibilidade da prática do modelo absoluto no caso de Portugal no século XVIII:

“[...] Tão monstruosa como um corpo que se reduzisse à cabeça, seria uma sociedade em que todo o poder estivesse concentrado no soberano. O governo deveria, portanto, ser mediato; deveria repousar na autonomia político-jurídica (*iurisdictio*) dos corpos sociais e respeitar a sua articulação natural (*cohaerentia, ordo, dispositio naturae*) – entre a cabeça e a mão devem existir o ombro e o braço, entre o soberano e os oficiais executivos devem existir instâncias intermédias. A função da cabeça (*caput*) não é, pois, a de destruir a autonomia de cada corpo social (*partium corpora operatio propria*), mas a de, por um lado, representar externamente a unidade do corpo, e, por outro, manter a harmonia entre todos os seus membros, atribuindo a cada um aquilo que lhe é próprio, garantindo a cada qual o seu estatuto (‘foro’, ‘direito’, ‘privilégio’); numa palavra, realizando a justiça (comutativa).”<sup>47</sup>

Integrando outra variável a esta equação de poder, existia também a instituição religiosa: no caso ibérico, a Igreja católica, que participa ativamente nas mentalidades do período e na esfera político-administrativa. Com os eventos da Reforma e da Contrarreforma, ainda no século XVI, a Igreja católica se torna igualmente interessada na expansão territorial empreendida pelo Império português, com o objetivo de também expandir o número de fiéis. Desse modo, não podemos deixar de mencionar, ainda que brevemente, a instituição no contexto do Antigo Regime e suas esferas de influência.

Partindo para o paradigma que sucede o corporativismo, em meados do século XVIII, apresentamos o modelo individualista, explicado por Hespanha como um modo de compreender a sociedade a partir do indivíduo e não dos grupos, o que deixa de lado a ideia de importância dos “corpos”, ou “órgãos”, do corporativismo. Tal paradigma traz uma maior centralização para o Império, na qual “a Época Moderna iria conhecer o alargamento da administração ativa da Coroa e, em última instância, do rei”<sup>48</sup>, segundo Maria Fernanda Bicalho.

Nesta nova fase, o indivíduo é realocado para o centro da teoria social e é destacado do grupo ao qual pertence, com as características e vínculos que eram compreendidos como de um determinado grupo ou estatuto não sendo mais vistas como algo natural e típico, mas sim

46 HESPANHA, Antonio Manuel. *As vésperas do Leviathan*. Instituições e poder político. Portugal – século XVII. Coimbra, Almedina, 1994.

47 Idem, p. 392 e 393.

48 BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII*. Editora Record, 2003, p. 343.

como “coisas” externas em relação a cada pessoa. Uma vez feita tal reformulação na forma de enxergar os indivíduos, os mesmos passam a ser entendidos como abstratos e iguais. Como consequência, a ideia fornecida é a que o indivíduo era “geral, igual, livre e sujeito a impulsos naturais”<sup>49</sup>, segundo Hespanha.

Mais um dos aspectos relevantes do individualismo é a laicização da teoria social, que acaba por afastar as limitações transcendentais dos indivíduos, segundo Xavier e Hespanha<sup>50</sup>. Assim, o poder passa a ser concebido de outra maneira, no caso, como fundado na “vontade”, ainda segundo os mesmos autores, lançando bases para a ideia do voluntarismo. Esta vontade seria a do príncipe, representante da vontade de Deus, ou a dos homens, expressa por meio do contratualismo. Observamos também, por meio da leitura de Xavier e Hespanha, que a constituição e o direito no período vão se basear em tal característica voluntarista e fundamentar o individualismo moderno na forma de pactos ou contratos, entendidos como justos.

Ponderando sobre tais ideias no contexto português, Xavier e Hespanha concluem que o paradigma individualista teria lançado suas raízes de maneira mais profunda apenas durante o período conhecido como “pombalino”, compreendido no recorte temporal entre aproximadamente 1750 e 1777, e que recebe este nome devido à grande influência do já citado Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal. Tal argumento dos autores é expresso no seguinte fragmento:

“A concepção individualista e voluntarista da sociedade e do Poder é, porventura, a mais difícil de enraizar, quer nas representações sociopolíticas tradicionais quer nos contextos político-institucionais nacionais. [...]. Seja como for, o paradigma individualista parece surgir abruptamente, mas com uma força expansiva devastadora, nos meados do século XVIII, como a filosofia de base do pombalismo.”<sup>51</sup>

Uma vez feita a aplicação do individualismo na teoria política do período pombalino, época que também coincide com o recorte temporal do presente trabalho, é possível observar que passa a existir outro modo de compreender a sociedade e o poder e, dessa forma, se

49 HESPANHA, Antonio Manuel. O imaginário da sociedade e do poder. **Cultura Jurídica Europeia**. Síntesis de um milênio. Madrid: Tecnos, 2002, p. 118.

50 XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, Antonio Manuel. A representação da sociedade e do poder. **História de Portugal**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 113-140.

51 Idem, p. 117.



apresentam as características mais pronunciadas do paradigma, como a valorização do indivíduo e a ideia do voluntarismo.

Após realizarmos a explanação dos paradigmas, passamos a outros dos conceitos que desejamos trabalhar no contexto português do século XVIII: a ideia de sociedade de corte. Embasamos nossos estudos sobre tal sistema social na obra de Norbert Elias de mesmo nome, na qual o sociólogo propõe que as alianças e as rivalidades influenciavam diretamente nos assuntos governativos, além de expor várias das lógicas da sociedade cortesã francesa, como, por exemplo, o uso de títulos e a dimensão das moradias<sup>52</sup>. Por mais que sua obra estude a corte da França entre os séculos XVII e XVIII, é possível perceber diversas características enunciadas ao longo do material produzido que servem também para a análise da corte em Portugal.

Dito isto, relacionamos o pensamento de Elias ao de Hespanha, alterando o foco francês para o português. Da mesma forma como os corpos sociais tinham ocupações, direitos e deveres específicos dentro da ideia corporativa, o mesmo ocorria com os indivíduos, onde cada qual ocupava seu lugar na sociedade cortesã portuguesa. Em outras palavras, de acordo com Hespanha, o indivíduo precisava estar enquadrado em um estado para possuir identidade (por exemplo, as identidades ligadas a algum estatuto, como cavaleiro de ordem militar, clérigo, juiz etc.), com a manifestação de determinado estado na forma de títulos, tratamentos, honrarias, trajes, dentre outras formas de se distinguir. Estas formulações eram também utilizadas como instrumento de manutenção da ordem social, explicitando as hierarquias existentes, de maneira muito similar ao que foi observado por Elias na França. Ainda segundo Hespanha, as cortes e sociedades ibéricas “eram justamente célebres pelo seu pontilhismo formalista e classificatório”, com a linguagem da época sendo muito rica nas formas de tratamento de acordo com a etiqueta cortesã.<sup>53</sup>

O uso de fórmulas para se distinguir é igualmente utilizado no contexto da corte francesa, com o recorrente emprego da etiqueta, títulos e hierarquias. Neste ponto, é interessante relacionar mais dois elementos ao estudo dos hábitos cortesãos: os conceitos de *ethos* nobiliárquico e o de poder simbólico no Antigo Regime. Para trabalhar tais ideias, nos

52 ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Lisboa, Estampa, 1987.

53 HESPANHA, Antonio Manuel. O imaginário da sociedade e do poder. **Cultura Jurídica Europeia**. Síntesis de um milênio. Madrid: Tecnos, 2002, p. 105.

embasamos no escrito de Nuno Gonçalo Monteiro, *O 'Ethos' Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social*<sup>54</sup>.

De acordo com a obra de Monteiro, o imaginário social referente ao ideal nobiliárquico português dos séculos XVII e XVIII dificilmente é dissociado de raízes medievais. Estas mesmas raízes compreendiam a nobreza como um estatuto ligado principalmente às funções militares e às virtudes cavaleirescas e, por mais que o estudo das letras também fosse valorizado, possuía menor peso dentro desta sociedade, na qual as elites enxergavam a si mesmas como um “mundo de cavaleiros”<sup>55</sup>, consagrado na ordem jurídica e simbólica.

Os membros desse espaço social não apenas possuíam títulos, como tinham acesso a privilégios e direitos próprios de seu estatuto, equiparando a ideia de pertencimento à nobreza a uma qualidade, e não somente ao desempenho de uma função social propriamente dita. Com isso, existe a necessidade de demonstrar tais distinções sociais por meios simbólicos que pudessem ser vistos – “os poderes que se viam eram os que existiam”<sup>56</sup>, segundo Monteiro – como, por exemplo, o uso de brasões de armas, hábitos e insígnias de ordens militares, dentre outros.

Tais comportamentos de distinção social e de sua expressão por meio de símbolos se ligam ao observado por Elias sobre a corte francesa. Para fins relacionais, empregamos o exemplo sobre a dimensão e a ornamentação da moradia de um príncipe, elementos essenciais para demonstrar e reafirmar sua posição social e prestígio, seguindo o conceito dos poderes “que se viam”. Além disso, lançando mão novamente do poder simbólico e das hierarquias cortesãs, apenas as residências dos príncipes poderiam ser identificadas pela palavra *palais*, ou *palais* de segunda classe, enquanto as edificações pertencentes a nobres de menor peso na ordem social deveriam ser chamadas apenas de *grands hôtels*, destacando a figura do príncipe e definindo claras linhas hierárquicas<sup>57</sup>. Podemos resumir o comportamento cortesão nos fiando nas palavras de Ronald Raminelli, sobre a nobreza e a riqueza na Península Ibérica dos anos 1700, a seguir:

“O ethos nobiliárquico guiava os comportamentos, os valores e, sobretudo, as estratégias de ascensão. Detentores do monopólio da honra, os reis e a alta nobreza eram honrados, puros de sangue e reuniam, portanto, as melhores

54 MONTEIRO, Nuno Gonçalo. O 'Ethos' Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. *Almanack brasileiro*, n. 2, p. 4-20, 2005.

55 Idem, p. 9.

56 Idem, p. 17.

57 ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte*. Lisboa, Estampa, 1987, p. 79 e 80.

qualidades. Assim, atuavam como modelos e mantinham-se superiores aos plebeus endinheirados. No mundo ibérico, para atuar como nobres, os indivíduos deveriam ser publicamente reputados como tal, herdar a honra e a pureza de seus antepassados, desempenhar cargos, pertencer a confrarias nobres e viver ao modo da nobreza”<sup>58</sup>.

O que Raminelli identifica como “viver ao modo da nobreza” no contexto da Península Ibérica pode ser traduzido para o que Elias identifica como o *savoir-vivre* dos nobres franceses, aproximando mais uma vez as cortes francesa e portuguesa. Para o sociólogo, o *savoir-vivre* dos nobres franceses nada mais era do que “a unidade da cultura espirituosa, o refinamento das maneiras e a formação do bom gosto. Por meio de tais qualidades, imediatamente visíveis e tangíveis, os participantes do ‘monde’ [nobreza] elevam-se da massa dos homens ordinários”<sup>59</sup>.

Em se tratando das hierarquias cortesãs, não podemos deixar de destacar, ainda que brevemente, aquele que estava no topo destas, o rei. Para o caso de nosso recorte temporal, de 1733 a 1767, temos, para ser mais exato, o governo de dois reis distintos – D. João V (1707 – 1750) e D. José I (1750 – 1777).

Por consequência do período temporal estudado, D. João V é identificado como o monarca pela maior parte do governo de Gomes Freire, vindo a falecer somente em 1750, período que coincide com a mudança de paradigmas. D. José I, seu sucessor, assume a Coroa lusitana a partir de 1750, retendo-a em seu poder até 1777, após o vice-reinado do Conde da Cunha. Ambos os monarcas influenciaram nos modos de conduzir a administração do Rio de Janeiro do século XVIII, com suas respectivas características mais evidentes.

Remetendo-nos novamente a Nuno Gonçalo Monteiro para tratar do governo de D. João V, temos que a sua principal preocupação era a de preservar o território e as rotas da América portuguesa, pois Portugal dependia economicamente de determinadas atividades ultramarinas presentes na região, como, por exemplo, a extração de minérios na região das Minas Gerais<sup>60</sup>. Nas palavras do autor, durante o governo joanino, a importância do Brasil e da Índia para a Coroa se encontrava numa relação inversamente proporcional entre os dois territórios:

58 RAMINELLI, Ronald. Nobreza e riqueza no Antigo Regime ibérico setecentista. **Revista de História (São Paulo)**, p. 83-110, 2013, p. 90.

59 ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Lisboa, Estampa, 1987, p. 82.

60 MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas. “A consolidação da dinastia de Bragança e o apogeu do Portugal Barroco: centros de poder e trajetórias sociais (1688 – 1750)”. In: TENGARRINHA, José (org.). **História de Portugal**. São Paulo: UNESP, 2001.

“A grande prioridade [do governo de D. João V], porém, foi sempre o Brasil, a defesa das suas rotas e a definição e proteção das suas fronteiras. Embora os feitos portugueses no Oriente fossem celebrados com inultrapassáveis encômios e para lá se encaminhassem como vice-reis alguns dos mais destacados fidalgos do reino já na década 1740 (Marqueses do Loureço, de Castelo Novo/Alorna e de Távora), a verdade é que desde 1736 (vice-reinado do 1º Conde de Sandomil) que a presença portuguesa na Índia entrara numa fase de irreversível declínio. O Brasil, pelo contrário, registrava um momento de grande prosperidade econômica e de apreciável crescimento demográfico, nele se ancorando, em larga medida, o equilíbrio financeiro da monarquia. Como afirmava o velho Duque de Cadaval em 1715, ‘do Brasil depende hoje absolutamente muita parte da conservação de Portugal’”<sup>61</sup>.

Somando-se ao pensamento de Monteiro, Mônica Ribeiro descreve que o governo joanino vai paulatinamente reunindo maior racionalidade administrativa, na medida em que são tomadas determinadas decisões por parte da Coroa em relação à governança da América portuguesa. Como exemplo disto, podemos citar a subordinação da região mineradora ao Rio de Janeiro, com o objetivo de aumentar a eficácia da fiscalização sobre os minérios extraídos, o que deixou a região sob a administração de Gomes Freire à época.

Em mais uma de suas novas medidas em relação à governança da América lusa, por volta de 1720, o rei proíbe os oficiais régios de se engajarem em atividades comerciais que pudessem impedir a imparcialidade dos mesmos nos assuntos governativos. Para compensar a perda desta renda comercial e não abrir espaço para a insatisfação dos vassalos, foi dado aos oficiais régios um aumento salarial. Entretanto, na prática a proibição não foi muito eficaz. Ainda assim, podemos considerar a medida de D. João V como uma preocupação por parte da Coroa em obter maior racionalidade administrativa no contexto do ultramar. Nas palavras de Ribeiro, existe “uma nova perspectiva governativa surgindo nesse momento, em que os oficiais régios deveriam se dedicar à administração dos territórios”<sup>62</sup>.

Outro aspecto importante datado do governo joanino foi o estabelecimento de uma centralidade cultural que marcou o apogeu do estilo barroco em Portugal, expresso pelas produções literárias, e a fundação da Academia Real de História. Esta instituição foi responsável por uma espécie de renascimento científico e literário em Portugal, se apresentando como uma força tanto cultural quanto política, uma vez que contribuiu para o fortalecimento do poder do monarca e marcava novas nuances no âmbito político-administrativo. Além disso, a Academia foi uma ferramenta para impulsionar a imagem de D.

61 Idem, p. 136.

62 RIBEIRO, Mônica da Silva. “**Razão de Estado**” e **Administração: Gomes Freire de Andrada no Rio de Janeiro, 1733-1748**. Niterói, Dissertação de Mestrado, PPG em História da Universidade Federal Fluminense, 2006, p. 84.

João V e para fornecer uma legitimidade carismática à autoridade real, de acordo com Ribeiro<sup>63</sup>.

Seguindo para o reinado de D. José I, há, assim como no governo de seu antecessor, mudanças impactantes, como, por exemplo, o declínio das atividades mineradoras, a participação administrativa de Sebastião José de Carvalho e Mello, Conde de Oeiras e posteriormente Marquês de Pombal, e a confecção do Tratado de Madri, entre Portugal e Espanha, com o objetivo de estabelecer limites territoriais entre as possessões americanas de ambas as coroas. Entre estas alterações, existe também uma que já foi discutida e citada anteriormente: com a morte de D. João V e o início do reinado de D. José I, por volta do ano de 1750, ocorre transição entre paradigmas, do corporativismo para o individualismo.

De acordo com os autores Maria Fernanda Bicalho e Nuno Gonçalo Monteiro, outra diferença significativa observada no reinado de D. José I é o chamado “o ciclo de reformas intensivas na monarquia pluricontinental portuguesa”, com as Secretarias de Estado assumindo a forma de ministérios e a figura dos secretários ganhando grande destaque, chegando mesmo a sobrepor a outras instâncias da administração central, a partir da relevância alcançada por Sebastião José de Carvalho e Mello no papel de Secretário de Estado do Reino<sup>64</sup>.

Em meio a este quadro complexo de novas diretrizes, o Conselho Ultramarino é uma das instituições mais afetadas pelo agora maior poder das Secretarias de Estado, encontrando-se em uma situação precária com a criação do Erário Régio, em 1761. Ainda nos ancorando em Bicalho e Monteiro, observamos que a criação de uma nova instituição contribuiu para o processo de esvaziamento das competências restantes do Conselho Ultramarino em relação às questões financeiras, uma vez que não era mais permitindo que o Conselho interviesse na Fazenda Real dos territórios ultramarinos. Segundo os autores, “em finais do século XVIII observa-se o triunfo do Secretário de Estado na comunicação e na definição da política ultramarina”<sup>65</sup>, conclusão expressa na própria pessoa de Sebastião José de Carvalho e Mello, marcando mais uma alteração relevante do reinado de D. José I.

63 Idem.

64 BICALHO, Maria Fernanda; MONTEIRO, Nuno. As instituições civis da monarquia portuguesa na Idade Moderna: centro e periferia do império. **Monarquias ibéricas em perspectiva comparada (séculos XVI-XVIII): dinâmicas imperiais e circulação de modelos políticos-administrativos**, Lisboa: ICS - Imprensa de Ciências Sociais, 2018, p. 223.

65 Idem, p. 229.

Fechando as divagações sobre os reis e retornando às perspectivas da sociedade de corte de Norbert Elias<sup>66</sup>, trazendo-as para mais perto de nosso objeto de pesquisa, é possível observar que Gomes Freire e D. Álvares da Cunha fazem parte do amálgama cortesão. Ambos estão enquadrados em posições privilegiadas dentro da corte portuguesa e fazem parte do estatuto da nobreza, uma vez que o primeiro recebe o título de conde de Bobadela, enquanto o segundo já se apresenta ao posto de vice-rei como conde da Cunha. As figuras de governadores e vice-reis eram tratadas com deferência pelos demais ofícios e ocupavam as mais altas escalas de prestígio social e jurídico, o que os elevava ao topo da hierarquia ultramarina.

Em meio às lógicas da sociedade cortesã, para o caso de Portugal, havia, como dito anteriormente, maneiras de se distinguir socialmente recebendo titulações, privilégios e honrarias. Estes elementos poderiam ser obtidos por meio de serviços prestados ao rei, como o próprio caso dos condes estudados no presente trabalho. Tal sistema é chamado de “economia da mercê”, ou “economia de favores”, sendo a mercê, ou o favor, a recompensa recebida pela prestação do serviço por parte do vassalo ao seu suserano. Segundo Maria Fernanda Bicalho, a economia da mercê compôs “a base fundadora de uma cultura política de Antigo Regime – tanto na Europa, quanto nos trópicos”<sup>67</sup> e, portanto, se torna essencial que seu mecanismo de funcionamento seja exposto no presente trabalho, no qual buscamos sublinhar a relevância deste sistema.

Ainda nos reportando à autora, Bicalho se baseia nas ideias de Fernanda Olival para explicar as relações estabelecidas a partir da lógica das mercês, que podemos resumir em três elementos: “dar”, “receber” e “retribuir”<sup>68</sup>. O trinômio aponta para uma ideia de ciclicidade das relações entre vassalos e suserano, nas quais não apenas os súditos estavam atrelados a uma espécie de rede clientelar ao prestarem serviços, mas que também a própria Coroa estava envolta em uma teia de obrigações recíprocas ao ter de retribuir pelo serviço prestado.

Dito isto, é importante explicar que as mercês eram exclusivamente concedidas pela Coroa, de maneira considerada justa, uma vez que era o papel do rei atribuir “a cada um aquilo que lhe é próprio, garantindo a cada qual o seu estatuto (‘foro’, ‘direito’, ‘privilégio’);

66 ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Lisboa, Estampa, 1987.

67 BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Conquista, mercês e poder local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime. **Almanack brasileiro**, n. 2, p. 21-34, 2005, p. 22.

68 Idem.

numa palavra, realizando a justiça (comutativa)”<sup>69</sup>, nas palavras de Antonio Manuel Hespanha empregadas previamente. Por consequência desta exclusividade, a Coroa criava um monopólio da concessão de privilégios, permitindo ao monarca maior capacidade de regulamentação dos estamentos sociais e fazendo com que a Coroa convergisse para seus interesses os conflitos e competitividade entre seus vassalos, ainda seguindo o raciocínio de Bicalho<sup>70</sup>.

Como assinalado de início sobre o *ethos* nobiliárquico, em acordo Nuno Gonçalo Monteiro, a nobreza lusitana se via como um equivalente aos guerreiros medievais e as funções militares tinham grande valor para este grupo. Assim sendo, conforme o pensamento do mesmo autor, a prestação de serviços era uma opção bastante empregada entre os nobres que estavam em busca de ascensão social e benefícios régios:

“A ascensão na hierarquia nobiliárquica podia fazer-se, até certo patamar, pela riqueza – podem-se incluir as alianças matrimoniais, para os efeitos agora considerados, como uma forma acumulação de capital econômico – e pelo modo de vida. Mas, daí para cima e de forma progressivamente mais apertada, quase só pelo serviço ao rei. Em geral, estes eram mesmo dois momentos distintos nas trajetórias das famílias ao longo de várias gerações”<sup>71</sup>.

Complementando o pensamento de Monteiro, temos também Mafalda Soares da Cunha, que definia a economia da mercê como um “dispositivo central da Monarquia para a garantia de continuidade da produção de serviços, e em particular, dos serviços militares dos seus súditos”<sup>72</sup>. Com isto em mente, temos a forte presença da economia da mercê no ultramar português, uma vez que os territórios ultramarinos eram locais propícios para a prestação de serviços, principalmente no que diz respeito ao âmbito militar. Segundo a autora Virgínia Rau, “os cargos ultramarinos foram sempre apetecidos pela melhor nobreza portuguesa, não só porque no seu desempenho se alcançavam honras e mercês públicas, como também se granjeavam, e rapidamente, boas fortunas.”<sup>73</sup>

69 HESPANHA, Antonio Manuel. **As vésperas do Leviathan**. Instituições e poder político. Portugal – século XVII. Coimbra, Almedina, 1994, p. 392 e 393.

70 BICALHO, Maria Fernanda Baptista. A Cidade do Rio de Janeiro e a Articulação da Região em torno do Atlântico-Sul: Séculos XVII e XVIII. **Revista de História Regional**, 1998.

71 MONTEIRO, Nuno Gonçalo. O 'Ethos' Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. **Almanack brasileiro**, n. 2, p. 4-20, 2005, p. 19.

72 CUNHA, Mafalda Soares da, Governos e governantes do Império Português do Atlântico (século XVII), in Maria Fernanda Bicalho e Vera Lúcia Amaral Ferlini (org.), **Modos de Governar. Ideias e Práticas Políticas no Império Português (séculos XVI-XIX)**, São Paulo, Alameda, 2005, pp. 69-92. ISBN: 85-98325-16-3, p. 74.

73 RAU, Virgínia. Fortunas ultramarinas e a nobreza portuguesa no século XVII. In: RAU, V. **Estudos sobre a história econômica e social do antigo regime**. Lisboa: Presença, 1984. p. 1.

Uma vez feita esta conexão entre o ultramar, a honra, os serviços militares e as benesses recebidas, podemos facilmente inserir Gomes Freire de Andrada e D. Antônio Álvares da Cunha não apenas nas lógicas da sociedade cortesã, mas também nas das mercês: ambos os personagens recebem títulos de nobreza, que garantem a sua ascensão social e a entrada na hierarquias nobiliárquicas mais elevadas, como descrito por Monteiro<sup>74</sup>, após a prestação de extensos serviços militares e administrativos para a Coroa no ultramar, além de serem os primeiros de suas respectivas famílias a receberem tais honrarias, caracterizando as trajetórias familiares em busca de mais privilégios assinaladas pelo autor.

Levando em consideração a perspectiva dos territórios ultramarinos, também chamados de “conquistas”, se faz preciso explorar o conceito de “monarquia pluricontinental”, visão historiográfica mais recente e aceita para explicar as dinâmicas entre as diferentes regiões do Império português. Nos ancoramos no trabalho de João Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa, *Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII*<sup>75</sup>, que emprega o conceito como parte da proposta de estudo do Antigo Regime nos trópicos, com as ideias de relativa autonomia dos poderes locais e a possibilidade de negociação entre estes poderes e a Coroa. Nesta forma de análise dos autores, encontramos relações mais fluidas e orgânicas entre o Império e os territórios ultramarinos da América portuguesa, que podem ser resumidas no trecho seguinte:

“[...] a ideia de um império ultramarino hierarquizado e rígido passa a ser substituído pela de uma monarquia pluricontinental caracterizada pela presença de um poder central fraco demais para impor-se pela coerção, mas forte o suficiente para negociar seus interesses com os múltiplos poderes existentes no reino e nas conquistas. [...] Cabe ainda sondar como tal monarquia tornava-se realidade. De imediato, ela resultava do processo de amálgama entre a concepção corporativa e a de pacto político, fundamentada na monarquia, e garantindo, por princípio, a autonomia do poder local. A monarquia pluricontinental se torna uma realidade graças à ação cotidiana de indivíduos que viviam espalhados pelo império em busca de oportunidades de acrescentamento social e material; [...]. O mecanismo decisório aqui é totalmente mediado. Traduções e mediações possíveis entre os diversos idiomas se constituem em um processo permanente, possibilitando assim que a vontade de Sua Majestade e de seus vassalos seja de fato preservada e garantida.”<sup>76</sup>

A partir das palavras dos autores, podemos enxergar o corporativismo da sociedade portuguesa até meados do século XVIII expandido para o ultramar, o que desconstrói o

74 MONTEIRO, Nuno Gonçalo. O 'Ethos' Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. **Almanack brasileiro**, n. 2, p. 4-20, 2005.

75 FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII. **Tempo**, Niterói: Departamento de História, v. 14, p. 36-50, 2009.

76 Idem, p. 42 e 43.



imaginário da dicotomia entre colônias e metrópole trazida por algumas correntes historiográficas mais antigas. Múltiplos laços, como posições e interesses, interligavam os indivíduos no reino e no ultramar, além da busca por riquezas e mercês, transformando o ultramar em um sistema orgânico, com especificidades e diferenças entre as regiões que o formavam, no qual existiam intercâmbios de bens, serviços e pessoas pertencentes a diferentes estatutos sociais.

Aderindo a esta linha de raciocínio, buscamos trabalhar, no subtópico a seguir, as principais características da cidade do Rio de Janeiro no período do século XVIII, compreendendo-a como parte deste rico panorama ultramarino e delineando o cenário encontrado por Gomes Freire e D. Álvares Cunha em suas respectivas gestões.

## 1.2. A cidade do Rio de Janeiro

Redirecionando o foco do presente capítulo, temos, em primeiro plano, a cidade do Rio de Janeiro no século XVIII. Segundo Maria Fernanda Bicalho, como as cidades ultramarinas possuíam problemas específicos, próprios da condição colonial a qual estavam sujeitas, elas foram alvo de políticas diferenciadas e específicas, com legislações que pudessem abarcar questões como o ordenamento do espaço urbano, regulamentação de seus usos e costumes, além da preocupação constante com a defesa<sup>77</sup>. Portanto, embora a cidade guarde muitos dos conceitos discutidos para o contexto do Império, é necessário que tracemos suas principais características e especificidades entre os demais territórios ultramarinos. Para isto, nos apoiamos nas obras de Charles Boxer<sup>78</sup> e Maria Fernanda Bicalho<sup>79</sup>, somadas aos materiais produzidos por João Fragoso<sup>80</sup> e por Carlos Delgado de Carvalho<sup>81</sup>, dentre outros autores assinalados na bibliografia do presente trabalho.

Ainda de acordo com Bicalho, existe uma concepção do senso comum sobre a história colonial do Brasil que nos transporta automaticamente para a primazia da vida rural, deixando

77 BICALHO, Maria Fernanda B. O urbanismo colonial e os símbolos do poder: o exemplo do Rio de Janeiro nos séculos XVII e XVIII. **Estudos ibero-americanos**, vol. XXIV, n. 1, 1998.

78 BOXER, Charles Ralph. **A Idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial**. São Paulo: Nova Fronteira, 2000.

79 BICALHO, Maria Fernanda B. O urbanismo colonial e os símbolos do poder: o exemplo do Rio de Janeiro nos séculos XVII e XVIII. **Estudos ibero-americanos**, vol. XXIV, n. 1, 1998 e \_\_\_\_\_, Maria Fernanda. **A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

80 FRAGOSO, João et al. **A economia colonial brasileira: (séculos XVI-XIX)**. São Paulo: Atual, 2005.

81 CARVALHO, Carlos Delgado de. **História da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1990, p. 51.

a vida urbana em segundo plano. Contudo, tal pensamento não poderia estar mais distante do que era vivido na cidade do Rio de Janeiro nos anos 1700, enquanto principal porto e eixo articulador da região centro-sul da América portuguesa, conectando diretamente a cidade à extração do ouro e diamantes na região das Minas Gerais, atividade que teve início aproximadamente na década de 1690<sup>82</sup>. Corroborando com este argumento, o autor Anthony Russell-Wood descreve que a América se torna um dos territórios ultramarinos mais importantes para a Coroa, não só pela descoberta de minérios nas Minas Gerais, mas também devido ao referido desgaste das riquezas da Índia portuguesa, somados ao perigo da presença holandesa na região nordeste do Brasil. Com o avanço dos anos 1700, a posição ocupada pelo Brasil, com destaque para a cidade do Rio de Janeiro, passa a ser cada vez mais distinta das demais possessões portuguesas<sup>83</sup>.

Para explicar mais detalhadamente sobre a questão do ouro das Minas Gerais, recorremos a João Fragoso e Charles Boxer. Segundo o último, os bandeirantes paulistas teriam sido os primeiros a descobrir o ouro de aluvião nos vales dos rios Doce e das Mortes, durante a década de 1690, provavelmente entre os anos de 1693 e 1695<sup>84</sup>. A princípio, ainda de acordo com Boxer, o método mais simples para se extrair o minério era o de lavar e peneirar o ouro encontrado nos rios e riachos utilizando uma “bateia”, objeto descrito pelo autor como uma “bacia grande e rasa, cônica, feita de madeira ou de metal, que o mineiro segurava com ambas as mãos”<sup>85</sup>. Com a realização deste processo, separava-se o ouro da terra, areia, argila ou cascalho. Com o passar do tempo, no período ao longo do século XVIII, vêm à luz métodos mais complexos, nos quais se empregavam lavadoras e máquinas hidráulicas.

De acordo com Fragoso, podemos observar que, entre o final do século XVII e meados do XVIII, foi enviada uma grande quantidade de ouro à Europa, com nenhuma outra das colônias portuguesas possuindo tantas reservas auríferas quanto o Brasil. Em relação a isto, Eulália Maria Lobo estima que, por volta de 1712, o Brasil tenha exportado cerca de 14500

82 BICALHO, Maria Fernanda B. O urbanismo colonial e os símbolos do poder: o exemplo do Rio de Janeiro nos séculos XVII e XVIII. **Estudos ibero-americanos**, vol. XXIV, n. 1, 1998.

83 RUSSELL-WOOD, Anthony John R. Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. **Revista brasileira de história**, v. 18, p. 187-250, 1998.

84 BOXER, Charles Ralph. **A Idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial**. São Paulo: Nova Fronteira, 2000.

85 Idem, p. 61.

quilos de ouro para Portugal, sem levar em consideração o que havia sido contrabandeado<sup>86</sup>. A esta enorme concentração de minério logo se somam os diamantes, e ambos passam a ser explorados, contribuindo para alçar a América portuguesa para uma posição cada vez mais privilegiada no quadro da monarquia pluricontinental<sup>87</sup>.

Para além da questão econômica, ainda nos apoiando na obra de Fragoso<sup>88</sup>, a descoberta dos minérios provocou uma revolução em Minas, assim como em parte de Goiás, devido à rápida e intensa migração a qual estas regiões foram sujeitas, além da exploração dos recursos locais. Isso ocorre porque, conforme as notícias de descoberta de metais preciosos chegam às áreas litorâneas, muitas pessoas que desejavam enriquecer a partir da exploração de minérios são atraídas para a região, como destaca Boxer. Estas pessoas participam da chamada “corrida do ouro”, e são identificadas por diversos termos, como, por exemplo “aventureiros” e, também de formas menos lisonjeiras, como “criminosos, vagabundos e malfeitores”<sup>89</sup>.

O grande deslocamento populacional teve como consequência, segundo Fragoso, maior controle fiscal por parte da Coroa, com a implementação de mecanismos que pudessem evitar o contrabando, como a formulação de regimentos de superintendentes, guardas-mores e oficiais deputados para a região, além do controle e fiscalização dos caminhos de acesso às Minas. Outra das medidas foi estabelecimento de casas de fundição, que exigia a quinta parte do peso total do ouro encontrado como forma de pagamento de impostos à Coroa<sup>90</sup>, empregando um processo relativamente simples: o ouro encontrado era “quintado”, derretido e transformado em barra, sendo devolvido ao proprietário original após receber o selo régio que atestava o pagamento da taxa, assegurando sua legalidade.

Entretanto, para Boxer, mesmo tomando diversas precauções e medidas de controle, não era possível que o governador regulasse completamente a circulação de pessoas na região e as rotas para se ir e vir às Minas, o que trazia como consequência igualmente não ser possível deter de todo as atividades contrabandistas. Segundo o autor:

86 LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao industrial e financeiro**, vol. 1. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978, p. 27.

87 FRAGOSO, João et al. **A economia colonial brasileira:(séculos XVI-XIX)**. São Paulo: Atual, 2005.

88 Idem.

89 BOXER, Charles Ralph. **A Idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial**. São Paulo: Nova Fronteira, 2000, p. 65.

90 FRAGOSO, João et al. **A economia colonial brasileira:(séculos XVI-XIX)**. São Paulo: Atual, 2005.

“Uma das razões pelas quais a Coroa manteve a taxa de capitação [o quinto] durante tanto tempo, apesar de sua extrema impopularidade, foi a maneira alarmante pela qual o contrabando e a falsificação do ouro floresceram durante a década de 1725-1735. [...] Alexandre Gusmão perguntava, retoricamente, em 1750: ‘É de se esperar que alguém se prive voluntariamente de uma quinta parte de seu capital, quando pode poupá-la, com pequeno trabalho e risco?’ E foi assim. [...]. O ouro era contrabandeado para fora através de rios solitários e pelos caminhos de matagais não frequentados que iam ter à Bahia e ao Rio de Janeiro, de onde grande parte dele era ainda desviado ilegalmente para a Costa da Mina, para os Açores, para Buenos Aires, e até para a Guiana Francesa. [...]”<sup>91</sup>

Evitar os descaminhos do ouro e dos diamantes era dever dos governadores e vice-reis, porém, como visto acima, a capacidade de fazer cessar completamente as atividades ilegais estava acima da capacidade de qualquer gestor. Mesmo com a mudança da capital para o Rio de Janeiro, os episódios de contrabando continuam a ocorrer e existem diversas missivas sobre este assunto datadas de diferentes gestões, ponderando as melhores maneiras de coibir as irregularidades e sobre o andamento de diligências investigativas<sup>92</sup>, como podermos ver no exemplo de um ofício de setembro de 1764, remetido pelo então vice-rei D. Antônio Álvares da Cunha ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, “sobre as diligências do intendente geral do ouro do Rio de Janeiro, João Tavares de Abreu, acerca do contrabando de ouro e diamantes, provenientes de Minas Gerais”:

“Para que Vossa Excelência seja ciente de tudo quanto se passa a respeito das diligências que ficam feitas sobre o extravio de ouro, e diamantes, até o último dia em que esta nau Brotas se há de fazer a vela, remeto inclusa a esta a conta que no dia de hoje me dá o Desembargador Intendente General, a quem encarreguei as averiguações, e dependências desta importante matéria.

Na mesma verá Vossa Excelência o que de novo se vai descobrindo, e se capacitará de que em um grande número de pessoas estava encoberta tanta maldade, as quais se irão averiguando com particular cuidado enquanto Sua Majestade assim o houver por bem.”<sup>93</sup>

91 BOXER, Charles Ralph. **A Idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial**. São Paulo: Nova Fronteira, 2000, p. 218 e 219.

92 “Perfil social dos governadores da capitania fluminense entre 1711 e 1763” (2019-2020) e “Trajetórias administrativas dos primeiros vice-reis do Estado do Brasil após a transferência da capital para o Rio de Janeiro (1763-1778)” (2020-2021) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Mônica da Silva Ribeiro.

93 Ofício do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre as diligências do intendente geral do ouro do Rio de Janeiro, João Tavares de Abreu, acerca do contrabando de ouro e diamantes, provenientes de Minas Gerais, [mencionando o envolvimento e a prisão de negociantes da praça do Rio de Janeiro, tais como Francisco Xavier Teles, Pedro Telmo Lima, além do tanoeiro Bernardo José Ferreira e do tropeiro Francisco de Sousa Braga, todos comprometidos com a venda e o transporte ilegal de ouro.] Anexo: ofício. 28 de setembro de 1764, Rio de Janeiro. AHU, Rio de Janeiro, cx. 79, doc. 34.

Passando a outro tópico sobre o contexto citadino do Rio de Janeiro, é preciso relacioná-lo ao cenário internacional europeu e analisar seus impactos. Sendo assim, devemos, portanto, destacar a rivalidade entre França e Inglaterra, que se estende pelo século XVIII. Tal inimizade influencia diretamente a Coroa lusitana e seus territórios ultramarinos porque esta havia se aliado à Inglaterra, fazendo com que os inimigos dos britânicos enxergassem em Portugal um alvo. Bicalho resume tal aliança como uma união de interesses pautados no apoio português à Inglaterra nos conflitos continentais, além da obtenção de vantagens comerciais em seus territórios conquistados, enquanto os britânicos lhe forneceria proteção política. Assim, temos que, nas palavras da autora, “para Portugal, a persistência da aliança inglesa e a consequente preservação da integridade territorial do reino e de seus domínios coloniais seriam a *marca registrada* dos Setecentos”<sup>94</sup>.

Mais um atrito entre Portugal e França é marcado pela Guerra de Sucessão da Espanha (1702-1714), na qual Portugal, se vendo pressionado pela aliança com a Inglaterra e pela necessidade de proteger sua metrópole e seus domínios ultramarinos, decide se opor às pretensões francesas. Além disso, a hipótese da vitória francesa acarretaria uma hegemonia continental e marítima por parte da mesma Coroa, o que desagradava as próprias pretensões geopolíticas portuguesas. Por mais que a França tenha sido derrotada e Portugal tenha colhido os louros da vitória junto a seus aliados britânicos, o ultramar português passou a receber ainda mais o assédio dos piratas e corsários franceses.

Neste contexto de corso e pirataria ocorridos na América portuguesa no século XVIII, em especial para a região do Rio de Janeiro, vale lembrar que não somente a França era responsável por estas atividades. De acordo com Bicalho,

“Havia muito que franceses, holandeses e ingleses andavam pelas costas do Brasil, e do Rio de Janeiro em particular. Durante os primeiros tempos de aventura colonial, a região centro-sul do Brasil, entre Espírito Santo e São Vicente, constituía-se numa área privilegiada, embora não exclusiva de pirataria europeia”<sup>95</sup>.

Para a Coroa portuguesa, a prática dos chamados *privateers* causava grandes prejuízos no ultramar e a até mesmo sua própria frota marítima estava ameaçada. Segundo Charles Boxer, os navios portugueses eram perseguidos pelos corsários franceses nos mares orientais, de Moçambique a Macau. Além disso, ilustrando os prejuízos para as possessões lusas, temos

94 BICALHO, Maria Fernanda. **A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003, p. 52, grifo da autora.

95 \_\_\_\_\_, Maria Fernanda B. O urbanismo colonial e os símbolos do poder: o exemplo do Rio de Janeiro nos séculos XVII e XVIII. **Estudos ibero-americanos**, vol. XXIV, n. 1, 1998, p. 46.

os saques realizados contra Santigado de Cabo Verde (1712) e as ilhas de Príncipe (1706) e São Tomé (1709) no Golfo da Guiné, junto ao ocorrido na cidade de Benguela (1705), na África Ocidental, que foi pilhada e queimada. Contudo, os principais ataques recaíram sobre o Brasil, em especial sobre a cidade carioca, que “era considerada como o prêmio mais desejável, em vista da grande riqueza canalizada através de seu porto, proveniente do ouro de Minas Gerais”<sup>96</sup>.

Mediante a este cenário, temos o temor de tais ataques como um sentimento bastante plausível e que afetou profundamente a maneira de se pensar a defesa da cidade. Como consequência, entre as principais preocupações que assombravam a Coroa portuguesa, encontramos justamente a defesa de suas praças e a procura de um governante que pudesse agir em favor de proteger a cidade e fortificá-la, como demonstram vários documentos do período acerca do estado das fortificações e da construção de novas estruturas defensivas. Bicalho expressa como esta problemática afetou o feitio urbano das cidades na América portuguesa na seguinte passagem:

“Cidades fortificadas, voltadas para o mar, erigidas em pontos estratégicos de penetração e dominação do interior, e sobretudo das rotas marítimas do Atlântico-Sul, a principal ameaça a que estavam submetidas era a representada pelas ambições expansionistas e comerciais das demais nações européias.”<sup>97</sup>

Todavia, as ações do corso francês elevaram não só a inquietude da Coroa com relação à estrutura defensiva da cidade, mas deixaram também uma grande impressão de medo e angústia para os colonos. Para exemplificar tais sentimentos, recorreremos ao episódio de invasão e saque da cidade, ocorrido em 1711 e protagonizado pelo corsário René Duguay-Trouin.

Em conformidade com as informações que reunimos a respeito de Duguay-Trouin na obra de Charles Boxer, o *privateer* francês nasceu numa família de comerciantes e marinheiros, em 1673, e fora educado para ser um clérigo. Entretanto, cedendo às “atrações de Marte e Vênus”<sup>98</sup>, ele opta pela carreira no mar, e se torna um corsário aos 16 anos. Nas palavras de Boxer, Duguay-Trouin era

96 BOXER, Charles Ralph. **A Idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial**. São Paulo: Nova Fronteira, 2000, p. 109.

97 BICALHO, Maria Fernanda B. O urbanismo colonial e os símbolos do poder: o exemplo do Rio de Janeiro nos séculos XVII e XVIII. **Estudos ibero-americanos**, vol. XXIV, n. 1, 1998, p. 32.

98 BOXER, Charles Ralph. **A Idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial**. São Paulo: Nova Fronteira, 2000, p. 114.

“Herói de numerosos combates navais, e neles quase invariavelmente bem-sucedido, sua coragem indômita fazia a admiração de seus adversários ingleses e holandeses. Tal respeito via-se aumentado pelo fato de revelar-se ele, sempre, vencedor cavalheiresco – e perfeito hospedeiro – para qualquer comandante aprisionado que fosse digno de atenção. Nas alturas de 1710, suas façanhas lhe tinham dado a fama de um dos melhores combatentes do mar, em qualquer tempo ou nação, e tal reputação ainda se mantém até hoje. Era também singularmente bonito, duelista hábil, galanteador ardente, mas ‘nada amigo da mesa ou da garrafa’. Numa palavra, tanto na opinião de amigos como de inimigos, ele bem merecia seu apelido de ‘le parfait gentilhomme’”.<sup>99</sup>

Muitos dos colonos e oficiais régios presentes na cidade durante o ataque francês discordariam sobre Duguay-Trouin ser identificado como *le parfait gentilhomme*. Como exemplo da insatisfação para com ele, temos um requerimento enviado por Lourenço Álvares de Barros ao rei, D. José I, no qual solicitando a mercê da concessão da sesmaria que era de seu pai, não consegue encontrar os documentos necessários que comprovem sua posse da terra por conta da destruição dos cartórios da cidade durante a invasão<sup>100</sup>. Em outro documento, identificado como “informação sobre a tomada da cidade do Rio de Janeiro”, porém sem mencionar remetentes e destinatários, lê-se que “como os Franceses não foram percebidos senão depois de estarem no Porto, não podendo o Comandante Português servir-se dos seus Navios, lhes mandou pôr fogo, e o mesmo fez a alguns Mercantes para que os inimigos se não aproveitassem deles”<sup>101</sup>. Tais documentações exprimem o desprazer para com a presença francesa durante o episódio, que causou inconveniências e prejuízos a particulares e militares.

Ainda nos embasando na obra de Boxer, o autor descreve a evacuação da cidade, ordenada pelo governador Francisco de Castro Morais, como um *sauve-qui-peut* ocorrido nas “trevas de uma noite em que chovia torrencialmente, e entre cenas de pânico e confusão indescritíveis”<sup>102</sup>. Após a debandada, os poucos defensores que restavam nos fortes próximos ao Rio de Janeiro também abandonaram seus postos ou se renderam aos franceses, enquanto

99 Idem, p. 114 e 115.

100 Requerimento do bacharel Lourenço Alvares de Barros, ao rei [D. José], solicitando a mercê da concessão da sesmaria que era de seu pai, o padre João Alvares de Barros, de uma légua de terras em quadra no sertão do Rio do Aguassú (Iguaçu, recôncavo da Baía de Guanabara, Rio de Janeiro), alegando que não encontrava registro das mesmas terras em virtude do cartório ter sido destruído durante a invasão francesa de 1711 (comandada pelo corsário René Duguay-Trouin). 28 de dezembro de 1754, Rio de Janeiro. AHU, Rio de Janeiro, sem cota antiga. AHU\_ACL\_CU\_017, Cx., D. 4846.

101 Informação sobre a tomada da cidade do Rio de Janeiro pela esquadra de Duqué Trowin, a inútil resistência do governador da capitania [Francisco de Castro Moraes] e a capitulação da capitania em 20 de Outubro de 1711, entregando os moradores aos franceses dinheiro, açúcar e gado. 30 de outubro de 1711, Rio de Janeiro. AHU-Rio de Janeiro, cx. 9, doc. 42.

102 BOXER, Charles Ralph. **A Idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial**. São Paulo: Nova Fronteira, 2000, p. 121.

estes tomaram posse da cidade e dos navios intactos ancorados na baía, além de saquearem as casas deixadas para trás pelos colonos.

Entretanto, os resultados da pilhagem não foram suficientes para cobrir os custos da expedição e pagar seus financiadores em Saint-Malo e em Brest. Como consequência disto, Duguay-Trouin exigiu o pagamento de um resgate – 610.000 cruzados em ouro, além de 100 caixões de açúcar e 200 cabeças de gado – para que pudesse deixar o Rio de Janeiro, com a promessa de arrasar a praça carioca caso não recebesse o valor esperado. Boxer conclui o evento da invasão francesa com Duguay-Trouin ainda representando *le parfait gentilhomme*, escrevendo que o corsário cumpriu com sua palavra e deixou a cidade após o recebimento do resgate, mas não sem antes tratar cavalheirescamente as mulheres e os feridos, e que “foi prazerosamente reconhecido” pelas pessoas que voltavam para suas casas, além de oferecer refúgio em sua frota para cristãos-novos que fugiam da Inquisição<sup>103</sup>.

Faz-se preciso notar que uma das principais fontes de Boxer para esta parte de sua obra é o livro de memórias escrito pelo próprio Duguay-Trouin<sup>104</sup>, o que abre espaço para o debate sobre a suposta a cordialidade do francês. Já o governador do Rio de Janeiro à época, Francisco de Castro Morais, é descrito pelo autor como “acovardado e acomodaticio”<sup>105</sup>, e é lançado em desgraça após o ataque corsário, sendo dispensado do cargo de governança e não assumindo novos postos a serviço da Coroa portuguesa. Segundo Vivaldo Coaracy, Castro Morais foi “remetido preso para Lisboa e, depois de processado, condenado a degredo na Índia, onde morreu”<sup>106</sup>.

Nos remetendo a outro dos medos de Lisboa, tem-se a ameaça da Coroa espanhola, que assediava a Colônia do Sacramento, principalmente no contexto da Guerra dos Sete Anos (1756-1763). As tentativas de diplomacia e negociações entre as duas coroas recaíram sob a responsabilidade de D. Pedro de Cevallos, governador de Buenos Aires, e de Gomes Freire, governador do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo neste período. Este problema diplomático foi, muitas vezes, a causa da ausência de Gomes Freire do Rio de Janeiro, deixando em seu lugar o governador interino e seu irmão, José Antônio Freire, que retomaremos no capítulo segundo do presente trabalho. Segundo Carlos Delgado de Carvalho,

103 Idem, p. 126.

104 DUGUAY-TROUIN, René. **Mémoires de Duguay-Trouin**. Paris, Foulcault, 1829.

105 BOXER, Charles Ralph. **A Idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial**. São Paulo: Nova Fronteira, 2000, p. 122.

106 COARACY, Vivaldo. **Memórias da cidade do Rio de Janeiro**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988, p. 386.



“a administração de Gomes Freire no Rio de Janeiro foi um tanto prejudicada pelas ocupações de ordem político-militar”<sup>107</sup>, uma vez que a questão diplomática demandava quase toda a atenção do governador, além de causar sua ausência física.

Entre as outras praças ameaçadas pela Espanha na região sul, encontramos também Santa Catarina e o Rio Grande de São Pedro, que são considerados por Maria Fernanda Bicalho como enclaves meridionais na América portuguesa, além de serem dependentes e tributários do Rio de Janeiro política, militar e comercialmente. Tais características causavam aflição nas autoridades locais perante a possibilidade de ataques e invasões que afetariam indiretamente a cidade. Após a exposição deste quadro de medo e insegurança em relação aos estrangeiros, principalmente franceses e castelhanos, Bicalho escreve que o Rio de Janeiro viveu a “experiência de constante estado de sítio”<sup>108</sup>, a qual fez a estrutura urbana se voltar para as obras defensivas, trazendo novamente a preocupação militar com a construção e reparo de fortificações e fortalezas por quase todo o século XVIII.

Ao longo de diversas gestões, tanto governadores quanto vice-reis, apoiados por seus engenheiros militares, idealizaram planos de defesa urbana, com o objetivo de resguardar a cidade contra estrangeiros, mas também contra possíveis revoltas da população local. Um exemplo destes planos foi a construção de uma muralha por iniciativa do engenheiro João Massé, durante o governo de Francisco de Távora, por volta de 1713, com objetivo de circundar a cidade para protegê-la, visando impedir outro ataque como o de Duguay-Trouin, em 1711.

Contudo, os planos de fazer do Rio de Janeiro uma “cidade enclausurada” no período do século XVIII, como descreve Bicalho<sup>109</sup>, não chegam a ser viáveis na prática. Portanto, a preocupação com a defesa urbana era uma constante para governadores e vice-reis, mas era algo que não ocorria nas mesmas proporções na realidade, em grande parte devido à falta de recursos disponíveis para executar os planos imaginados. Pela maior parte do século XVIII, a segurança e a defesa da cidade deveriam ser custeadas pelos colonos, por intermédio das câmaras municipais, arcando com despesas variadas, como o pagamento dos soldos das tropas e guarnições, além da construção e manutenção das fortalezas.

107 CARVALHO, Carlos Delgado de. **História da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1990, p. 51.

108 BICALHO, Maria Fernanda. **A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003, p. 176.

109 Idem, p. 181.

Como exemplo destes custos, podemos citar também o de manter uma nau guarda-costas com o objetivo de coibir a pirataria, como escreve Carlos Delgado de Carvalho: “estabelece o governador [Aires de Saldanha] o imposto da ‘nau guarda-costas’, cobrado por cabeça de negro importado e por navio entrado”<sup>110</sup>. Dispendios como este passam a ser cobertos, em maior parte, pela Fazenda Real, apenas nos primeiros anos do século XVIII, principalmente após as invasões francesas, mas ainda sem significar um grande aumento de recursos, de acordo com Bicalho<sup>111</sup>.

A própria característica da cidade de propensão ao crescimento populacional, e consequentemente ao crescimento urbano, constituía mais um fator que inviabilizava os esforços a favor do “enclausuramento”. É importante mencionar também que, com sua posição geográfica estratégica, o Rio de Janeiro tem acesso privilegiado ao tráfico negreiro e aos territórios castelhanos próximos ao Prata, e, embora fosse uma praça secundária na produção de açúcar dentro do contexto da América portuguesa, a cidade pôde, desse modo, se beneficiar economicamente e estabelecer para si uma rede de comércio e negócios no Atlântico, desde o século XVII, identificada por Luiz Felipe de Alencastro como uma espécie de triangulação de recursos entre Luanda, Rio de Janeiro e Buenos Aires<sup>112</sup>.

Uma vez canalizando para si diversos interesses econômicos, o Rio de Janeiro obtém cada vez mais realce como uma praça importante na região centro-sul da América portuguesa, com seu porto se destacando nos negócios do Atlântico. Esta característica é nomeada por Bicalho como uma “vocação atlântica”<sup>113</sup> da cidade, que se manifesta ao longo do século XVII. Já no cenário do século seguinte, temos a descoberta do ouro na região das Minas, acontecimento mencionado anteriormente, conferindo ainda mais importância ao Rio tanto no contexto da América lusa quanto na conjuntura do Império português. Com isso, segundo Carvalho, temos que “o fato mais característico deste período histórico é o papel internacional da capitania do Rio de Janeiro [...]”<sup>114</sup>.

110 CARVALHO, Carlos Delgado de. **História da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1990, p. 45.

111 BICALHO, Maria Fernanda Baptista. A Cidade do Rio de Janeiro e a Articulação da Região em torno do Atlântico-Sul: Séculos XVII e XVIII. **Revista de História Regional**, 1998.

112 ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

113 BICALHO, Maria Fernanda. **A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003, p. 176.

114 CARVALHO, Carlos Delgado de. **História da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1990, p. 45.

Seguindo brevemente para o momento no qual ocorre a transferência da cabeça do governo, da Bahia para o Rio de Janeiro, em 1763, o mesmo ano da morte de Gomes Freire, temos, de acordo com Maria Fernanda Bicalho e Nuno Gonçalo Monteiro, o deslocamento do centro administrativo colonial para um novo polo mais ativo economicamente<sup>115</sup>. Já para Carlos Delgado de Carvalho, a necessidade de trazer para o Rio de Janeiro a auréola de capital estava mais ligada à esfera militar:

“Os desastres na guerra do Sul, queda da Colônia do Sacramento e invasão do Rio Grande por Pedro de Ceballos coincidiram com a morte de Bobadela e vieram provar a urgência de centralizar no Rio de Janeiro a defesa e a resistência da colônia portuguesa. A carta régia, sabiamente inspirada pelo Marquês de Pombal, veio assim dar uma nova orientação aos destinos do Brasil. Era um resultado de sua natural expansão, o primeiro passo na sua missão história no Prata. Abria-se, pois, uma fase crítica e difícil com a criação do vice-reinado do Brasil.”<sup>116</sup>

Para Maria Fernanda Bicalho, o Rio de Janeiro já havia se destacado como local de grande valor, tanto no contexto da América portuguesa, quanto no quadro mais alargado do Império como um todo, desde o século XVII. Uma das evidências de que a cidade se fazia cada vez mais notável desde antes de 1763, na perspectiva da autora, é a criação do Tribunal da Relação, em 1751. A implantação de tal mecanismo no Rio de Janeiro ilustra a sua relevância, uma vez que ele tinha alçada para julgar causas não só fluminenses, mas também as que pertencessem ao Espírito Santo até Santa Catarina, somando-se a elas as causas das Minas Gerais, São Paulo e Goiás<sup>117</sup>.

Ainda com amparo na obra de Bicalho, podemos compreender o prestígio alcançado pela praça carioca aos olhos da Coroa portuguesa, no período do século XVIII, a partir de dois elementos principais, sobre os quais tratamos em momentos anteriores do presente capítulo, notadamente a animosidade entre as duas Coroas ibéricas ao sul, em relação à delimitação de fronteiras, e a extração de minérios das Minas Gerais<sup>118</sup>, que tinha sua produção escoada pelo porto do Rio, um dos mais importantes dos portos do Atlântico Sul, mesmo no momento de declínio das atividades mineradoras, por volta de meados dos 1700<sup>119</sup>. Ao tomar como ponto de partida esta relevância da cidade, Bicalho forma o conceito de capitalidade, no qual temos

115 BICALHO, Maria Fernanda; MONTEIRO, Nuno. As instituições civis da monarquia portuguesa na Idade Moderna: centro e periferia do império. **Monarquias ibéricas em perspectiva comparada (séculos XVI-XVIII): dinâmicas imperiais e circulação de modelos políticos-administrativos**. Lisboa: ICS – Imprensa de Ciências Sociais, p. 209-236, 2018.

116 CARVALHO, Carlos Delgado de. **História da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1990, p. 55.

117 BICALHO, Maria Fernanda. **A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

118 Idem.

a estruturação de centralidade de determinado local, que ao se tornar o “centro”, exerce influência sobre uma região e passa a estabelecer hierarquias, como no caso da articulação do Rio de Janeiro com demais capitanias da região centro-sul<sup>120</sup>.

Encerrando o presente capítulo, acreditamos ter reunido as principais informações e características sobre os tópicos do Império português e da cidade do Rio de Janeiro no século XVIII, no contexto do presente trabalho. Tais elementos são necessários para que possamos dar prosseguimento para os próximos capítulos, que tratam, respectivamente, de Gomes Freire de Andrada e D. Antônio Álvares da Cunha e suas gestões. Vamos a eles.

119 LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao industrial e financeiro**, vol. 1. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978, p. 36.

120 BICALHO, Maria Fernanda. O Rio de Janeiro no século XVIII: A transferência da capital e a construção do território centro-sul da América portuguesa. **URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 1-20, 2006.

## Capítulo 2 – Gomes Freire de Andrada, o Conde de Bobadela

Após a exposição das conjunturas do Império português e da cidade do Rio de Janeiro no século XVIII, damos início ao segundo capítulo do presente trabalho, dedicado à exploração da figura de Gomes Freire de Andrada, o conde de Bobadela. Ao longo do capítulo, buscaremos estudar os principais aspectos de sua gestão e reconstruir parte de suas redes de poder e sociabilidades, nos atentando aos conceitos político-sociais que dão nome a este trabalho – a raposa e o leão, expostos na obra de Maquiavel, *O Príncipe*<sup>121</sup>.

A atuação de Gomes Freire no Rio de Janeiro começa em 1733, quando assumiu o cargo em substituição ao governador que o antecedeu, Luís Vaía Monteiro. Segundo uma missiva de outubro de 1732, o ex-governador se encontrava enfermo, não sendo mais apto para a administração da capitania, e já havia sido rendido no cargo por um governador interino, o mestre de campo Manoel de Freitas da Fonseca<sup>122</sup>. Com a chegada de Gomes Freire à cidade do Rio de Janeiro, o envio de um novo oficial régio não se faria necessário até 1763, ano de sua morte.

Tendo em conta o período considerável de três décadas de gestão pelo mesmo oficial régio, temos o consequente volume de fontes escritas deixadas por ele na forma de cartas, ofícios, decretos e outras<sup>123</sup>. Por meio da análise destas fontes e das leituras apresentadas na bibliografia do presente trabalho, foi possível delinear padrões para o modo de governar do conde de Bobadela e identificar personagens que se destacaram como elos de suas redes de poder e sociabilidades, que exerceram suas influências na administração da então capitania do Rio de Janeiro.

Assim, o capítulo sobre Gomes Freire foi organizado em uma estrutura de subtópicos, contando com quatro itens. No primeiro, realizamos a introdução do governador, por meio de sua genealogia, e evidenciamos os cargos que ocupou previamente ao período de 1733 a 1763. No segundo item, destacamos a administração do conde de Bobadela na capitania do

121 MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe** (Trad. Roberto Grassi). 6ª ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2011.

122 Carta do [governador interino do Rio de Janeiro], mestre de campo, Manoel de Freitas da Fonseca, ao rei [D. João V], sobre a doença de gota contraída pelo ex-governador do Rio de Janeiro, Luís Vaía Monteiro e os problemas daí decorrentes, visto ter ficado incapacitado de administrar a capitania [...]. 31 de outubro de 1732, AHU-Rio de Janeiro, cx. 26, doc. 76; cx. 28, doc. 7.

123 Documentações analisadas nos projetos “Perfil social dos governadores da capitania fluminense entre 1711 e 1763” (2019-2020) e “Trajetórias administrativas dos primeiros vice-reis do Estado do Brasil após a transferência da capital para o Rio de Janeiro (1763-1778)” (2020-2021) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Mônica da Silva Ribeiro.

Rio de Janeiro e das demais regiões sob seu controle, notadamente aquelas que compõem o centro-sul da América portuguesa, Minas Gerais e São Paulo. Esta análise governativa foi feita principalmente a partir de fontes do período disponibilizadas pelo Arquivo Histórico Ultramarino, com as impressões transmitidas pelo próprio Gomes Freire ou por terceiros<sup>124</sup>.

Já no terceiro subtópico, dividido em dois subitens, tratamos principalmente dos elos selecionados para o estudo de suas redes de poder e sociabilidades, utilizando novamente fontes do período e os demais materiais expressos na bibliografia do presente trabalho. Para explicar o conceito e o funcionamento de tais redes, utilizamos principalmente as obras de Michel Bertrand<sup>125</sup> e de Fredrik Barth<sup>126</sup>. Além disso, ainda no mesmo item, analisamos a governança de Gomes Freire em relação aos arquétipos animais de Maquiavel, de acordo com as nuances da sociedade de corte, de acordo com a obra e conceito de Norbert Elias<sup>127</sup>. Seguindo esta linha de raciocínio, o último item foi reservado às nossas considerações sobre tudo o que foi desenvolvido ao longo do presente capítulo.

## 2.1. Introduzindo o personagem

Neste item, nos propusemos a expor as informações mais relevantes sobre Gomes Freire de Andrada que pudemos reunir, para reconstruir o caminho que percorreu antes de se tornar governador no Rio de Janeiro. Trouxemos um panorama de sua trajetória administrativa e perfil social, explorando sua genealogia e funções desempenhadas previamente, nos apoiando principalmente nos trabalhos desenvolvidos pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mônica da Silva Ribeiro, respectivamente sua dissertação de mestrado e sua tese de doutorado<sup>128</sup>.

Em primeiro lugar, nos debruçamos sobre a genealogia de Gomes Freire, evidenciando a trajetória de alguns de seus familiares. Nesse contexto, os Freire de Andrada era uma

124 Documentações disponíveis em: <[https://resgate.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=017\\_RJ\\_AV&pagfis=46468](https://resgate.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=017_RJ_AV&pagfis=46468)>. Acesso em: 22 de novembro de 2024.

125 BERTRAND, Michel. Del actor a la red: análisis de redes e interdisciplinaridad. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, Coloquios, 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/57505>. Acesso em 21 de novembro de 2024.

126 BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra-Capa Livraria, 2000.

127 ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Lisboa, Estampa, 1987.

128 RIBEIRO, Mônica da Silva. **“Razão de Estado” e Administração: Gomes Freire de Andrada no Rio de Janeiro, 1733-1748**. Niterói, Dissertação de Mestrado, PPG em História da Universidade Federal Fluminense, 2006 (dissertação de mestrado) e \_\_\_\_\_, Mônica da Silva. **Se faz preciso misturar o agro com o doce: a administração de Gomes Freire de Andrada, Rio de Janeiro e Centro-Sul da América Portuguesa (1748-1763)**. Rio de Janeiro: UFF, 2010 (tese de doutorado).

importante família de Portugal, serviu à Coroa portuguesa desde o século XIV e conseguiu alcançar lugar de destaque na burocracia colonial na época da Restauração.

Alguns de seus membros chegaram a lutar pelo rei D. Sebastião em Alcácer-Quibir, no século XVI, enquanto no século seguinte, XVII, se destacaram os irmãos Gomes e Bernardino Freire de Andrada. O primeiro, homônimo do conde de Bobadela, assumiu o cargo de governador do Estado do Maranhão, de 1684 a 1688, como recompensa por seus feitos na Guerra de Restauração (1640-1668) entre Portugal e Espanha. Já Bernardino era o pai de Gomes Freire e atuou na Guerra de Sucessão Espanhola (1702-1714), além de ter ocupado uma série de cargos ao longo de sua vida, como governador de Portalegre (1704), governador de armas no Alentejo (1707) e mestre de campo general. Ele faleceu em 1716, tendo se casado com Joana Vicência de Menezes, com quem teve cerca de dez filhos, entre eles Gomes Freire de Andrada (quarto filho), e seu irmão, José Antônio (oitavo filho), sobre o qual daremos mais detalhes no segundo e terceiro itens deste capítulo.

De acordo com Mônica Ribeiro, por mais que outros indivíduos pertencentes à família Freire de Andrada tenham se destacado à sua maneira, Gomes Freire pode ser sublinhado como o mais notável de seus membros, uma vez que ocupou altos cargos na governança da América portuguesa<sup>129</sup>. Como forma de reconhecimento aos serviços prestados à Coroa durante dois reinados contínuos, os de D. João V (1689 – 1750) e o de D. José I (1714 – 1777), ele foi o primeiro de sua família a receber o título de Conde de Bobadela, em 1758.

Em relação à sua educação, podemos destacar o estudo de línguas clássicas e modernas (castelhano e francês), filosofia e retórica. Gomes Freire também estudou no Colégio de Artes, em Coimbra, mas teve os estudos interrompidos por volta de 1704, quando seu pai, Bernardino, foi feito prisioneiro das forças franco-espanholas, durante a Guerra de Sucessão Espanhola. Ao receber tal notícia, Gomes Freire deixou Coimbra para tomar parte no conflito, fomentando sua carreira militar e formando algumas alianças que serão revistas no seu tempo de governo no Rio de Janeiro, como aquela com o militar José da Silva Paes.

Após a Guerra de Sucessão Espanhola, Bernardino Freire é libertado, em 1706, e se torna governador de artilharia, no Alentejo. No ano seguinte, 1707, é a vez do filho conhecer o aprisionamento, com a participação pouco lisonjeira de Portugal na batalha de Almanza. Os

129 RIBEIRO, Mônica da Silva. **“Razão de Estado” e Administração: Gomes Freire de Andrada no Rio de Janeiro, 1733-1748**. Niterói, Dissertação de Mestrado, PPG em História da Universidade Federal Fluminense, 2006.

registros se tornam um pouco nebulosos a respeito do período de cárcere de Gomes Freire, mas sabemos que ele foi libertado posteriormente e, por volta de 1716, mesmo ano da morte de seu pai, detinha o cargo de capitão de cavalaria no Alentejo, onde comandava um dos regimentos. Com o passar do tempo, ele recebe a promoção para sargento-mor do regimento de cavalaria de Alcântara, e lá estabelece contato com D. Diogo de Noronha, Marquês de Marialva. De acordo com Ribeiro, é por meio do Marquês de Marialva e de suas próprias conexões familiares que Gomes Freire se aproxima do rei<sup>130</sup>.

Para encerrarmos a exposição da genealogia do governador, temos também a informação de que Gomes Freire não se casou e não deixou descendência, portanto o herdeiro do título de conde de Bobadela acaba por ser seu irmão, José Antônio Freire, que tem grande papel como um dos elos de suas redes de poder e sociabilidades.

Partindo para as questões governativas, é importante reiterar que a escolha da Coroa portuguesa para os postos de governança em seus territórios ultramarinos seguia uma racionalidade administrativa de se buscar por “qualidades ideais”, de acordo com a obra do autor Dauril Alden sobre o Marquês do Lavradio<sup>131</sup>. Neste trabalho, Alden identificou que a Coroa desejava candidatos aos cargos de governança que fossem valorosos, prudentes e responsáveis, com experiência em guerras, e ao mesmo tempo que fossem detentores de sangue nobre, porém não muito jovens, pois a juventude impedia a prudência.

Após a análise do seu histórico familiar e seu próprio, com serviços prestados à Coroa por longos anos, podemos concluir que Gomes Freire se apresentava como um forte candidato a governador dos territórios ultramarinos. Somado a isto, sua vasta experiência militar se tornaria muito útil em relação a outras demandas da Coroa, como a aptidão do ocupante do cargo para comandar e administrar tropas, além de construir e reparar estruturas defensivas na colônia. Quanto à idade, ele não poderia ser considerado um jovem imprudente no ano de 1733, já tendo ultrapassado a faixa dos 40 anos de idade. Além disso, esperava-se também que o responsável pela capitania fosse capaz de combater o contrabando e os descaminhos do ouro e dos diamantes em seu território, não se esquecendo de zelar pela ordem social em escala mais ampla.

130 RIBEIRO, Mônica da Silva. **“Razão de Estado” e Administração: Gomes Freire de Andrada no Rio de Janeiro, 1733-1748**. Niterói, Dissertação de Mestrado, PPG em História da Universidade Federal Fluminense, 2006, p. 134.

131 ALDEN, Dauril. **Royal Government in Colonial Brazil: with special reference to the administration of the Marquis of Lavradio, Viceroy, 1769-1779**. California: University of California Press, 1968.



## 2.2. “Hércules”: a gestão de Gomes Freire de Andrada, Conde de Bobadela (1733-1763)

Neste subtópico, buscaremos explorar as principais características do governo de Gomes Freire durante seu tempo de administração no Rio de Janeiro e no centro-sul da América portuguesa, destacando a imagem que o conde de Bobadela construiu de sua figura entre outros personagens do mesmo período.

É interessante pontuar que Gomes Freire foi o governador com o mandato mais longo do Rio de Janeiro no período do século XVIII, contabilizando cerca de trinta anos de serviço à Coroa portuguesa, no mesmo cargo. Durante este período, sua jurisdição recaía também sobre as capitanias de Minas Gerais e São Paulo, o que o levava a viajar entre estas diferentes regiões. A partir do ano de 1748, foi estabelecido que Gomes Freire seria igualmente responsável pela administração de Goiás e Mato Grosso, além de possuir a jurisdição dos governos da Colônia do Sacramento, Rio Grande do Sul, Ilha de Santa Catarina e Santos<sup>132</sup>.

Nesse contexto, segundo o autor Charles Boxer, o governador demonstrava “incansável devotamento” ao serviço régio, sendo seguro supor que ele, muitas vezes, trabalhava noite adentro nas correspondências oficiais, após ter passado as horas do dia no arsenal ou em sua secretaria<sup>133</sup>, visando zelar pelos interesses da Coroa. Como complemento ao exposto por Boxer, em relação à dedicação de Gomes Freire a suas funções, temos uma missiva do bispo do Rio de Janeiro à época, D. Antônio do Desterro, remetida a Sebastião José de Carvalho e Melo, então secretário de Estado do Reino e Mercês, futuro marquês de Pombal, na qual o religioso narra que, ao saber da notícia da perda da Colônia do Sacramento para os castelhanos, o governador teria levado um duro golpe e sido levado “em breves dias à sepultura”<sup>134</sup>, em janeiro de 1763.

Entretanto, devemos retroceder no tempo e deixar de lado o motivo de sua morte no ano de 1763, para tratar de seu governo propriamente dito. Como mencionado anteriormente,

132 RIBEIRO, Mônica da Silva. **“Razão de Estado” e Administração: Gomes Freire de Andrada no Rio de Janeiro, 1733-1748**. Niterói, Dissertação de Mestrado, PPG em História da Universidade Federal Fluminense, 2006 e \_\_\_\_\_, Mônica da Silva. **Se faz preciso misturar o agro com o doce: a administração de Gomes Freire de Andrada, Rio de Janeiro e Centro-Sul da América Portuguesa (1748-1763)**. Rio de Janeiro: UFF, 2010 (tese de doutorado).

133 BOXER, Charles Ralph. **A Idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial**. São Paulo: Nova Fronteira, 2000, p. 324-325.

134 Ofício do Bispo do Rio de Janeiro, [D. Frei Antônio do Desterro], ao [secretário de estado do Reino e Mercês], conde de Oeiras, [Sebastião José de Carvalho e Melo], informando a perda da Nova Colônia do Sacramento e o falecimento do governador do Rio de Janeiro, conde de Bobadela, Gomes Freire de Andrade,

o governador chega à cidade do Rio de Janeiro para substituir o antigo ocupante do cargo, Luís Vaía Monteiro, que a havia gerido entre anos de 1725 e 1733. O ex-governador apresentava enfermidades que o impossibilitavam de administrar a capitania, sendo acometido principalmente pela chamada doença da gota e, segundo a missiva dos oficiais da Câmara do Rio de Janeiro, em 1733, ele veio a falecer no mesmo ano “dos achaques em que lhe procedeu a demência, e privação dos sentidos”<sup>135</sup>.

Por volta de agosto de 1727, as queixas sobre as atitudes de Luís Vaía Monteiro começam a surgir em missivas enviadas ao Reino, tanto vindas de particulares quanto de oficiais da Câmara da cidade, nas quais o governador é descrito como alguém que caiu na demência<sup>136</sup>, com “abominável procedimento”, além de, segundo os oficiais da Câmara do Rio de Janeiro, ser uma “total negação para governar”<sup>137</sup>. O ex-governador chega mesmo a ser acusado, por parte do desembargador Manoel da Costa Mimoso, de violar a correspondência de particulares, sob a justificativa de investigar os descaminhos do ouro. Sua queixa é narrada em uma carta remetida ao rei D. João V, de janeiro de 1732<sup>138</sup>, gerando grande descontentamento para com o então governador e com sua gestão.

Nesse contexto de grande insatisfação, o cenário herdado por Gomes Freire se delineia de forma tensa: os oficiais da Câmara, por exemplo, acreditavam que Vaía Monteiro havia

solicitando um sucessor para o governo do Rio de Janeiro. 15 de janeiro de 1763, AHU, Rio de Janeiro, cx. 72, doc. 8, cx. 70, doc. 79.

135 Carta dos oficiais da Câmara do Rio de Janeiro ao rei [D. João V], sobre a tomada de posse do novo governador e capitão-general desta capitania, Gomes Freire de Andrada, e o falecimento do seu antecessor, Luís Vaía Monteiro, em 19 de setembro do dito ano. 22 de setembro de 1733. AHU-Rio de Janeiro, cx. 28, doc. 62.

136 Carta do secretário do Governo do Rio de Janeiro, José Ferreira da Fonte, ao rei [D. João V], remetendo a lista das cartas escritas pelo ex-governador, Luís Vaía Monteiro, ao Conselho Ultramarino, antes de adoecer gravemente e ser substituído pelo mestre de campo, Manoel de Freitas da Fonseca. 3 de dezembro de 1732. AHU-Rio de Janeiro, cx. 27, doc. 30.

137 Carta dos oficiais da Câmara do Rio de Janeiro ao rei [D. João V], sobre as vexações que sofrem os moradores por ter o governador da capitania, Luís Vaía Monteiro, mandado retirar os guardas que faziam as rondas na dita cidade, ponde em risco a segurança da população. 30 de abril de 1731. AHU-Rio de Janeiro, cx. 24, doc. 63.

138 Carta do [desembargador] Manoel da Costa Mimoso, ao rei [D. João V], informando que o governador do Rio de Janeiro, [Luís Vaía Monteiro], continuava a violar a correspondência de pessoas particulares remetidas das capitanias de Minas Gerais e de São Paulo, sob o pretexto de averiguar as suspeitas de descaminho do ouro dos quintos reais, procedendo da mesma forma no caso de duas cartas remetidas ao dito desembargador pelo vice-rei do Estado do Brasil, [conde de Sabugosa, Vasco Fernandes César de Meneses], contrariando as determinações régias; queixando-se ainda que os procedimentos do dito governador acabaram por influenciar outros ministros daquela capitania, como os oficiais da Ouvidoria, uma vez que também estes abriam a correspondência dos particulares sem o seu consentimento, apresentando como justificação a sua participação no processo de devassa acerca dos descaminhos dos Quintos Reais. 4 de janeiro de 1732, AHU-Rio de Janeiro, cx. 24, doc. 22.

contraído ódio pela instituição<sup>139</sup>. O novo governador deveria, então, obrar para estabelecer relacionamentos mais harmoniosos com os demais oficiais régios, além de passar a segurança necessária de alguém que representava a autoridade da Coroa portuguesa na região.

Tendo esse cenário em mente, a recepção de um novo governador na cidade tinha grandes expectativas por parte dos poderes locais, como se pode notar pelo trecho da carta dos oficiais da Câmara ao rei D. João V, remetida em 22 de setembro de 1733, a respeito da tomada de posse do cargo de governador e capitão general do Rio de Janeiro por Gomes Freire de Andrada. No documento, os oficiais relatam acreditar que “lhe permite Deus dar melhor serviço que o seu antecessor Luís Vaia Monteiro”<sup>140</sup>.

Com isso em mente, o envio deste novo governador obedecia à transição do entendimento do conceito de “razão de Estado”<sup>141</sup> no Império português do século XVIII, segundo Ribeiro. Esta nova concepção surge principalmente a partir da Academia Real de História, instituição portuguesa que propiciou o desenvolvimento cultural e científico da época, e o desenvolvimento de estudos históricos, geográficos e cartográficos. Nesta nova lógica, o Império esperava igualmente aumentar sua centralidade, exercendo maior controle econômico, político e tributário sobre seus domínios ultramarinos. Com a passagem do tempo, os elementos descritos são postos em prática por intelectuais e administradores do período, resultando em mudanças nas ideias e nas medidas político-administrativas do Império português, de acordo com Ribeiro.

Dentro deste novo conjunto de ideias sobre a “razão de Estado”, Gomes Freire se destaca ao longo de sua gestão, por controlar de perto os locais dos quais estava encarregado, canalizando o poder para si e trazendo para a esfera prática a característica almejada pelo Império português de exercer maior controle econômico, político e tributário sobre seus domínios no ultramar. Para isso, era necessário que o governador se deslocasse entre as regiões que administrava.

139 Carta dos oficiais da Câmara do Rio de Janeiro ao rei [D. João V], queixando-se dos procedimentos do governador Luís Vaia Monteiro e da forma como se dirige a este senado; sendo ultimamente obrigados a esclarecer a queima das arrobas de fumo e informar os rendimentos do contrato do azeite; solicitando providências contra o comportamento abusivo do dito governador. 30 de dezembro de 1730. AHU-Rio de Janeiro, cx. 23, doc. 62.

140 Carta dos oficiais da Câmara do Rio de Janeiro ao rei [D. João V], sobre a tomada de posse do novo governador e capitão-general desta capitania, Gomes Freire de Andrada, e o falecimento do seu antecessor, Luís Vaia Monteiro, em 19 de setembro do dito ano. 22 de setembro de 1733, Rio de Janeiro. AHU-Rio de Janeiro, cx. 28, doc. 62.

141 RIBEIRO, Mônica. **“Razão de Estado” e Administração: Gomes Freire de Andrada no Rio de Janeiro, 1733-1748**. Niterói, Dissertação de Mestrado, PPG em História da Universidade Federal Fluminense, 2006.

Entre anos de 1733 e 1748, as viagens de Gomes Freire entre Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo foram constantes. No mesmo período, ele foi nomeado por D. João V para a administração da região das Minas, o que demonstra a articulação do eixo centro-sul, com o Rio de Janeiro como núcleo. Com isso, temos a presença de maior racionalidade administrativa para a governança da América portuguesa. Sua presença na região mineradora possibilitava maior fiscalização das atividades econômicas, evitando, na medida do possível, os contrabandos e descaminhos de ouro e diamantes, questões de grande importância para a Coroa. Com o passar do tempo, governadores interinos foram designados para as Minas Gerais e para São Paulo, mas ainda assim é evidente que a presença de Gomes Freire era importante para a manutenção dos interesses da Coroa portuguesa. As regiões do Serro Frio, do Rio Grande de São Pedro e da Colônia do Sacramento se tornaram igualmente lugares estratégicos que eram observados de perto por Gomes Freire.

Nos voltando para os anos de 1748 a 1763, encontramos ainda um cenário de grandes deslocamentos para Gomes Freire, que teve seu poder ampliado para todo o centro-sul. Neste período, ele recebe a administração interina dos governos de Goiás e Cuiabá, além da subordinação dos governadores da Colônia do Sacramento, Rio Grande do Sul, Ilha de Santa Catarina e Santos, junto à supervisão das áreas mineradoras de Goiás e Mato Grosso. Segundo Charles Boxer, a área jurisdicional de Gomes Freire fazia com que ele fosse, virtualmente, governador-geral do Brasil meridional<sup>142</sup>. Com essa exposição, fica evidente não só o espaço de atuação que o governador recebe e a amplitude de seu poder na América portuguesa, mas também a confiança conquistada junto à Coroa.

Passando a aspectos mais tangíveis de sua gestão, temos a preocupação do governador com o estado das fortificações e com a construção de novas fortalezas nas áreas sob seu controle. O objetivo destas obras residia em proporcionar a defesa local, que também era dever dos governadores. Era de suma importância preparar-se para possíveis ataques estrangeiros, como investidas da Coroa espanhola, piratas ou corsários, como ficou evidenciado no ataque sofrido pelo Rio de Janeiro anos antes, em 1711, comandado pelo corsário francês René Duguay-Trouin.

Como exemplo das obras defensivas feitas durante o governo do futuro conde de Bobadela, temos a construção da fortaleza do Rio Grande de São Pedro, realizada pelo

142 BOXER, Charles Ralph. **A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

engenheiro e militar José da Silva Paes, que muitas vezes atuou como governador interino no Rio de Janeiro, em nome de Gomes Freire. Silva Paes também foi encarregado por Gomes Freire de fortificar Santa Catarina, levando oficiais, soldados e trabalhadores para as construções de novas fortalezas. Dentre elas, podemos citar a fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, a de Santo Antônio, e a de São José da Ponta Grossa.

Gomes Freire também investe tempo e recursos na finalização das obras públicas do aqueduto da Carioca, no Rio de Janeiro, que garantia o abastecimento de água para a cidade. A conclusão de tal obra beneficiou a população local e certamente lhe fez ganhar alguma estima entre os populares. O início das obras remete ao ano de 1714<sup>143</sup>, mas o aqueduto foi concluído apenas por volta da década de 1740, após a posse do governo por Gomes Freire, que delega a função para o engenheiro e militar José Fernandes Pinto Alpoim. Além disso, o governador toma interesse por outras obras no Rio de Janeiro, como a construção de uma fonte pública na praça do Carmo e a edificação do Convento de Santa Teresa, supervisionado à época por madre Jacinta de São José. Após a sua morte, em 1763, o corpo de Gomes Freire foi recolhido para ser sepultado no mesmo convento.

Outra das obras ordenadas pelo governador e que merece destaque é a construção do edifício do Palácio dos Governadores (Palácio do Governo), para servir de residência para si próprio e seus possíveis sucessores<sup>144</sup>, com o responsável pelas obras sendo o já citado José Alpoim. O edifício se encontra no centro da cidade do Rio de Janeiro e já serviu como Paço Real e depois Imperial, e mesmo como o prédio que abrigou a sede da Repartição dos Telégrafos<sup>145</sup>, antes de reassumir o complemento de “Imperial” e se tornar museu e ponto turístico, tal qual o conhecemos hoje. Esta construção será retomada no próximo subitem do atual capítulo, e no terceiro capítulo da presente dissertação, sobre o vice-rei D. Antônio Álvares da Cunha, o conde da Cunha.

Neste ponto, devemos também evidenciar que José da Silva Paes e de José Fernandes Pinto Alpoim foram peças-chave para o governo de Gomes Freire. Destacamos brevemente a participação dos mesmos no período de 1733 e 1763, nas funções de militar e engenheiro, mas os personagens serão explorados em mais detalhes no próximo subtópico deste capítulo, por

143 Relação dos rendimentos e das despesas da Fazenda Real do Rio de Janeiro, 1714, AHU, Rio de Janeiro, cx. 10, doc. 22. Em meio à relação, há menção às despesas feitas com a dita obra.

144 Carta do [provedor da Fazenda do Rio de Janeiro], Francisco Cordovil de Sequeira e Mello ao rei [D. João V], dando conta da determinação do governador Gomes Freire de Andrada mandando fazer a obra de um palácio para sua residência, 7 de novembro de 1744, AHU, Rio de Janeiro, cx. 43, doc. 88.

145 COARACY, Vivaldo. **Memórias da cidade do Rio de Janeiro**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988, p. 388.

se tratarem dos elos das redes de poder e sociabilidades do governador selecionados para análise no presente trabalho.

Nos desviando para outras questões do período de administração do conde de Bobadela, temos o incentivo do governador para o desenvolvimento de atividades acadêmicas no Rio de Janeiro. Como exemplo, trouxemos três situações que ilustram a contribuição de Gomes Freire para o cenário acadêmico da cidade:

- Participação na fundação de duas academias literárias, a dos Felizes e a dos Seletos;
- Participação no estabelecimento de uma imprensa local;
- Estabelecimento de aulas teóricas de artilharia e de uso de fogos artificiais para militares e outras pessoas interessadas.

Tratando em primeiro lugar das academias, temos a fundação da Academia dos Felizes, uma agremiação de cunho literário e intelectual, que operou de 1736 a 1740. Seu emblema oficial era a figura mítica de um dos personagens greco-romano mais conhecidos, Hércules, que, no contexto do emblema, era retratado usando uma clava para afugentar uma personificação do ócio, junto à inscrição em latim *Ignavia fugando et fugienda*. De acordo com o Dicionário Latino-Português do autor Ernesto Faria, a palavra “ignavia, -ae” pode ser traduzida como “ignávia, inação, indolência, preguiça”<sup>146</sup>. Já os termos “fugando” e “fugienda” são declinações, respectivamente, dos verbos “fugo” e “fugio”, que significam “pôr em fuga, fazer fugir, afugentar, afastar” e “fugir, escapar-se, pôr-se em fuga”<sup>147</sup>. Assim, a expressão pode ser traduzida aproximadamente como “A preguiça afugentamos e dela fugimos”<sup>148</sup>.

Explicando brevemente o mito selecionado pela Academia, Hércules (ou Héracles) era um semideus, filho do deus Júpiter (ou Zeus) e da mortal Alcmena, conhecido por muitas façanhas entre os mortais e identificado como um herói lendário. Possuía grande força física e um dos conjuntos de histórias mais conhecido a seu respeito tem o nome de “os doze trabalhos de Hércules”. Dentre as tarefas que devia completar, temos, por exemplo, a de matar criaturas míticas monstruosas, como a hidra de Lerna e o leão de Nemeia, demonstrando seus poderes de semideus<sup>149</sup>. De acordo com o primeiro volume da Enciclopédia Abril Cultural, de

146 FARIA, Ernesto. **Dicionário Latino-Português**. Belo Horizonte: Livraria Garnier, 2003, p. 470.

147 Idem, p. 419.

148 Tradução nossa da inscrição da Academia dos Felizes, *Ignavia fugando et fugienda*.

149 ENCICLOPÉDIA ABRIL CULTURAL. **Mitologia**, v. 1. 2ª ed. São Paulo: Victor Civita, 1976, p. 257 a 272.

1976, o herói pode ser condensado com o seguinte trecho: “a figura de Héracles [Hércules] supera a de todos os outros heróis, em importância, pois agrupa em torno de si os mais numerosos e diversos mitos. [...] E demonstram, sem exceção, a força descomunal, os sentimentos desmedidos do herói, superiores à capacidade humana”<sup>150</sup>.

Dessa forma, ao ser compreendido como um personagem com força sobre-humana e que realizava diversos “trabalhos” sem descanso, o personagem se encaixa perfeitamente na inscrição em latim da academia, opondo-se à ideia da preguiça ou da inação, que são elementos indesejáveis, devendo ser evitados e “postos em fuga”. Levando esta simbologia mitológica em consideração, escolhemos o nome “Hércules” para identificar a gestão de Gomes Freire, visto que sua gestão é marcada pela realização de diversos trabalhos em favor da Coroa na América portuguesa.

O governador também teve participação na fundação da Academia dos Seletos, que teve uma vida curta, e embora ambas não tenham conseguido desenvolver exatamente a qualidade e a quantidade de instrução pública no Rio, houve significância para a fundação destas instituições, com o objetivo de fazer florescer as atividades intelectuais da cidade<sup>151</sup>. A contribuição mais notável dos Seletos para a intelectualidade da época foi a produção dos *Júbilos da América*, na década de 1750, uma coleção de obras de diversos autores, na forma de sonetos, cartas, elogios e outros escritos em homenagem a Gomes Freire. É interessante mencionar que, entre os Seletos, encontramos uma mulher, Ângela do Amaral Rangel, que apesar de ser cega desde o nascimento, contribuiu para a obra coletiva com dois sonetos e dois romances líricos.

A capa da obra contém os dizeres “Júbilos da América, na gloriosa exaltação e promoção do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor, Gomes Freire de Andrada”, e nela são enumerados todos os seus cargos, junto ao seu título de cavaleiro da Ordem de Cristo. Além disso, é evidenciado que o governador recebeu a mercê de ser o “Primeiro Comissário da Medição, e Demarcação dos Domínios Meridionais Americanos entre as duas Coroas,

<sup>150</sup> Idem, p. 259.

<sup>151</sup> RIBEIRO, Mônica. **“Razão de Estado” e Administração: Gomes Freire de Andrada no Rio de Janeiro, 1733-1748**. Niterói, Dissertação de Mestrado, PPG em História da Universidade Federal Fluminense, 2006, p. 17.

Fidelíssima, e Católica”<sup>152</sup>, assunto para o qual retornaremos mais tarde, ainda no mesmo subtópico.

Os próprios autores descrevem a coletânea de textos como uma “coleção das obras da Academia dos Seletos, que na Cidade do Rio de Janeiro se celebrou em obséquio e aplauso do dito Excelentíssimo Herói [Gomes Freire]”<sup>153</sup>, demonstrando que mantinham relações de amizade com o governador e que o mesmo era bem quisto e estimado entre o grupo de eruditos.

Em relação ao estabelecimento de uma imprensa local, nos remetemos ao autor Anthony Russell-Wood para tratar da iniciativa de Gomes Freire. Segundo o autor, o governador foi responsável por encorajar Antônio Isidoro da Fonseca a trazer sua casa editorial de Lisboa para o Rio de Janeiro, por volta do ano de 1746. Entretanto, a tentativa de se estabelecer permanentemente na cidade fracassou: Isidoro da Fonseca recebe uma determinação vinda de Portugal para que sua imprensa fosse fechada apenas um ano após se estabelecer no Rio de Janeiro. A ordem expedida não seria algo raro, uma vez que, de acordo com o autor, a Coroa portuguesa já havia proibido a existência de uma imprensa local, buscando evitar a disseminação das “ideias jacobinas”<sup>154</sup>. Mesmo com seu desfecho infrutífero, a breve aventura é válida para ilustrar as iniciativas de Gomes Freire para o desenvolvimento acadêmico e intelectual da cidade, granjeando a estima dos membros da elite intelectual do Rio de Janeiro.

Como último episódio selecionado sobre a participação nas atividades intelectuais na colônia, temos um caso interessante envolvendo Gomes Freire e José Fernandes Pinto Alpoim, que são as aulas teóricas de artilharia e de uso de fogos artificiais disponibilizadas na cidade do Rio de Janeiro. No ano de 1738, o rei D. João V decreta o estabelecimento destas aulas, ordenando que fossem ministradas a fim de melhorar a instrução militar do novo Terço de Artilheiros criado na cidade.

Em resposta ao decreto, temos uma carta de janeiro de 1739, emitida pelo governador, informando o cumprimento da ordem régia, e que havia selecionado o mestre responsável por

152 SIQUEIRA E SÁ, Manuel Tavares de (org). **Júbilos da América na gloriosa exaltação e promoção do ilustríssimo senhor Gomes Freire de Andrade: Coleção das obras da academia dos seletos, que na cidade do Rio de Janeiro se celebrou em obséquio e aplauso do dito excelentíssimo herói**. Lisboa, Portugal: Oficina de Manuel Álvares Solano, 1754.

153 Idem.

154 RUSSELL-WOOD, Anthony John R. **Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808**. Revista brasileira de história, v. 18, 1998, p. 191 e 192.



ministrar as aulas, José Fernandes Pinto Alpoim. Alpoim havia recebido a promoção para o posto de sargento-mor do novo Terço de Artilheiros, cujos oficiais e soldados seriam obrigados a frequentar as aulas por ao menos cinco anos, podendo receber castigos caso se ausentassem. É interessante notar que, ao longo da missiva, Gomes Freire escreve que as aulas seriam para “oficiais e soldados do dito terço [Terço de Artilheiros], e as mais pessoas que quiserem aplicar-se”<sup>155</sup>, nos deixando entrever a possibilidade de permitirem a civis e militares pertencentes a outros agrupamentos o acesso aos estudos de artilharia.

Além de contribuir para a eficiência militar do novo terço e a defesa da capitania, um dos objetivos dessas aulas era que, após instruídas por Alpoim, estas pessoas pudessem ser empregadas nos postos da Repartição da Artilharia do Rio de Janeiro e também em outras capitanias, levando consigo os conhecimentos adquiridos e estando aptos a transmiti-los a outros militares<sup>156</sup>.

Nos atentando a outras questões do governo de Gomes Freire, é necessário tratar da problemática da definição de limites entre os territórios de Portugal e os de Espanha na região Sul, assunto que foi brevemente introduzido anteriormente pela coletânea *Júbilos da América*, ao destacar mais um dos papéis assumidos por Gomes Freire, o de “Primeiro Comissário da Medição, e Demarcação dos Domínios Meridionais Americanos entre as duas Coroas, Fidelíssima, e Católica”<sup>157</sup>. Sua atuação como diplomata exigia grande atenção e zelo, uma vez que, ao estar agindo como representante da Coroa portuguesa, era esperado que garantisse termos que não fossem prejudiciais para a mesma ao firmar o Tratado de Limites. Do outro lado das negociações, e representando os interesses da Coroa espanhola, temos o general D. Pedro de Cevallos, descrito por Gomes Freire como um “irreconciliável inimigo do nome português”<sup>158</sup>.

155 Carta do [governador do Rio de Janeiro e Minas Gerais], Gomes Freire de Andrada, ao rei [D. João V], informando o cumprimento da ordem régia que determinava o estabelecimento de uma aula de Artilharia no Rio de Janeiro [...], 9 de janeiro de 1739, Vila Rica, AHU, cx. 35, doc. 32.

156 Idem.

157 SIQUEIRA E SÁ, Manuel Tavares de (org). **Júbilos da América na gloriosa exaltação e promoção do ilustríssimo senhor Gomes Freire de Andrade: Coleção das obras da academia dos seletos, que na cidade do Rio de Janeiro se celebrou em obséquio e aplauso do dito excelentíssimo herói**. Lisboa, Portugal: Oficina de Manuel Álvares Solano, 1754.

158 Ofício do [governador do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo], conde de Bobadela, [Gomes Freire de Andrade], ao [secretário de estado do Reino e Mercês], conde de Oeiras, [Sebastião José de Carvalho e Melo], comentando a correspondência trocada com o general D. Pedro de Cevallos, e as informações fornecidas pelo governador da praça da [Nova] Colônia [do Sacramento, Inácio Elói de Madureira] acerca dos acontecimentos ocorridos naquele local e a pirataria praticada pelos espanhóis às embarcações portuguesas que navegam no Rio da Prata. 28 de maio de 1762. AHU-Rio de Janeiro, cx. 71, doc. 6.

Contudo, por mais que Gomes Freire e D. Pedro de Cevallos tenham assumido seus lugares nas negociações, não foi possível estabelecer um acordo pacífico entre Portugal e Espanha. Segundo Ribeiro, temos que “depois de tantas brigas, discussões e desgastes, inclusive financeiros, a Coroa portuguesa e a espanhola decidiram pela anulação do Tratado de Madri”<sup>159</sup>. Em 1761, já próximo da data da morte de Gomes Freire, as ordens eram para que o estado das coisas retornasse ao estabelecido antes de 1750: castelhanos receberiam a região dos Sete Povos das Missões e os portugueses receberiam a Colônia do Sacramento.

Mesmo assim, o acordo não satisfaz a todos os envolvidos: Sebastião José de Carvalho e Mello, à época secretário de estado do Reino e Mercês e conde de Oeiras, não concordou que os castelhanos tivessem a posse dos Sete Povos. Para ele, esta região pertencia aos jesuítas e indígenas, e, como havia sido conquistada pelos portugueses, deveria ser mantida como posse da Coroa portuguesa. Portanto, no entendimento de Carvalho e Mello, Portugal deveria receber a Colônia do Sacramento sem ceder os Sete Povos das Missões.

Por outro lado, D. Pedro de Cevallos não concorda com a prerrogativa do Conde de Oeiras e decide tomar a Colônia do Sacramento pela força. Tal discordância nos leva ao evento da Guerra dos Sete Anos, travada entre as duas Coroas ibéricas entre os anos de 1756 e 1763. O conflito tensiona ainda mais a situação na fronteira meridional e ameaça outras praças lusitanas, como o Rio Grande e a vila de São Pedro, e, eventualmente, por volta do ano de 1762, a posse da Colônia do Sacramento é perdida para os castelhanos.

Pouco após o cenário descrito, temos a morte de Gomes Freire, no ano de 1763. Para um personagem da época, o bispo D. Frei Antônio do Desterro, os dois acontecimentos estão intimamente ligados: segundo o religioso, a morte do governador tinha como causa a perda da Colônia do Sacramento, como ele relata em um ofício remetido ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, datado de 7 de janeiro de 1763. Neste ofício, D. Frei Antônio do Desterro comunica os dois eventos, descrevendo-os como “golpes tão lamentáveis”, e que “fora ela [a perda da Colônia] a única causa da sua morte”<sup>160</sup>.

159 RIBEIRO, Mônica da Silva. **Se faz preciso misturar o agro com o doce: a administração de Gomes Freire de Andrada, Rio de Janeiro e Centro-Sul da América Portuguesa (1748-1763)**. 2010. Niterói, Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, p. 153-154.

160 Ofício do Bispo do Rio de Janeiro, [D. frei Antônio do Desterro], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, comunicando a morte do governador do Rio de Janeiro [Minas Gerais e São Paulo], conde de Bobadela, Gomes Freire de Andrade, a 1 de Janeiro de 1763; descrevendo a forma como se perdeu a Nova Colônia do Sacramento para os espanhóis, todos os esforços do governador até o dia de sua morte a junta governativa formada para tratar da administração da capitania, em cumprimento das ordens recebidas. 7 de janeiro de 1763, Rio de Janeiro, Anexo: ofícios. AHU-Rio de

Não é possível afirmar qualquer reação ou emoção por parte de Gomes Freire pelo fracasso das negociações e a consequente perda da Colônia do Sacramento, mas o ofício produzido por D. Frei Antônio do Desterro nos fornece hipóteses interessantes, o que nos leva a uma fonte bastante rica em termos do entendimento de um contemporâneo do governador.

Na mesma missiva, ele relata não saber se o rei D. José I havia perdido mais com a morte de Gomes Freire do que com a perda do território, além de descrever o ataque realizado por D. Pedro de Cevallos à Colônia e o horror dos colonos perante a ameaça castelhana<sup>161</sup>. Expomos aqui as palavras do religioso, a fim de condensar os últimos momentos de Gomes Freire, e a reação da população frente a sua morte, além da opinião do próprio bispo:

“Estes fatais, e infelizes sucessos [castelhanos] penetraram tanto o coração de Gomes Freire, e perturbaram de sorte o seu ânimo, que caindo enfermo desprezou a saúde, e com ela a vida: assim mesmo doente não descansava nas providências desta Praça, e da mesma Colônia [...], com tanta diligência, que não perdoava instante de tempo, em que o não víssemos trabalhando, e dispondo já por mar, e já por terra, até que vencido o seu esforço da própria natureza debilitada se prostrou enfermo de cama, padecendo uma ardente febre, que logo se conheceu maligna, e ainda assim não descansava o seu cuidado, nem respirava da sua mágoa, por que até nos delírios da moléstia pela veemência da febre, se ouvia falar na perda da Colônia, que era nas horas de algum desafio o seu pasto de conversação.

Chegou finalmente o dia, em que foi preciso dar-lhe os últimos desenganos [...]. Qual fosse a consternação deste Povo, deixo à ponderação de Vossa Excelência [Francisco Xavier de Mendonça Furtado] certificando-o que não houve pessoa de mediano juízo, que não conhecesse, e se lamentasse de que ficava esta Terra órfã de Pai. Ele, piamente creio, estará recebendo o prêmio das suas virtudes; mas a nossa mágoa será inconsolável [...].”<sup>162</sup>

Tomando como base o ofício de D. Frei Antônio do Desterro, é seguro supor que Gomes Freire havia granjeado a estima dos habitantes do Rio de Janeiro em seus trinta anos de serviço e se tornado uma figura benquista no ultramar. Uma vez que a estima é conquistada, pode-se manter a obediência dos súditos e assim assegurar a paz, elementos necessários para uma gestão bem-sucedida, de acordo com Giovanni Botero<sup>163</sup>.

Nosso objetivo, ao trazer fragmentos de documentações e as demais situações apresentadas ao longo do capítulo, é de tentar entrever a reputação ou estima que possuía Gomes Freire e os laços criados por ele na colônia em comparação a seus antecessores. Analisamos também o legado destes elementos após sua morte, em 1763, e as consequentes

Janeiro, cx. 72, docs. 2, 1, 8.

161 Idem.

162 Idem.

163 TORGAL, Luís de Manuel Soares Reis e RALHA, Raffaella Longobardi. João Botero. **Da Razão de Estado**. Lisboa. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1992.

expectativas geradas para seus sucessores, como é o caso de D. Antônio Álvares da Cunha, o conde da Cunha, tema do terceiro capítulo deste trabalho. Segundo Norbert Elias, ao se estudar a sociedade de corte do Antigo Regime, é preciso também considerar as alianças e rivalidades existentes entre as pessoas e as famílias, que certamente influenciavam no “tratamento dos assuntos de governo, assim como em todos os outros assuntos oficiais”<sup>164</sup>.

É neste ponto que, para expandir o argumento sobre a estima do governador, buscamos também analisar a visão de outro grupo social sobre o mesmo: viajantes de passagem pelo Rio de Janeiro. Para isso, nos reportamos à antologia de textos de Jean Marcel França, *Visões do Rio de Janeiro Colonial*<sup>165</sup>. Nesta obra, encontramos relatos de viajantes contendo suas impressões sobre assuntos diversos relacionados à cidade, como, por exemplo, sobre os habitantes, fauna e flora. Os registros que mais chamam nossa atenção são os que contém registros dos viajantes sobre os governadores e vice-reis, além dos relatos de suas interações com os mesmos.

Reunimos os seguintes relatos para análise das relações entre os viajantes e o governador, organizados em ordem cronológica, tal qual estão dispostos na obra original de Jean Marcel França<sup>166</sup>: em primeiro lugar, o registro de um dos tripulantes da embarcação francesa *L’Arc-en-Ciel*, que permaneceu ancorada no Rio de Janeiro por aproximadamente 20 dias, entre abril e maio de 1748; seguido pelo relato do abade René Courte de La Blanchardière, que passou 15 dias na cidade, entre dezembro de 1748 e janeiro de 1749. Em terceiro lugar, as anotações de mais um francês, o astrônomo Nicolas Louis de La Caille, que estava em viagem ao Cabo da Boa Esperança e ancorou no Rio de Janeiro por cerca de um mês, entre janeiro e fevereiro de 1751. O quarto e último relato analisado é de M. de La Flotte, um francês a bordo do navio *Saint Luc*, pertencente à frota comandada pelo conde d’Aché, que permaneceu na cidade por dois meses, a contar de agosto de 1757.

Seguindo o tripulante da nau francesa *L’Arc-en-Ciel*, temos impressões bastante detalhadas do mês passado no Rio de Janeiro no ano de 1748, que havia ancorado na cidade em busca de recursos antes de seguir sua travessia de Breste a Pondicherry. Ele registra cuidadosamente suas observações sobre os habitantes locais, a pesca e os gêneros agrícolas que encontrou na cidade. Entre estas observações, há também críticas mordazes ao estado da

164 ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Lisboa, Estampa, 1987, p. 27.

165 FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Visões do Rio de Janeiro colonial: antologia de textos (1531-1800)**. Rio de Janeiro: EdUERJ: José Olympio, 2000.

166 Idem.

defesa do Rio de Janeiro, como, por exemplo, que as baterias instaladas no Convento dos Jesuítas e próximas ao Palácio Episcopal estavam, devido à negligência, em muito mau estado e “não seriam de grande ajuda no caso de um ataque surpresa, pois seria necessário mais tempo para pô-las em serviço do que para executar o ataque” e que “afora as péssimas baterias [...], o interior da cidade não conta com nenhuma peça de canhão. A sua defesa sustenta-se, pois, no valor dos habitantes locais”<sup>167</sup>. Ao tecer suas críticas, o francês se remete constantemente à figura de Duguay-Trouin – o mesmo responsável por arrasar a cidade no ano de 1711 – e os registros que o corsário fez sobre a cidade, chegando a notar que um dos canhões presentes numa escarpa em frente à Ilha das Cobras “tem ainda a metade da boca arrancada, tal como o deixou o senhor Duguay-Trouin em 1711”<sup>168</sup>.

Já sobre o governador, temos trechos importantes, como o que o tripulante da *L’Arc-en-Ciel* descreve que o futuro conde de Bobadela atendeu da melhor maneira as solicitações francesas e fez todos os esforços para ajudar os viajantes no que fosse preciso, embora se refira erroneamente a Gomes Freire como Fernando Freire. Segundo o francês, M. Bellisle, o capitão da embarcação, “deixou a cidade com as melhores impressões do governante português [Gomes Freire]”<sup>169</sup>. Ele também relata alívio por gozarem de uma estadia pacífica no Rio de Janeiro, se remetendo novamente a Duguay-Trouin e seu ataque de 1711, e como a cidade “ainda se ressentia dos efeitos dessa sangrenta e bem-sucedida invasão”<sup>170</sup>. Um trecho específico condensa as impressões positivas dos viajantes sobre Gomes Freire, uma nota intitulada “Relato de Dom Fernando [Gomes] Freire: Capitão Geral do Rio de Janeiro e das Minas”:

“Apesar de dom Fernando já ter uma idade avançada e sofrer de gota, sua figura ainda se mantém assaz importante. Seu ar é grave e altivo, mas sem afetação; sua conduta em nada se confunde com aquela de certos governadores portugueses que, inebriados pelos poderes do cargo que ocupam, se julgam pequenos soberanos. Dom Fernando, pondo de lado a arrogância e a cerimônia, adotou para com o capitão e os oficiais do *L’Arc-en-Ciel* maneiras francesas e tons polidos. [...] O capitão geral do Rio, é, em suma, um homem culto e conhecedor dos interesses dos príncipes, um homem de conversa extremamente agradável e que fala muito bem o francês”.<sup>171</sup>

O próximo relato também é de um francês, o abade René Courte de La Blanchardière, que explorou a cidade do Rio de Janeiro entre dezembro de 1748 e janeiro de 1749, no retorno

167 FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Visões do Rio de Janeiro colonial: antologia de textos (1531-1800)**. Rio de Janeiro: EdUERJ: José Olympio, 2000, p. 107 e 108.

168 Idem, p. 107.

169 Idem, p. 113.

170 Idem, p. 113.

171 Idem, p. 112.

de sua viagem ao Peru. A bordo do navio *Le Condé*, ancorado na baía de Guanabara, o religioso fez uma série de observações como aquelas do tripulante da *L’Arc-en-Ciel*, descrevendo os habitantes da cidade, sua fauna, construções importantes e também sobre as ordens religiosas locais, como os jesuítas e beneditinos. Ao longo de seu registro, ele também escreve, ainda que escassamente, sobre “o general”, que, de acordo com o abade de La Blanchardière, aparenta ser Gomes Freire, embora seu nome não seja citado, como na passagem “o palácio do general fica a sul: é um edifício de dois andares, com a fachada bastante regular”<sup>172</sup>.

A passagem que mais expressa a impressão do religioso sobre o governador é a que ele escreve se referindo ao impedimento da partida de sua embarcação, a nau *Le Condé*. Para de La Blanchardière, o navio fora proibido de deixar o Rio de Janeiro sem autorização do general devido a um mal-entendido entre o capitão e o oficial português, que os levava a crer que não haveria necessidade de tal autorização. Segundo o abade,

“Pode-se dizer, também, que o general mostrou-se excessivamente melindroso. M. de Lehen [o capitão do navio *Le Condé*] foi procurá-lo inúmeras vezes para pedir-lhe autorização para partir; ele, no entanto, nunca se mostrou disponível para receber o nosso capitão. Sua Excelência, se quisesse, teria nos poupado muitas fadigas e trabalhos [...]”<sup>173</sup>.

Não há registros sobre o que teria levado o governador a reter os franceses nesta feita, porém estes foram liberados para partir no dia seguinte à proibição. O que deixaram para trás, por meio do abade de La Blanchardière, foram as palavras “excessivamente melindroso” como descrição para Gomes Freire, o que demonstra que o governador não teve sucesso em se fazer benquisto entre os viajantes do *Le Condé*. Mas, a despeito do que foi escrito pelo abade, Gomes Freire se mostra cuidadoso com a organização dos procedimentos e a preservação do território, ou seja, com a racionalidade administrativa.

No terceiro registro, temos por autor o astrônomo francês Nicolas Louis de La Caille, que, segundo Marcel França, era também religioso, embora nunca tenha tomado o hábito formalmente. Ainda segundo Marcel França, sua viagem ao Cabo da Boa Esperança tinha o propósito científico de catalogar as estrelas do hemisfério sul, propósito alcançado pelo astrônomo ao registrar mais de 10 mil estrelas<sup>174</sup>. À época de sua estadia no Rio de Janeiro, La Caille estava a bordo do navio *Le Glorieux*, e permaneceu na cidade por cerca de um mês,

172 Idem, p. 124.

173 Idem, p. 125.

174 Idem, p. 128.

entre janeiro e fevereiro de 1751. Suas observações sobre a cidade pouco diferem das narrativas anteriores protagonizadas por viajantes, descrevendo os habitantes, seus modos de se vestir e os alimentos mais consumidos, porém um de seus registros nos chama especialmente a atenção. Ele traz brevemente seu encontro com o governador, descrito de forma pouco lisonjeira:

“O governador, que aqui se chama general, ofereceu um jantar ao senhor Daprès e a mim. O cardápio foi quase todo preenchido por pescados. Na ocasião, deram-nos uns guardanapos pequenos, amassados e sujos. E esse senhor gabava-se de ser muito rico e especialista na arte de bem viver.”<sup>175</sup>

Em contrapartida, de La Caille compara este convite com outro, feito por Paul Vincent, um holandês residente no Rio de Janeiro, e que este jantar estava “magnífico” e foram oferecidos guardanapos limpos. Tais observações podem parecer insignificantes, porém, observando-as segundo a ótica das lógicas da sociedade do Antigo Regime<sup>176</sup>, ao comparar seus dois anfitriões, de La Caille faz pouco caso do governador, desdenhando dos guardanapos “pequenos, amassados e sujos” que recebera. Além disso, o jantar oferecido por Gomes Freire não carrega nenhum adjetivo, nem positivo, nem negativo, enquanto o de Paul Vincent é chamado de “magnífico”. Contudo, o alimento servido pertencia a mesma qualidade: pescados, como o próprio astrônomo escreve. Dessa forma, acreditamos que as observações de La Caille a respeito do governador se encontram na mesma categoria que as de La Blanchardière, de pouco lisonjeiras, beirando mesmo ao desprezo.

Como fechamento para os registros de viajantes, trouxemos o quarto relato, feito por M. de La Flotte, sobre o qual não foi possível apurar informações, apenas de que era francês e estava a bordo do navio *Saint Luc*, parte da frota comandada pelo conde d’Achê. Estes franceses permanecem na cidade por dois meses, durante o ano 1757 e, a princípio, causaram desconforto às autoridades e aos habitantes do Rio de Janeiro. Este desconforto era gerado pelo medo, uma vez que a chegada de uma frota à cidade era perigosamente similar ao que ocorreu na ocasião do ataque arrasador de Duguay-Trouin, em 1711, acidente ao qual já nos referimos repetidas vezes anteriormente. Após o medo inicial ter sido dispersado, os franceses estavam livres para explorar a cidade e de La Flotte empregou sua liberdade registrando diversas informações locais, como a grande presença de laranjeiras e limoeiros, além de, ao que parece, seu tópico favorito: as mulheres da cidade. Seu relato nos é pouco útil em relação àquilo que foi registrado sobre o governador, porém algumas linhas podem ser transcritas:

<sup>175</sup> Idem, p. 133.

<sup>176</sup> ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Lisboa, Estampa, 1987.

“O governador do Rio de Janeiro, homem educado nas finas cortes da Europa e conhecedor dos usos que ligam as gentes de sociedade, quis oferecer uma festa ao general francês para apresentá-lo aos mais notáveis da cidade”<sup>177</sup>.

Segundo de La Flotte, os franceses foram convidados para uma “esplêndida ceia”, que deveria ser seguida de um baile. Porém, para o francês, a festa foi um fiasco porque não havia mulheres. Apenas os homens teriam respondido ao convite do governador, não permitindo que as mulheres participassem, segundo de La Flotte, pelo motivo do ciúme. O governador então teria se desculpado, na passagem: “Sua Excelência desculpou-se e deu-nos a entender o quanto lhe incomodava ter de conviver com semelhantes homens”<sup>178</sup>.

Como explicitado anteriormente, o relato de M. de La Flotte não é muito rico em observações acerca de Gomes Freire. Contudo, este e os demais relatos nos servem da perspectiva da sociedade de corte e do conceito de estima, estabelecidos respectivamente por Norbert Elias<sup>179</sup> e Giovanni Botero<sup>180</sup>. Os registros pelo tripulante da *L’Arc-en-Ciel* e por M. de La Flotte apresentam o governador em tons amigáveis, demonstrando mesmo admiração por sua educação e nobreza, enquanto os de René Courte de La Blanchardière e Nicolas Louis de La Caille trazem impressões azedas, nas quais não houve concordância ou cortesia.

Os relatos desagradáveis nos servem para mitigar uma possível idealização da figura de Gomes Freire enquanto governador, uma vez que, pelos relatos, podemos distinguir claramente que existem impressões tanto positivas quanto negativas a seu respeito. Esperamos que, ao expor também os registros que pendem para o negativo, possamos dissipar quaisquer pretensões de idealização do personagem presentes neste trabalho. Embora ele fosse estimado por diversos grupos na colônia e existam fontes do período que embasam tal suposição, não é apropriado para um trabalho acadêmico de cunho historiográfico que sejam feitas idealizações ou dicotomias, e não pretendemos analisar e comparar as figuras de Gomes Freire e de D. Álvares da Cunha, tema do próximo capítulo, sob estes focos de luz.

Existiam ainda aqueles que poderiam estimar ou não o governador a partir das redes de poder e sociabilidades nas quais estavam inseridos com interesses similares ou concorrentes. Nesta posição concorrente, na qual as redes de determinados indivíduos contrastam uma com a outra, podemos citar o exemplo da rivalidade entre Gomes Freire e o supracitado D. Pedro

<sup>177</sup> Idem, p. 141.

<sup>178</sup> Idem, p. 141.

<sup>179</sup> ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Lisboa, Estampa, 1987.

<sup>180</sup> TORGAL, Luís de Manuel Soares Reis e RALHA, Raffaella Longobardi. João Botero. **Da Razão de Estado**. Lisboa. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1992.



de Cevallos, enviado castelhano responsável por representar a Coroa espanhola nas negociações do Tratado de Limites, entre Portugal e Espanha. A relação de adversários entre ambos os personagens diz respeito principalmente ao risco que os castelhanos representavam para a conservação do território lusitano, traduzida na missiva de Gomes Freire remetida a Sebastião de Carvalho e Mello, na qual, no contexto do temor de que a Colônia do Sacramento sofresse ataques castelhanos, o governador espera poder “rebater, e disputar qualquer violência, que contra nós haja de cometer D. Pedro de Cevallos”<sup>181</sup>.

Partindo para outras problemáticas, nos reportamos novamente ao que foi relatado por D. Frei Antônio do Desterro: é provável que o rei D. José I partilhasse da mesma opinião, a respeito da perda do homem ser superior à perda do território da Colônia<sup>182</sup>. Abrimos esta hipótese devido à carta régia que Gomes Freire recebe do rei em 1761, ordenando que se dirigisse para a Bahia e lá assumisse o posto de vice-rei<sup>183</sup>. No ano seguinte, 1762, corroborando com a missiva anterior, o governador escreve ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, agradecendo por ter sido nomeado vice-rei do Estado do Brasil, além de também expressar sua gratidão por uma mercê feita a seu irmão, José Antônio, nomeado para o posto de brigadeiro da província de Trás-os-Montes<sup>184</sup>. Baseando-nos nestas missivas tão importantes, podemos crer que as quase três décadas de serviço do governador estavam sendo recompensadas com a mercê de ascender dentro da hierarquia colonial, junto às mercês concedidas a seu irmão.

181 Ofício do [governador do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo], conde de Bobadela, [Gomes Freire de Andrade], ao [secretário de estado do Reino e Mercês], conde de Oeiras, [Sebastião José de Carvalho e Melo], comentando a correspondência trocada com o general D. Pedro de Cevallos, e as informações fornecidas pelo governador da praça da [Nova] Colônia [do Sacramento, Inácio Elói de Madureira] acerca dos acontecimentos ocorridos naquele local e a pirataria praticada pelos espanhóis às embarcações portuguesas que navegam no Rio da Prata. 28 de maio de 1762. AHU-Rio de Janeiro, cx. 71, doc. 6.

182 Ofício do Bispo do Rio de Janeiro, [D. frei Antônio do Desterro], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, comunicando a morte do governador do Rio de Janeiro [Minas Gerais e São Paulo], conde de Bobadela, Gomes Freire de Andrade, a 1 de Janeiro de 1763; descrevendo a forma como se perdeu a Nova Colônia do Sacramento para os espanhóis, todos os esforços do governador até o dia de sua morte a junta governativa formada para tratar da administração da capitania, em cumprimento das ordens recebidas. 7 de janeiro de 1763, Rio de Janeiro, Anexo: ofícios. AHU-Rio de Janeiro, cx. 72, docs. 2, 1, 8.

183 RIBEIRO, Mônica da Silva. **Se faz preciso misturar o agro com o doce: a administração de Gomes Freire de Andrada, Rio de Janeiro e Centro-Sul da América Portuguesa (1748-1763)**. 2010. Niterói, Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, p. 125.

184 Ofício do [governador do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo], conde de Bobadela, [Gomes Freire de Andrade], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, agradecendo a sua nomeação como vice-rei do Estado do Brasil, e a de seu irmão, José Antônio [Freire de Andrade], para o posto de brigadeiro da província de Trás-os-Montes. 10 de abril de 1762, Rio de Janeiro. AHU-Rio de Janeiro, cx. 70, doc. 36.

Entretanto, como assinala Maria Fernanda Bicalho<sup>185</sup>, o conde de Bobadela não cumpre a determinação régia e permanece como governador do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo até a sua morte, em 1763. De acordo com o próprio Gomes Freire, não seria possível assumir o vice-reinado na Bahia, por três principais razões: seu papel nas negociações na região sul com Coroa espanhola era demasiado importante para que deixasse a região; junto a isso, havia a problemática de ainda não haver novo governador para as Minas Gerais; e, por fim, não seria prudente abandonar o Rio de Janeiro.

Ainda de acordo com a autora, é importante destacar a perspicácia de Gomes Freire ao reconhecer o Rio de Janeiro como uma região estratégica de grande valor para a Coroa naquele momento, capaz mesmo de sobrepujar a predominância da Bahia enquanto capital da América portuguesa. Tal capacidade da capitania é demonstrada com a mudança da sede do vice-reinado para o Rio a partir de 1763, como explicado no primeiro capítulo do presente trabalho.

Após a exposição do panorama do governo de Gomes Freire de Andrada, esperamos ter reunido argumentos e hipóteses, devidamente amparados pela bibliografia e pelas fontes do período, que sejam suficientes para dar legitimidade ao que foi abordado a respeito da estima do conde de Bobadela, e como este conseguiu se fazer benquisto ao longo de sua gestão, ainda que existissem grupos e particulares descontentes com o mesmo.

As três décadas de serviço atuando no mesmo cargo e nas mesmas regiões nos indicam que houve uma governança mais suave, sem conflitos profundos entre o governador e a maior parte das autoridades, grupos locais ou jurisdições que pudessem se tornar grandes rivalidades e impusessem obstáculos para suas decisões ou desgastassem a figura de Gomes Freire enquanto administrador.

Do ponto de vista dos oficiais da Câmara, por exemplo, é possível teorizarmos que Gomes Freire conseguiu, ao longo do seu governo, atingir o objetivo de se distanciar da figura aborrecida de seu antecessor, Luís Vaia Monteiro, cultivando um bom relacionamento com estes oficiais. Novamente, embasamos tal teoria em uma documentação do período, do ano de 1761: um ofício de fevereiro desse ano, remetido por Gomes Freire, que na época já havia

185 Ofício do Conde de Bobadela para o Conde de Oeiras, expondo os motivos que o impediam de cumprir a ordem régia relativa à sua transferência para a Bahia. 12 de abril de 1762. Arquivo Histórico Ultramarino, Rio de Janeiro, Avulsos, cx. 70, doc. 40. Apud BICALHO, Maria Fernanda. “As noções de capitalidade no Rio de Janeiro sob a política pombalina”. In: ARAÚJO, Ana Cristina; CARDOSO, José Luís; MONTEIRO, Nuno Gonçalo; et all. Op. cit. p. 263.

recebido o título de conde de Bobadela, ao secretário de estado do Reino e Mercês, Sebastião José de Carvalho e Melo, conde de Oeiras e futuro marquês de Pombal. Na missiva, o governador agradece a licença concedida ao senado da Câmara do Rio de Janeiro para colocar um retrato seu na parede da Casa dos Despachos, e também sublinha

“[...] não ter mínima parte na súplica feita pelo Senado desta Cidade para se lhe permitir pôr na Casa do seu despacho o meu retrato, fora o mesmo Senhor servido declarar, estava certo na minha modéstia, e que o servia sem mais objeto que o de fidelidade. [...] Nenhuma outra ideia ocupa o meu espírito, que a de sacrificar-me em o seu Real serviço, até onde alcançaram as minhas forças.”<sup>186</sup>

No caso explicitado dos oficiais da Câmara, ao pedirem licença para a instalação de um retrato do governador na Casa dos Despachos, podemos concluir que Gomes Freire se tornou uma figura estimada pelas elites locais, de acordo com o pensamento desenvolvido por Giovanni Botero em sua obra, *Da Razão de Estado*<sup>187</sup>. Como supracitado, o autor esclarece que a conquista do amor de seus súditos e da boa reputação (ou da estima, os termos são utilizados como sinônimos na obra) entre os mesmos eram essenciais para que o príncipe pudesse conservar o Estado. Munido destes elementos, o príncipe pode manter a obediência dos súditos e assegurar a paz<sup>188</sup>, em concordância com a obra de Elias, na qual os afetos se faziam muito presentes na governança. Assim, como foi demonstrado ao longo deste capítulo, nos remeter a grupos ou particulares que tivessem manifestado afeto ou inimizade para com o governador é de suma importância para compreendermos sua gestão.

Da mesma maneira, de acordo com a análise empreendida, o tempo de governo foi um fator determinante para consolidar a autoridade de Gomes Freire enquanto governador e representante da Coroa portuguesa no Rio de Janeiro, além de ser igualmente um aliado no que diz respeito ao estabelecimento de redes de poder e sociabilidades, marcadas na forma de alianças. Como explicado anteriormente, a formação de tais vínculos era essencial quando se tratava de governar, segundo as lógicas da sociedade de corte do Antigo Regime, exposta por Norbert Elias<sup>189</sup>, e a importância destes elementos se tornará mais clara a partir do próximo

186 Ofício do [governador do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo], conde de Bobadela, [Gomes Freire de Andrade], ao [secretário de estado do Reino e Mercês], conde de Oeiras, [Sebastião José de Carvalho e Melo], agradecendo a licença concedida ao senado da Câmara do Rio de Janeiro para colocar um retrato do dito governador na parede da Casa dos Despachos. 21 de fevereiro de 1761, Rio de Janeiro. AHU-Rio de Janeiro. AHU\_ACL\_CU\_17, Cx. 61, D. 5872.

187 TORRALBA, Luís de Manuel Soares Reis e RALHA, Raffaella Longobardi. João Botero. **Da Razão de Estado**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1992.

188 Idem, p. 15.

189 ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Lisboa, Estampa, 1987, p. 27.

subtópico, ligando-se ao capítulo subsequente, sobre D. Antônio Álvares da Cunha, o conde da Cunha (1763-1767).

### **2.3. Raposa e leão**

Uma vez esclarecido que, segundo Norbert Elias<sup>190</sup>, as redes de poder e de sociabilidades de um indivíduo influenciam na governança, podendo deixá-la mais suave ou mais atribulada, de acordo com os vínculos formados de alianças ou rivalidades, acrescentamos à lógica da sociedade de corte, desenvolvida pelo autor, os conceitos de Nicolau Maquiavel, sobre os arquétipos animais, a raposa e o leão.

Uma vez feita a adaptação conceitual, nos apropriamos dos mesmos conceitos para o desenvolvimento do presente trabalho e equiparamos a forma de agir dos animais aos modos de governar de Gomes Freire e de D. Antônio Álvares da Cunha, seu sucessor, que será abordado no terceiro capítulo. Dessa forma, buscamos, em meio à documentação do período, expor e analisar momentos nos quais podemos identificar o uso destas lógicas propostas por Maquiavel.

É importante sinalizar que, mesmo existindo a expectativa de equilíbrio entre os animais, na prática, haveria momentos em que um arquétipo seria privilegiado, se sobressaindo em relação ao outro, conforme a necessidade do governante. Contudo, subdividir o item “Raposa e leão” em duas partes, uma para cada animal, faria com que as relações sociais adquirissem um aspecto rígido demais, pelo motivo de que as redes de poder e sociabilidades – elementos presentes no arquétipo de raposa –, muitas vezes caminham junto à experiência militar, jurisdição e obras em função dos interesses da Coroa – elementos presentes no arquétipo de leão. Optamos, portanto, por realizar a análise e apresentar nossos argumentos a favor da utilização dos moldes animais e das redes de poder e sociabilidades de Gomes Freire de maneira conjunta.

A começar pela raposa, temos, em sua principal qualidade, o reconhecimento dos laços, o que a torna um símbolo da formação de alianças, amizades e relações de parentesco, enquanto evita atritos e rivalidades. As primeiras auxiliam na governança, enquanto as últimas podem vir a atrapalhar o príncipe, de acordo com as premissas da sociedade de corte do

190 Idem.

Antigo Regime. Era preciso saber navegar pelas situações sociais e acionar suas redes de poder e sociabilidades, quando necessário. A tudo isso se soma o arquétipo de leão, que pode manejar estas relações sociais para exercer sua jurisdição e obrar em benefício da Coroa portuguesa e dos seus, afastando os inimigos e rivais. Pensando em trazer ambos os aspectos para a gestão do conde de Bobadela, dispomos os três principais elos a serem explorados, entre as suas redes de poder e sociabilidades, na forma de itens:

- José Antônio Freire (seu irmão e “braço direito”<sup>191</sup> na administração colonial);
- José da Silva Paes (militar e engenheiro);
- José Pinto Alpoim (militar e engenheiro).

Inicialmente, quando começamos a desenvolver o presente trabalho, houve também a intenção de nos reportarmos a outros elos entre os relacionamentos de Gomes Freire na cidade do Rio de Janeiro, como seus secretários de governo, José Ferreira da Fonte e Antônio da Rocha Machado, além dos religiosos, Madre Jacinta de São José e D. Frei Antônio do Desterro. Entretanto, de acordo com as fontes analisadas<sup>192</sup>, não foi possível encontrar informações suficientes que possam justificar a inclusão destes indivíduos juntos aos três já apresentados, segundo a perspectiva de análise desta dissertação.

A respeito de D. Frei Antônio do Desterro, nos reportamos ao mesmo em momentos anteriores, principalmente no contexto do subtópico anterior, porém não possuímos outras informações sobre como o religioso poderia ter interferido ou mesmo auxiliado na governança. Ainda assim, é válido expor que, em seu ofício, remetido em janeiro de 1763, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado<sup>193</sup>, ao qual já nos referimos para tratar da morte de Gomes Freire, D. Frei Antônio do Desterro afirma, entre outras coisas anteriormente debatidas, que o mesmo foi um governador com

191 RIBEIRO, Mônica da Silva. **Se faz preciso misturar o agro com o doce: a administração de Gomes Freire de Andrada, Rio de Janeiro e Centro-Sul da América Portuguesa (1748-1763)**. 2010. Niterói, Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, p. 252.

192 Disponível para consulta em <[https://resgate.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=017\\_RJ\\_AV&pagfis=46468](https://resgate.bn.gov.br/docreader/DocReader.aspx?bib=017_RJ_AV&pagfis=46468)>. Acesso em 22 de novembro de 2024.

193 Ofício do Bispo do Rio de Janeiro, [D. frei Antônio do Desterro], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, comunicando a morte do governador do Rio de Janeiro [Minas Gerais e São Paulo], conde de Bobadela, Gomes Freire de Andrade, a 1 de Janeiro de 1763; descrevendo a forma como se perdeu a Nova Colônia do Sacramento para os espanhóis, todos os esforços do governador até o dia de sua morte a junta governativa formada para tratar da administração da capitania, em cumprimento das ordens recebidas. 7 de janeiro de 1763, Rio de Janeiro, Anexo: ofícios. AHU-Rio de Janeiro, cx. 72, docs. 2, 1, 8.

quem ele sempre conservou uma “pacífica união”<sup>194</sup>. Além disso, com o falecimento do governador, o religioso foi um dos responsáveis por fazer parte da Junta Governativa, formada com o propósito de suprir a ausência de poder deixada pelo conde de Bobadela. Os outros integrantes deste grupo foram João Alberto Castelo Branco, chanceler da Relação do Rio de Janeiro e testamenteiro de Gomes Freire<sup>195</sup>, e o brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim.

Ainda no contexto dos dois religiosos, é interessante trazer algumas breves linhas sobre Madre Jacinta de São José. Segundo as fontes do período analisadas, Gomes Freire teria auxiliado a madre na edificação do Convento de Santa Teresa, cuja fundação foi autorizada em 1755, como o secretário de estado da Marinha e Ultramar, Diogo de Mendonça Corte Real, comenta em um ofício de 12 de setembro do mesmo ano, endereçado ao governador<sup>196</sup>. Como já mencionado, após a morte deste, em 1763, seu corpo foi sepultado no mesmo convento, ato que demonstra a existência de um vínculo entre Gomes Freire e a superiora da instituição.

Contudo, entre as fontes analisadas não há maiores registros sobre a religiosa e mesmo no Convento de Santa Teresa não nos foi possível encontrar as informações necessárias para o desenvolvimento de tal relação como pertencente às redes de poder e sociabilidades do governador. Ainda assim, na obra *Júbilos da América*, existem algumas linhas referentes à relação de Gomes Freire com o Convento e as religiosas, que podemos destacar:

“Tem fundado o Convento de Nossa Senhora do Desterro, para as Religiosas de Santa Thereza, no qual emprega o que lhe resta dos gastos ordinários de sua casa, além das mesadas, com que assiste, há muitos anos, para a sustentação das que hão de ser Religiosas no mesmo Convento”.<sup>197</sup>

194 Idem.

195 Ofício do [chanceler da Relação do Rio de Janeiro], João Alberto de Castelo Branco, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, informando que a correspondência dirigida ao falecido governador do Rio de Janeiro, [conde de Bobadela], Gomes Freire de Andrade, de quem era testamenteiro, está sendo devolvida aberta pela inadvertência de um de seus companheiros tê-la aberto. 16 de março de 1763, Rio de Janeiro. AHU-Rio de Janeiro, cx. 72, doc. 2.

196 Ofício do [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Diogo de Mendonça Corte Real, ao [governador do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo], Gomes Freire de Andrade, parabenizando-o pelo bom desempenho de suas funções; remetendo alguma correspondência para ser entregue ao intendente-geral do ouro do Rio de Janeiro, João Alves Simões; comentando as implicações da demora da resposta de Espanha acerca das campanhas [no Sul do Brasil]; informando com seu parecer acerca do requerimento da madre Jacinta de São José, sendo expedido o decreto do Papa [Bento XIV] autorizando a fundação do convento [de Santa Teresa] no Rio de Janeiro. 12 de setembro de 1755, Lisboa. AHU-Rio de Janeiro, cx. 58, doc. 23.

197 SIQUEIRA E SÁ, Manuel Tavares de (org). **Júbilos da América na gloriosa exaltação e promoção do ilustríssimo senhor Gomes Freire de Andrade: Coleção das obras da academia dos seletos, que na cidade do Rio de Janeiro se celebrou em obséquio e aplauso do dito excelentíssimo herói**. Lisboa, Portugal: Oficina de Manuel Álvares Solano, 1754, p. 49.

Após expor este breve trecho, partimos para a análise dos elos selecionados. Tratamos, primeiramente, do elo familiar de Gomes Freire: José Antônio Freire, seu irmão e seu “braço direito” na governação da América portuguesa”<sup>198</sup>, de acordo com Mônica Ribeiro. Como descrito anteriormente, José Antônio foi o oitavo filho de Bernardino Freire de Andrada e de Joana Vicência de Menezes, sendo, portanto, bem mais jovem que Gomes Freire, que foi o quarto filho do casal. A trajetória de José Antônio pode ser sumarizada pelas palavras da autora no seguinte parágrafo:

“O oitavo filho [de Bernardino Freire de Andrada e de Joana Vicência de Menezes] chamava-se José Antônio, nasceu em 1714, e durante a década de 50 veio para a América portuguesa, onde atuou como governador interino do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, durante a administração de seu irmão, Gomes Freire de Andrada. Ao retornar para Portugal deixou em Minas um filho ilegítimo, Francisco de Paula Freire de Andrada, um dos principais participantes da Inconfidência Mineira. Na metrópole, tornou-se governador de armas e províncias de Beira e Minho.”<sup>199</sup>

Listando as mercês recebidas por José Antônio, temos o período entre os anos de 1760 e 1761, nos quais ele retorna à Portugal, recebendo a promoção de marechal-de-campo. Já no ano seguinte, em 1762, temos sua nomeação para o cargo de brigadeiro da província de Trás-os-Montes. Após 1763, com a morte de Gomes Freire, ele herda o título de Conde de Bobadela de seu irmão mais velho, além de outras honras e mercês, uma vez que Gomes Freire não deixou filhos. Por fim, entre os anos de 1766 e 1768, José Antônio assumiu o governo das Armas da Beira, e depois o governo das Armas do Minho.

Em relação ao seu tempo no Rio de Janeiro, podemos destacar, ainda de acordo com Ribeiro<sup>200</sup>, as atuações de José Antônio enquanto como governador interino da capitania carioca e também das Minas Gerais, ocupando o lugar de Gomes Freire quando este necessita se afastar das respectivas região, como, por exemplo, no caso de quando Gomes Freire viajou para a região sul, entre os anos de 1752 a 1759, e deixou o governo das Minas para seu irmão, embora continuasse sendo o governador titular da capitania.

Estes momentos nos quais encontramos José Antônio Freire como governador interino, agindo em nome de Gomes Freire, nos dão indícios significativos da eficiência desta relação

198 RIBEIRO, Mônica da Silva. **Se faz preciso misturar o agro com o doce: a administração de Gomes Freire de Andrada, Rio de Janeiro e Centro-Sul da América Portuguesa (1748-1763)**. 2010. Niterói, Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, p. 252.

199 RIBEIRO, Mônica da Silva. **“Razão de Estado” e Administração: Gomes Freire de Andrada no Rio de Janeiro, 1733-1748**. Niterói, Dissertação de Mestrado, PPG em História da Universidade Federal Fluminense, 2006, p. 133.

200 Idem.

de parentesco entre as redes de poder e sociabilidades do governador. Como anteriormente descrito, Gomes Freire viajava constantemente entre as regiões que recaíam sob sua jurisdição, e deixar seu irmão a cargo de um local tão caro para a Coroa portuguesa como Minas Gerais era uma prova de confiança e também uma possibilidade para que José Antônio pudesse demonstrar seus serviços ao monarca, vindo a colher mercês, assim como o próprio Gomes Freire.

Temos um exemplo deste elo de confiança e da possibilidade de José Antônio estar contato com altas esferas da corte portuguesa na missiva datada de 17 de janeiro de 1752, enviada por José Antônio ao ministro e secretário de estado dos negócios estrangeiros, Sebastião José de Carvalho e Mello, conde de Oeiras e futuro marquês de Pombal. No ofício, José Antônio dá notícias sobre a remessa de documentos remetidos à Vila Rica, em Minas Gerais, e sobre sua nomeação para o governo interino do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Na mesma documentação, ele relata também o retorno de Gomes Freire ao Rio de Janeiro, após uma viagem a São João del-Rei, também em Minas Gerais, além do seu desejo de servir à Vossa Majestade:

“Em vésperas de Natal tive o gosto de ver meu irmão [Gomes Freire], que chegou da Comarca de São João del-Rei.

[...] Vossa Excelência me tem nomeado para passar à Vila Rica governar as Minas Gerais na sua ausência dando-me as instruções, que lhe parecerem precisas, e eu lhe peço com toda a clareza temendo que a minha capacidade não iguale o desejo, que tenho de aceitar nesta delicada comissão.

Como entendo, que no fim deste mês sairá para a ilha de Santa Catarina a nau Lampadosa darei conta a Vossa Excelência pela de licença na Bahia do dia certo, que faço a minha jornada. Beije Vossa Excelência por mim a Real mão, segurando, se no governo, a que sou destinado houver erros, nunca serão da vontade, pois toda é aplicada a mostrar-me capaz de não desmerecer a honra de intentar o Real serviço.”<sup>201</sup>

Ao ser alçado a uma posição vantajosa por suas relações familiares, José Antônio ilustra o conceito de “redes” de Michel Bertrand, principalmente no que diz respeito à característica do sistema de existir uma troca de bens, benefícios e serviços entre seus elos<sup>202</sup>.

201 Ofício do [governador interino do Rio de Janeiro e Minas Gerais], José Antônio de Andrade, ao [secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra], Sebastião José de Carvalho e Melo, informando a chegada da nau Lampadosa, trazendo a correspondência de Vila Rica, a qual remeteu ao seu destino; informando ter sido chamado para o governo interino de Minas Gerais, na ausência de seu irmão, o governador do Rio de Janeiro [Minas Gerais e São Paulo], Gomes Freire de Andrade, com quem se encontrou nas vésperas do Natal de 1751 em São João d’el Rey; referindo que no fim do mês partirá a nau Lampadosa com destino à Ilha de Santa Catarina. 17 de janeiro de 1752, Rio de Janeiro. AHU-Rio de Janeiro, cx. 52, doc. 2.

202 BERTRAND, Michel. Del actor a la red: análisis de redes e interdisciplinaridad. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, Coloquios, 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/57505>. Acesso em 21 de novembro de 2024.



A relação de parentesco também é utilizada como ferramenta governativa, uma vez que José Antônio poderia oferecer suporte ao governador caso ele não se encontrasse na capitania ou precisasse se ausentar por longos períodos, marcando o que é dito por Ribeiro, sobre o irmão mais jovem ser “o braço direito” de Gomes Freire na governança da América portuguesa<sup>203</sup>. Como governador interino, caberia a José Antônio cumprir as mesmas obrigações que a Coroa portuguesa esperava do governador titular, como solucionar problemas e zelar pela segurança do território.

Para exemplificar uma destas situações, nas quais José Antônio se mostra um elo das redes de poder e sociabilidades de Gomes Freire que era constantemente ativado e podendo ser classificado como uma das ligações mais importantes do governador, trazemos uma situação descrita por Maria Fernanda Bicalho, em sua obra *A cidade e o Império*<sup>204</sup>. No contexto da Guerra dos Sete Anos, em 1757, navios franceses entraram no porto da cidade, acompanhados de regimentos e companhias de infantaria, além de estarem munidos de canhões, formando uma imagem muito similar ao ataque corsário ao Rio de Janeiro, ocorrido em 1711, e liderado pelo francês Duguay-Trouin. Já nos reportamos a este acidente em outros momentos no presente trabalho, e como o ataque causou grandes estragos e perdas humanas na cidade, deixando a memória de terror entre os colonos, mesmo que tenham se passado 46 anos entre 1711 e o incidente da arribada francesa, em 1757.

Segundo Bicalho, uma vez ativado o medo dos colonos em relação aos franceses, o responsável pelo governo da cidade, na ausência tanto de Gomes Freire quanto de José Antônio, o tenente-coronel Patrício Manoel de Figueiredo, convocou uma junta reunindo as principais autoridades locais. O motivo da convocação era o temor de um motim entre os colonos, movidos pelo pânico, em retaliação aos franceses. José Antônio, que estava na região das Minas Gerais, retorna a tempo de impedir uma provável sublevação e consegue acalmar a população. Além disso, ele lida com os franceses de maneira diplomática, possibilitando a convivência pacífica entre os súditos das Coroas portuguesa e francesa, enquanto estes reabasteciam seus mantimentos e realizavam reparos em suas embarcações<sup>205</sup>.

203 RIBEIRO, Mônica da Silva. **Se faz preciso misturar o agro com o doce: a administração de Gomes Freire de Andrada, Rio de Janeiro e Centro-Sul da América Portuguesa (1748-1763)**. 2010. Niterói, Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, p. 252.

204 BICALHO, Maria Fernanda. **A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

205 Idem.

Na situação exposta, é possível encontrar, na relação entre os irmãos, tanto o arquétipo de raposa quanto o de leão. A raposa se faz presente na medida em que Gomes Freire emprega suas redes de poder e sociabilidades, expressa na figura de José Antônio, para agir diplomaticamente em seu nome, abrandando o medo dos colonos e impedindo uma revolta, ou mesmo uma deflagração de conflito entre colonos e estrangeiros. Ao mesmo tempo, o irmão mais jovem do governador não se indispõe com as outras autoridades locais, principalmente com Patrício Manoel de Figueiredo, ilustrando o aspecto vulpino do conhecimento dos “laços” de Maquiavel<sup>206</sup>, que transplantamos para as sutilezas da sociedade de corte, evitando atritos. Já o aspecto de leão é marcado por Gomes Freire fazer valer sua jurisdição enquanto governador mesmo em sua ausência, novamente através do irmão mais jovem, obrando em função do que era esperado pela Coroa portuguesa, e marcando a relação de parentesco como uma ferramenta governativa.

Uma vez feita a exposição de sua relação familiar, passamos ao segundo elo que nos propomos a analisar, o militar e engenheiro José da Silva Paes. Assim como José Antônio Freire, o brigadeiro é um personagem-chave para o entendimento do governo de Gomes Freire, que além de representá-lo em determinados momentos como governador interino, também ilustrava um “ideal do engenheiro setecentista, que congregaria as funções de técnico, político e organizador”<sup>207</sup>, segundo Ribeiro.

Há menções a Silva Paes em diversas documentações do período de 1733 a 1763, referentes às suas funções de engenheiro e militar. Como mencionado anteriormente, o militar foi inúmeras vezes incumbido pelo governador de realizar obras de fortificação na colônia, como a fortaleza do Rio Grande de São Pedro e aquelas construídas em Santa Catarina, as de Santa Cruz de Anhatomirim, Santo Antônio e São José da Ponta Grossa.

Seu trabalho também englobava supervisionar a manutenção de fortalezas já existentes, por exemplo, a da Ilha das Cobras, que Gomes Freire esperava que o brigadeiro pudesse “aperfeiçoar [...], na forma desta Real ordem de Vossa Majestade”<sup>208</sup>. Outra de suas atribuições na esfera militar era a de verificar os equipamentos de artilharia necessários à

206 MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe** (Trad. Roberto Grassi). 6ª ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2011.

207 RIBEIRO, Mônica. **“Razão de Estado” e Administração: Gomes Freire de Andrada no Rio de Janeiro, 1733-1748**. Niterói, Dissertação de Mestrado, PPG em História da Universidade Federal Fluminense, 2006, p. 87.

208 Carta do [governador do Rio de Janeiro e Minas Gerais], Gomes Freire de Andrade, ao rei [D. João V], sobre os trabalhos de recuperação da fortaleza da Ilha das Cobras, supervisionados pelo brigadeiro José da Silva Paes. Anexos: carta. 11 de agosto de 1738, agosto. AHU-Rio de Janeiro, cx. 34, doc. 51.

guarnição das fortalezas, como no caso da documentação remetida por Silva Paes ao rei, D. João V, em 25 de janeiro de 1739. Na carta, o governador interino informa o número de peças de artilharia e munições necessárias à defesa da capitania<sup>209</sup>.

Entre as mesmas fontes, há outros pontos igualmente interessantes dos períodos nos quais Silva Paes fica responsável por governar o Rio de Janeiro interinamente. Nestes registros, podemos perceber que o brigadeiro lidou não só com questões militares, mas também com questões econômicas e tributárias enquanto substituiu Gomes Freire, como temos no exemplo de uma carta 10 de maio de 1735, escrita por Silva Paes ao rei, D. João V, na qual ele expunha a providência que tomara para evitar a extração e descaminho do ouro, feitos por meio de navios – em suas palavras, o então governador interino do Rio de Janeiro se resolveu a “evitar todo o descaminho, e ficar sem escrúpulo, mandar fazer apreensão no tal dinheiro”<sup>210</sup>.

Assim, podemos perceber a importância do militar para o governo do conde de Bobadela e, levando em consideração que a defesa das praças lusitanas era uma grande preocupação dos governadores, reafirmamos seu *status* de personagem-chave. Era necessário estar a postos em caso de ataques estrangeiros a fim de evitar perdas para a Coroa: a maneira como lidava com as crises poderia ser determinante para o futuro de um oficial régio, como foi o caso do governador Francisco de Castro Morais, que não conseguiu repelir Duguay-Trouin em 1711, e, portanto, caiu em desgraça após o ataque francês ao Rio de Janeiro.

Devido a sua atuação em maior parte ligada à esfera militar, visando a segurança da colônia, José da Silva Paes tem maior identificação com o arquétipo maquiavélico do leão, para o qual assinalamos as prioridades de afastar os “lobos”, que são, neste caso, os estrangeiros, especialmente castelhanos e franceses, que poderiam vir a atacar as praças lusitanas. Mesmo no caso da questão fiscal, sobre os descaminhos do ouro, Silva Paes se mostra alinhado ao aspecto leonino, já que faz valer a jurisdição de Gomes Freire, e busca zelar para que os interesses da Coroa portuguesa não sejam prejudicados em nome do governador, embora o mesmo não se encontrasse fisicamente na colônia.

209 Carta do [governador interino do Rio de Janeiro, brigadeiro] José da Silva Paes, ao rei [D. João V], informando o número de peças de artilharia e munições necessárias para guarnecer as fortalezas do Rio de Janeiro; solicitando o envio das peças encomendadas e necessárias ao bom desempenho das tropas de guarnição daquela capitania. 25 de janeiro de 1739, Rio de Janeiro. AHU-Rio de Janeiro, cx. 36, doc. 23.

210 Carta do [governador interino do Rio de Janeiro] brigadeiro José da Silva Paes, ao rei [D. João V], expondo as providências tomadas para evitar a extração e descaminho do Ouro da capitania transportado por navios da Frota do Brasil. 10 de maio de 1735, Rio de Janeiro. Anexos: AHU-Rio de Janeiro, cx. 30, doc. 50.

Dito isto, passamos à terceira ligação que delimitamos para as redes de poder e sociabilidades de Gomes Freire, José Pinto Alpoim, que, assim como o personagem anterior, também era militar e engenheiro. Alpoim já foi mencionado anteriormente, no presente trabalho, como uma figura essencial para o governo do conde de Bobadela, atuando muitas vezes na construção de edifícios importantes, como o Paço Imperial, à época o Palácio dos Governadores. Ele também atuou em outras esferas, como, por exemplo, quando foi mestre das aulas teóricas de artilharia e de uso de fogos artificiais para militares e outras pessoas interessadas, decretadas pelo rei D. João V, em 1738.

Alpoim também era líder de um regimento militar que levava seu nome, e era responsável por comandar cerca de 530 pessoas pertencentes a este agrupamento, entre elas soldados, cabos e capitães, como consta da carta ao rei D. José I, enviada por Gomes Freire, em 24 de maio de 1751, contendo o mapa dos regimentos<sup>211</sup>. Partindo deste panorama militar, podemos identificar Alpoim como representante do arquétipo de leão, de maneira similar a José da Silva Paes. A preocupação com a defesa da colônia se fazia muito presente, novamente na perspectiva de afastar os possíveis inimigos da Coroa portuguesa e, portanto, afugentando os lobos de Maquiavel em nome do governador<sup>212</sup>.

Contudo, ainda podemos identificar característica vulpinas em seu serviço, como no caso da construção do Palácio, edifício que corresponde às expectativas da sociedade de corte do *Ancien Régime*. Segundo Norbert Elias, o estudo das habitações dos cortesãos forneciam muitas pistas para a compreensão das relações sociais características deste tipo de sociedade. O valor do prestígio sobrepujava os custos monetários para construir ou embelezar a moradia do cortesão, distanciando a lógica da sociedade de corte do modo de pensar burguês<sup>213</sup>:

“[...] nessa sociedade de grandes senhores, o tamanho e o esplendor da casa não constituem uma expressão primordial de riqueza, mas sim uma expressão primordial da posição e do nível. Para o *grand seigneur*, a aparência física da casa no espaço é um símbolo da posição, da importância, do nível de sua ‘casa’ no tempo, ou seja, de sua estirpe no decorrer das gerações, com isso simbolizando também a posição e a importância que ele mesmo possui como representante vivo da casa.

211 Carta (2a via) do governador e capitão-general do Rio de Janeiro, Antônio Gomes Freire de Andrade, ao rei [D. José], remetendo o mapa da Infantaria paga, auxiliares, ordenanças e cavalaria da capitania do rio de Janeiro e respectiva jurisdição, com destaque para os regimentos de Sousa, Alpoim e Azambuja, relacionando todos os postos militares. Anexos: mapa. 24 de maio de 1751, Rio de Janeiro. AHU-Rio de Janeiro, cx. 51, doc. 47.

212 MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe** (Trad. Roberto Grassi). 6ª ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2011.

213 ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Lisboa, Estampa, 1987.

A posição elevada obriga a possuir e ‘organizar’ uma casa que corresponda a ela”.<sup>214</sup>

Portanto, ao obter a permissão régia para construir uma nova residência denominada de “palácio”, por volta de 174<sup>215</sup>, Gomes Freire reafirmava sua autoridade e status de representante da Coroa portuguesa na colônia por meio da ideia de poder simbólico, de acordo com Nuno Monteiro<sup>216</sup>. O Palácio dos Governadores fazia parte do que Elias denomina como “dever de ostentação do morador”, e reforçava seus laços com a sociedade cortesã, conceitos resumidos na frase “um duque que não mora da maneira como um duque deve morar, e que, portanto, também não pode mais cumprir as obrigações sociais que seu título supõe, praticamente deixa de ser um duque”.<sup>217</sup>

Selecionar José Pinto Alpoim como engenheiro responsável por uma obra tão importante, que viria a ser uma fonte de grande prestígio social, demonstra a sua relevância como vínculo das redes de poder e sociabilidades de Gomes Freire. Além disso, na medida em que Alpoim é incumbido de tal edificação, ele se torna um veículo do aspecto de raposa empregado pelo governador, auxiliando-o a fazer a manutenção de seu *status* cortesão, que necessita ser adepto da ostentação para obter e conservar alianças e amizades.

Com a morte do governador, Alpoim se reúne com o bispo D. Frei Antônio do Desterro e com o chanceler da Relação do Rio de Janeiro, João Alberto de Castelo Branco, para formar a Junta Governativa, que fica responsável pela administração da cidade até que Lisboa possa prover outro oficial régio que tomará o governo em substituição a Gomes Freire. Ao participar de uma formação com tantas responsabilidades quanto esta, Alpoim demonstrava ainda, mais uma vez, seu valor enquanto um componente das redes de poder e sociabilidades de Gomes Freire.

214 Idem, p. 75.

215 Carta do [provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro], Francisco Cordovil de Sequeira e Melo, ao rei [D. João V], informando que por ordem do governador daquela capitania, Gomes Freire de Andrade, e, segundo este, com autorização régia, iniciaram-se as obras do novo palácio para residência dos governadores, nos cômodos da Casa dos Contos e dos Armazéns Reais, transferindo a Casa do Despacho e Armazéns e a Casa de Armas para o palácio antigo, bem como a residência dos provedores da Fazenda, o qual deveria ocupar as dependências disponíveis na Casa dos Contos; informando que o atraso no envio de uma relação das despesas da obra, visto esta não ter sido concluída ainda. 7 de novembro de 1744, Rio de Janeiro. AHU-Rio de Janeiro, cx. 43, doc. 88.

216 MONTEIRO, Nuno Gonçalo. O 'Ethos' Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. **Almanack brasileiro**, n. 2, p. 4-20, 2005.

217 ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Lisboa, Estampa, 1987, p. 83.

## 2.4. Considerações

O século XVIII foi um período no qual o Rio de Janeiro alcançou grande relevância, se destacando em meio as outras regiões identificadas como o centro-sul – embora a cidade apenas fosse receber o título de capital em 1763, após a morte de Gomes Freire. Ao destaque alcançado pelo Rio de Janeiro, somou-se a descoberta de metais preciosos na região das Minas Gerais, na década de 1690, fazendo disparar a preocupação com a administração e defesa da cidade e de seus arredores por parte da Coroa portuguesa, temerosa de ataques estrangeiros, principalmente franceses e espanhóis. Como consequência destas preocupações, percebemos a importância de selecionar oficiais régios considerados capacitados para obrar em função das necessidades da Coroa portuguesa no ultramar.

Um desses oficiais régios que se destacou foi Gomes Freire de Andrada, selecionado para governar o Rio de Janeiro, e que permaneceu de 1733 a 1763. Com o passar de sua gestão, a área jurisdicional da atuação do governador foi aumentada por ordens régias, se expandindo para além da praça carioca, como Minas Gerais e São Paulo.

Em concordância com o que vimos anteriormente a respeito do histórico familiar de Gomes Freire e dos serviços prestados à Coroa por seu pai e outros antepassados da família Freire de Andrada, além das experiências bélicas do próprio Gomes Freire, temos elementos que o deixam em vantagem diante da relação de qualidades exigida pela Coroa. Ele também não era visto como muito jovem para os padrões da época, cumprindo mais um dos requisitos.

Por mais que Gomes Freire fosse “tão cheio de virtudes”<sup>218</sup>, como afirma o bispo D. Frei Antônio do Desterro, um ponto necessário de ser mencionado é o fato de o governador nem sempre ser benquisto, com o benquistar ou malquistar do conde de Bobadela variando de acordo com as situações e indivíduos envolvidos. Ainda assim, sua reputação ou sua estima, conceitos de Giovanni Botero<sup>219</sup>, são mantidos ao longo das quase três décadas de gestão, com

218 Ofício do Bispo do Rio de Janeiro, [D. frei Antônio do Desterro], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, comunicando a morte do governador do Rio de Janeiro [Minas Gerais e São Paulo], conde de Bobadela, Gomes Freire de Andrade, a 1 de Janeiro de 1763; descrevendo a forma como se perdeu a Nova Colônia do Sacramento para os espanhóis, todos os esforços do governador até o dia de sua morte a junta governativa formada para tratar da administração da capitania, em cumprimento das ordens recebidas. 1763, Janeiro, 7, Rio de Janeiro .Anexo: ofícios. AHU-Rio de Janeiro, cx. 72, docs. 2, 1, 8.

219 TORRALBA, Luís de Manuel Soares Reis e RALHA, Raffaella Longobardi. João Botero. **Da Razão de Estado**. Lisboa. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1992.

o governador conseguindo equilibrar os animais de Maquiavel, ora lançando mão da raposa e ora do leão<sup>220</sup>.

Uma vez tendo sido o governo de Gomes Freire sumariado, escolhemos findar o capítulo referente a ele nos reportando novamente aos conceitos de Giovanni Botero, nos quais o autor assinala que a reputação é equivalente à estima fundamentada nas artes políticas e militares<sup>221</sup>. Portanto, retiramos o trecho abaixo da obra *Júbilos da América*, que relata e exalta as “máximas cristãs, políticas e militares” de Gomes Freire, nos trazendo novamente impressões sobre sua figura que, mesmo que registradas por terceiros, nos permitem enxergar seus momentos vulpinos e leoninos, condensando o que foi exposto neste segundo capítulo da presente dissertação:

*“Fazer-se temido pela justiça, e amado pelos benefícios.*

Tendo sobre seus ombros o Governo vastíssimo de três Capitanias, a todas governa, como se em cada uma estivesse presente; porque ainda aquelas de que está ausente, só com o conhecimento de que ele as governa, se conservam na regra, em que as tem posto. Ao mesmo tempo, em que todos o temem, todos o amam, porque todo se emprega no bem público. Esgotou a Cidade, por meio de uma vala, de todas as águas, que faziam a sua habitação menos saudável. Reparou o Aqueduto, donde bebe a Cidade, fazendo outro de maior magnificência e duração. Procura, e persuade a ereção dos Templos, e simetria dos edifícios para estabelecer igualmente o Culto Divino, e formosura da Cidade.

[...]

*“Do inimigo recear sempre.*

No estado da mais estreita união entre as duas Coroas Fidelíssima, e Católica, não cessa das providências militares, mandando sucessivamente para a mesma Colônia novas instruções, e novos transportes de gente, e munições, para evitar os acidentes funestos, que se originam do descuido. Obra de tal sorte seu belicoso espírito, que só parece padecer violência, quando lhe falta nesta América campo, e ocasião competente de vitórias, e triunfos”<sup>222</sup>.

220 MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe** (Trad. Roberto Grassi). 6ª ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2011.

221 TORRALBA, Luís de Manuel Soares Reis e RALHA, Raffaella Longobardi. João Botero. **Da Razão de Estado**. Lisboa. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1992.

222 SIQUEIRA E SÁ, Manuel Tavares de (org). **Júbilos da América na gloriosa exaltação e promoção do ilustríssimo senhor Gomes Freire de Andrade: Coleção das obras da academia dos seletos, que na cidade do Rio de Janeiro se celebrou em obséquio e aplauso do dito excelentíssimo herói**. Lisboa, Portugal: Oficina de Manuel Álvares Solano, 1754, p. 52 e 57.

### Capítulo 3 – D. Antônio Álvares da Cunha, Conde da Cunha

Seguindo a ordem cronológica de seus governos, dedicamos o terceiro capítulo do presente trabalho a D. Antônio Álvares da Cunha, o conde da Cunha, sua gestão e às redes de poder e sociabilidades que construiu entre 1763 e 1767, levando em consideração suas estratégias governativas, em acordo com o proposto sobre os arquétipos de raposa e leão de Maquiavel.

Sua atuação no Rio de Janeiro, já no contexto da mudança da cabeça do governo para a região, ocorreu entre os anos de 1763 a 1767, onde recebeu o cargo de vice-rei. Ele assume a governança após a morte de Gomes Freire, em 19 de outubro 1763<sup>223</sup>, e pretendemos comparar seus modos de governar, nos atentando à influência que suas redes de poder e sociabilidades podem ter exercido na administração da América portuguesa.

É importante relembrar que, por mais que nos esforcemos por estabelecer uma linha de raciocínio comparativa entre os dois personagens, Gomes Freire de Andrada esteve no poder enquanto governador por aproximadamente três décadas, o que lhe rendeu outra experiência no Rio de Janeiro. O tempo necessário para cultivar e expandir conexões que formassem suas redes de poder e sociabilidades, numa lógica de sociedade de corte<sup>224</sup>, estava ao seu lado, como visto no capítulo anterior.

Já no caso de D. Álvares da Cunha, ele teve apenas quatro anos para exercer o cargo de vice-rei. Seria desleal para com o conde e grosseiro o trabalho do historiador se considerássemos ambos como iguais, ou se atribuísssemos a eles valores de superioridade ou inferioridade na condução administrativa, considerando a proporção de que para cada 15 anos do governo de Gomes Freire, temos somente 2 anos para o do Conde da Cunha.

Como veremos ao longo do capítulo, o tempo de governo foi um fator-chave para nortear as atitudes e decisões de D. Álvares da Cunha, além de ter um papel determinante no estabelecimento de afetos e inimizades constituintes das redes de poder e sociabilidades. Além

223 OFÍCIO [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a sua tomada de posse como vice-rei e governador do Rio de Janeiro, tratando da ida do brigadeiro José Fernandes Pinto de Alpoim a Buenos Aires para encetar negociações com o representando espanhol, D. Pedro de Cevallos. 1763, outubro, 17, Rio de Janeiro. AHU-Rio de Janeiro, cx. 76, doc. 11.

224 ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Lisboa, Estampa, 1987.



disso, a fim de explicar o conceito e o funcionamento de tais redes, nos embasamos principalmente as obras de Michel Bertrand<sup>225</sup> e de Fredrik Barth<sup>226</sup>.

Dito isto, o capítulo foi subdividido da maneira mais oportuna, em quatro tópicos. Primeiramente, introduzimos o personagem e sua genealogia, citando os cargos que ocupou ao longo de sua carreira enquanto oficial régio. No segundo tópico, nos concentramos nas impressões de terceiros e as do próprio D. Álvares da Cunha sobre a gestão, apresentando o delineado de sua figura enquanto vice-rei, o que foi feito por meio das fontes provenientes do Arquivo Histórico Ultramarino e de componentes da bibliografia.

A partir deste quadro, seguimos para o terceiro item, onde expomos os elos que sublinhamos entre suas redes de poder e sociabilidades, nos apoiando em fontes do período e demais leituras. No mesmo tópico analisamos a inclinação de D. Álvares da Cunha para os arquétipos de Maquiavel, de acordo com as suas manobras na sociedade de corte. Por fim, no quarto e último item, realizamos nossas considerações e comparamos as ações do conde às de Gomes Freire, junto à comparação do seu emprego dos modelos de raposa e leão, propostos por Maquiavel<sup>227</sup>.

### 3.1. Introduzindo o personagem

Este tópico tem por objetivo trazer as informações mais importantes de D. Antônio Álvares da Cunha enquanto personagem histórico que pudemos recolher, notadamente sua genealogia, feitos e cargos exercidos em favor da Coroa Portuguesa, compondo um quadro de sua trajetória administrativa e perfil social. É o ponto de partida para a exploração da gestão do conde no Rio de Janeiro, e, para confeccionar tal quadro, nos apoiamos nas obras de Izabela Gonçalves<sup>228</sup>, Albano da Silveira Pinto<sup>229</sup> e D. Antônio Caetano de Sousa<sup>230</sup>.

225 BERTRAND, Michel. Del actor a la red: análisis de redes e interdisciplinaridad. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, Coloquios, 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/57505>. Acesso em 21 de novembro de 2024.

226 BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra-Capa Livraria, 2000.

227 MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe** (Trad. Roberto Grassi). 6ª ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2011.

228 GONÇALVES, Izabela Gomes. **A sombra e a penumbra: o Vice-reinado do Conde da Cunha e as relações entre centro e periferia no Império Português (1763-1767)**. Niterói, Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, 2010.

229 PINTO, Albano da Silveira. **Resenha das famílias titulares e grandes de Portugal, diversos tomos**. Lisboa: Empresa Editora de Francisco Arthur da Silva, 1883.

230 SOUSA, D. Antônio Caetano de. **História genealógica da Casa Real portuguesa**. Coimbra: Atlântida Livraria, 1745. t. XI, p. 830 a 832. Disponível em <<https://purl.pt/776/4/>>. Acesso em 10 de janeiro de 2025.

Analisando primeiramente a obra de Silveira Pinto, *Resenha das famílias titulares e grandes de Portugal*, encontramos a genealogia detalhada das diversas famílias portuguesas proeminentes dos séculos XVIII e XIX, seus títulos, feitos, brasões de armas e relações de parentesco. O autor ressalta, na introdução da obra, que suas fontes são “documentos de provada autenticidade”, provenientes de diversas instituições, como, por exemplo, honrarias, distinções, cargos e mercês registrados no Real Arquivo da Torre do Tombo, junto a processos do Tribunal do Desembargo do Paço e da Mesa da Consciência e Ordens, além de registros dos Conselhos de Guerra e Marinha, Arquivos das Secretarias de Estado, da Mordomia-mor do Reino e do cartório da Universidade de Coimbra, não deixando de lado arquivos particulares<sup>231</sup>. As páginas dedicadas à família dos Cunha vão da 502 a 508, onde temos D. Antônio Álvares da Cunha descrito como

“1.º Conde da Cunha, de juro e herdade em virtude de seus serviços, [...] Trinchante da Casa Real; Comendador de Almendra e de Idanha-a-Nova; com suas Alcaidarias-mores, na Ordem de Cristo; Presidente do Conselho Ultramarino; Deputado ordinário da Junta dos Três Estados; Conselheiro de Guerra, Tenente General, e antes Capitão de Mar e Guerra da Armada Nacional; Governador e Capitão General da Praça de Mazagão, e do reino d’Angola, e depois Vice-Rei e Capitão General de Mar e Terra do Estado do Brasil; Embaixador extraordinário à Corte de França em 1759. Casou com D. Leonor Josefa Caetana da Câmara, Condessa da Cunha [...], - Sem geração.”<sup>232</sup>

Nos utilizando das palavras de Izabela Gonçalves, “sua trajetória pouco se diferenciava daquela de seus antecessores”<sup>233</sup>, sendo o filho primogênito de D. Pedro Álvares da Cunha. Citando brevemente a trajetória deste, temos que D. Pedro Álvares foi governador da cidade de Évora, trinchante dos reis D. Afonso VI e D. Pedro II, deputado da Junta dos Três Estados, XVII senhor do morgado de Tábua, e da vila de Ouguella, comendador de Santa Maria de Carrazedo, e São Miguel de Nogueira na Ordem de Cristo, coronel de um dos Regimentos das Ordenanças da Corte, e guarda-mor da Torre do Tombo, com o título de reformador do Real Arquivo, dentre outros cargos, enumerados pela genealogia *História genealógica da Casa Real portuguesa*<sup>234</sup>, de autoria de D. Antônio Caetano de Sousa.

Para suplementar as informações obtidas por Silveira Pinto, nos utilizamos novamente da obra D. Antônio Caetano de Sousa, que descreve o conde da Cunha da seguinte forma:

231 Idem, p. 8 e 9.

232 Idem, p. 506 a 507.

233 GONÇALVES, Izabela Gomes. **A sombra e a penumbra: o Vice-reinado do Conde da Cunha e as relações entre centro e periferia no Império Português (1763-1767)**. Dissertação de Mestrado. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2010, p. 55.

234 SOUSA, D. Antônio Caetano de. **História genealógica da Casa Real portuguesa**. Coimbra: Atlântida Livraria, 1745. t. XI, p. 830 a 832. Disponível em <<https://purl.pt/776/4/>>. Acesso em 10 de janeiro de 2025.

“D. Antônio Álvares da Cunha nasceu em janeiro de 1701, Senhor de Tábua, e da Vila de Ouguella, Comendador de S. Miguel de Nogueira na Ordem de Cristo, [...]. Seguindo o exemplo de seus maiores, tomou a vida de Militar, foi Capitão de Infantaria do Regimento da Armada, em que embarcou diversas vezes, fazendo largas viagens. No ano de 1729, que os nossos Reis passarão à Alentejo, os acompanhou, e exerceu o ofício de Mestre-Sala no serviço de Sereníssima Princesa do Brasil; Governador e Capitão General da Praça de Mazagão, para onde partiu a 29 de junho de 1745, havendo casado no primeiro de Março do dito ano com D. Leonor Josefa Caetana da Noronha, [...]”<sup>235</sup>

Em concordância com Silveira Pinto<sup>236</sup>, Gonçalves<sup>237</sup> assinala que, pelos serviços prestados à Coroa e suas conexões familiares, lhe foi dado o título de conde por D. José I, por volta de 1760, sublinhando-o como o primeiro da família a receber tal titulação. O ponto de desacordo encontrado entre os dois autores em relação à reconstituição dos passos de D. Álvares é a respeito da atuação do conde da Cunha em Paris. Para Silveira Pinto, o conde exerceu o cargo de Embaixador extraordinário na Corte da França em 1759, já para Gonçalves, ele foi indicado para servir como Ministro de Portugal na Corte de Paris no mesmo ano, mas não chegou a exercer o cargo. Na obra de D. Antônio Caetano de Sousa<sup>238</sup> não existem menções a este cargo, o que nos leva a pender para a conclusão de Gonçalves de que o conde da Cunha não exerceu esta posição.

Além disso, temos a figura de seu tio, D. Luís da Cunha, um personagem de bastante destaque na época. Ele foi um diplomata português, tendo estudado em Coimbra, e agiu como enviado extraordinário em Londres, a serviço de D. Pedro II, por volta de 1695. Ele atuou como diplomata também na Espanha e na França<sup>239</sup>. Segundo Silveira Pinto, D. Luís ofereceu 62 anos sucessivos de serviços à Coroa, “tanto na magistratura, como na carreira diplomática, na qual servira como Enviado em várias Cortes da Europa, e de Embaixador de Portugal no Congresso de Utrecht, onde prestou assinalados serviços”<sup>240</sup>. Tal conexão familiar certamente

235 Idem, p. 841 e 842.

236 PINTO, Albano da Silveira. **Resenha das famílias titulares e grandes de Portugal, diversos tomos**. Lisboa: Empresa Editora de Francisco Arthur da Silva, 1883.

237 GONÇALVES, Izabela Gomes. **A sombra e a penumbra: o Vice-reinado do Conde da Cunha e as relações entre centro e periferia no Império Português (1763-1767)**. Dissertação de Mestrado. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2010.

238 SOUSA, D. Antônio Caetano de. **História genealógica da Casa Real portuguesa**. Coimbra: Atlântida Livraria, 1745. t. XI, p. 830 a 832. Disponível em <<https://purl.pt/776/4/>>. Acesso em 10 de janeiro de 2025.

239 GONÇALVES, Izabela Gomes. **A sombra e a penumbra: o Vice-reinado do Conde da Cunha e as relações entre centro e periferia no Império Português (1763-1767)**. Dissertação de Mestrado. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2010., p. 55.

240 PINTO, Albano da Silveira. **Resenha das famílias titulares e grandes de Portugal, diversos tomos**. Lisboa: Empresa Editora de Francisco Arthur da Silva, 1883, p. 506.

foi aproveitada por D. Álvares da Cunha em sua ascensão aristocrática, culminando no já explicitado recebimento do título de 1º conde da Cunha.

Ainda tratando da genealogia, outra conexão que merece ser mencionada é seu casamento com D. Leonor Josefa da Câmara Coutinho, identificada por D. Antônio Caetano de Sousa como “dama da Rainha nossa Senhora”<sup>241</sup>. Maiores informações e fontes sobre D. Leonor se revelaram indisponíveis, e, portanto, não foi possível considerá-la efetivamente como parte das redes de poder e sociabilidades de seu marido no Rio de Janeiro no presente trabalho. Consequentemente, foi preciso desconsiderar sua possível influência na governança. Entretanto, o casamento faz parte das lógicas de construir vínculos e alianças entre as famílias pertencentes à sociedade de corte<sup>242</sup>, e assim buscando uma forma de remediar as lacunas sobre ela, trazemos as parcas linhas de Silveira Pinto a seu respeito:

“Condessa da Cunha, que m. a 14 de Dezembro de 1787, na idade de 70 anos, filha de Luiz Gonçalves da Câmara Coutinho, Fidalgo de geração, Sr. das Ilhas Desertas e Regalados; Alcaide-mor da vila de Torres Vedras; Estribeiro-mor da Rainha; e de sua mulher D. Isabel Maria de Mendoça e Moura, filha do 4.º Conde de Val de Reis, Nuno de Mendonça. - Sem geração.”<sup>243</sup>

Após completar seu tempo de serviço no Rio de Janeiro, D. Álvares da Cunha se retira para o reino e assume o posto de Presidente do Conselho Ultramarino, cargo que exerceu em dois mandatos a partir de 1768 até a década de 1790. De acordo com a lista de presidentes do Conselho Ultramarino, disponibilizada pelo do Arquivo Histórico Ultramarino<sup>244</sup>, a primeira vez que o conde atuou em tal função foi entre 1768 e 1783, sendo depois reconduzido ao cargo em julho mesmo ano e permanecendo até por volta de 1791, ano aproximado de sua morte. Apenas em 1793 há um novo presidente, segundo o mesmo documento, o Conde de Resende, D. Antônio José de Castro.

Uma vez exposto este quadro sobre a genealogia e as obras de D. Álvares da Cunha, destacamos também que sua escolha por parte da Coroa portuguesa seguia uma racionalidade administrativa, definida pelo autor Dauril Alden como a busca por “qualidades ideais”. Como assinalado no capítulo anterior, na pesquisa que o autor realizou sobre o Marquês do

241 SOUSA, D. Antônio Caetano de. **História genealógica da Casa Real portuguesa**. Coimbra: Atlântida Livraria, 1745. t. XI, p. 830 a 832. Disponível em <<https://purl.pt/776/4/>>. Acesso em 10 de janeiro de 2025, p. 842.

242 ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Lisboa, Estampa, 1987.

243 PINTO, Albano da Silveira. **Resenha das famílias titulares e grandes de Portugal, diversos tomos**. Lisboa: Empresa Editora de Francisco Arthur da Silva, 1883, p. 506 a 507.

244 Lista de presidentes do Conselho Ultramarino (1643-1833), Arquivo Histórico Ultramarino, linhas 18 e 19. Disponível para consulta em <[https://actd.iict.pt/eserv/actd:CUF007/Lista\\_CU\\_Presidentes.pdf](https://actd.iict.pt/eserv/actd:CUF007/Lista_CU_Presidentes.pdf)>. Acesso em 03 de maio de 2024.

Lavrado, ele identificou que os selecionados pela Coroa para ocuparem cargos em pontos estratégicos como o Rio de Janeiro deveriam ser valorosos, prudentes e responsáveis, tendo experiência em guerras e sangue nobre, mas que ao mesmo tempo não fossem muito jovens – a juventude atrapalhava a prudência<sup>245</sup>. Com este subtópico, podemos concluir que o conde da Cunha era adequado para dar continuidade a esse padrão, estando bem posicionado na sociedade de corte do Antigo Regime: ele possuía um histórico familiar bastante destacado entre a nobreza de Portugal, somado às experiências tanto militar quanto administrativa, além de não ser tão jovem à época de sua estadia no Rio de Janeiro, com idade superior aos quarenta anos.

Junto a isso, em relação às suas funções governativas, era esperado que o indivíduo selecionado para o cargo de vice-rei fosse capaz de combater as atividades contrabandistas e os descaminhos do ouro e dos diamantes, mantendo também a ordem social em escala mais ampla. Já no aspecto militar, a Coroa desejava que este oficial estivesse apto a gerir e comandar tropas, além de obrar para construir novas fortificações e realizar reparos nas estruturas defensivas já existentes na colônia. Como veremos mais adiante, a esfera militar vai muitas vezes assumir o primeiro plano da gestão de D. Álvares da Cunha e, portanto, retornaremos ao assunto nos próximos itens pertencentes ao capítulo.

### **3.2. “Tântalo”: A gestão de D. Álvares da Cunha (1763-1767)**

Após o falecimento de Gomes Freire, ocorrido no início do ano de 1763, uma Junta Governativa foi designada para assumir o comando do Rio de Janeiro, formada por três indivíduos, o bispo D. Antônio do Desterro, o brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim e o chanceler da Relação do Rio de Janeiro, João Alberto de Castelo Branco. A Junta operou até por volta de outubro do mesmo ano, quando foi dissolvida com chegada de D. Álvares da Cunha.

Para nos remetermos a determinados aspectos da administração do conde da Cunha, nos utilizamos novamente da dissertação escrita por Izabela Gonçalves, e temos que, para a autora, a nomeação do personagem está intimamente ligada às buscas por mais centralização político-administrativa e as preocupações militares na América portuguesa por parte da Coroa

245 ALDEN, Dauril. **Royal Government in Colonial Brazil: with special reference to the administration of the Marquis of Lavradio**, Viceroy, 1769-1779. California: University of California Press, 1968.

no século XVIII. Nesse contexto, as principais tarefas do conde enquanto servia no Rio de Janeiro estariam relacionadas à defesa, como, por exemplo, a manutenção das fortificações e das tropas e a proteção das fronteiras.

Como mencionado anteriormente, a questão militar ao longo do governo do conde da Cunha foi de grande relevância, marcada pelos problemas trazidos pela Guerra de Setes Anos (1756-1763) e a aliança entre Portugal e Inglaterra. Por outro lado, Portugal se vê como adversário de Espanha e França, refletindo em tensões no ultramar, notadamente nas fronteiras do sul da América portuguesa, marcadas pela disputa sobre os territórios da Colônia do Sacramento e o do Rio Grande de São Pedro.

Segundo Christiane Mello<sup>246</sup>, o temor da guerra entre portugueses e castelhanos era frequente, causando a necessidade de reformulação dos sistemas defensivos da América portuguesa. Com isso, temos a transferência da capital para o Rio de Janeiro e a nomeação de D. Antônio Álvares da Cunha para o posto de vice-rei, ocorridos no mesmo ano de 1763, em concordância com o exposto por Gonçalves. Mello pontua também a crescente militarização da sociedade imposta aos habitantes do sexo masculino, culminando no recrutamento militar, suspensão de ordenações eclesiásticas e a preocupação com as estruturas defensivas da cidade, como fortalezas e quartéis.

Seguindo as conclusões de Gonçalves, as ações de D. Álvares da Cunha tinham por objetivo “afirmar e fortalecer o poder real e de suprimir os abusos praticados pelos demais oficiais régios”<sup>247</sup>, e, conseqüentemente, encontram forte resistência por parte dos mesmos, indicando dificuldades no relacionamento entre o vice-rei e os outros poderes presentes no Rio de Janeiro. Dito isto, nos apoiamos na questão militar como plano de fundo, lançando nosso foco sobre a peculiaridade da imagem do conde da Cunha enquanto governante, tentando perceber os grupos com os quais conseguiu construir afetos e com os quais se tornou alguém desagradável.

Como informação adicional, D. Álvares da Cunha recebeu algumas páginas dedicadas a sua história pelo jornalista Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882), em uma das edições

246 MELLO, Christiane. Guerra e sociedade: a situação militar do Rio de Janeiro no Vice-Reinado do Conde da Cunha, 1763-1767. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 5, p. 54-81, 2004.

247 GONÇALVES, Izabela Gomes. **A sombra e a penumbra: o Vice-reinado do Conde da Cunha e as relações entre centro e periferia no Império Português (1763-1767)**. Dissertação de Mestrado. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2010, p. 7.

do *Suplemento do Anno Biographico*<sup>248</sup>. Empregar tal documentação como bibliografia pode ser traiçoeiro, uma vez que ela foi produzida no século XIX, sem o uso do método científico de pesquisa que conhecemos hoje, mas decidimos fazê-lo pois é interessante notar as considerações feitas por alguém como Macedo, que estava revisitando sua história nos anos 1800. D. Álvares da Cunha é então descrito como “melancólico, desconfiado, irascível, sofrendo do fígado, incapaz de sua antiga atividade, e energia, que então só se manifestavam em clarões efêmeros”, e que uma “moléstia crônica, talvez resultado das febres da África, o tinham envelhecido, e alterado um pouco o seu caráter”<sup>249</sup>.

Não foram encontrados indícios nas documentações do período que nos levassem a confirmar o que foi dito por Joaquim Macedo a respeito de D. Álvares ser especialmente melancólico ou desconfiado, no entanto, em relação ao seu estado de saúde, temos algumas pistas. Segundo missivas endereçadas a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, então Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, o vice-rei foi acometido por “várias moléstias” desde que assumiu seu cargo no Rio de Janeiro, que muitas vezes dificultavam o cumprimento de suas obrigações. Uma destas moléstias foi o “mal da sarna”, e seu contágio foi relatado repetidas vezes a Mendonça Furtado: a doença quase o impedia completamente de trabalhar e o obrigavam a “meter[-se] na cama para fazer alguns remédios”<sup>250</sup>, além de lhe tirar o sono e a vontade de se alimentar<sup>251</sup>. As constantes moléstias que o deixavam em situação delicada e, junto ao que escrevia sobre ter idade avançada, formavam os principais motivos pelos quais ele pedia que o rei providenciasse um sucessor para o cargo após o vencimento de seu triênio, assunto que retomaremos mais adiante.

Ainda no tema das problemáticas de saúde que o acompanharam ao longo do governo, é importante trazer um dos edifícios dos quais o vice-rei se ocupou de reformar: o prédio do antigo Colégio dos Jesuítas do Morro do Castelo. O objetivo era que este prédio fosse

248 MACEDO, Joaquim Manuel de. **Suplemento do anno biographico**, Rio de Janeiro, Typographia Perseverança, v.1, p. 40-45, 1880.

249 Idem, p. 42.

250 Como exemplo, ver o Ofício do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha] ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, informando que em virtude de ter sido acometido por várias moléstias, com ênfase para a sarna, se encontrava a vários dias de cama e quase impossibilitado de escrever, [...], 4 de dezembro de 1766, AHU, Rio de Janeiro, cx. 86, doc. 54.

251 Conforme o relatado em Ofício do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado do Reino e Mercês], conde de Oeiras, [Sebastião José de Carvalho e Melo], informando que se encontrava bastante debilitado, o que quase o impedia de escrever, mencionando entretanto que durante o seu governo havia mais obras do que todos os seus antecessores juntos [...], 15 de novembro de 1766, AHU, Rio de Janeiro, cx. 86, doc. 44; cx. 84, doc. 1.

transformado no novo Palácio de Governo, uma vez que D. Álvares da Cunha não estava satisfeito com a construção realizada na gestão de Gomes Freire pelo brigadeiro Alpoim, o chamado Palácio dos Governadores, hoje conhecido como Paço Imperial.

A maior parte dessas críticas advinha das condições do “antigo” Palácio, que supostamente não era adequado para sua residência e nem a de sua família. Ele escreve em consulta ao rei D. José I que, devido à cadeia da cidade ser muito pequena e enfrentar superlotação, algumas das pessoas presas haviam sido recolhidas na prisão militar localizada dentro do Palácio:

“[...] a prisão militar, que há na Casa daquele Governo, tão bem está cheia de criminosos, e que com estes tem ocupado até os cômodos da Companhia da Guarda, e dos Oficiais dela, tendo as imundícias destes presos causado um tão horroroso fétido em todos os aposentos em que ele Vice Rei, e a sua família assistem, que por não haver naquela terra uma casa grande, não tem mudado da sobredita [...]”<sup>252</sup>.

Na antologia de textos de Jean Marcel França, *Visões do Rio de Janeiro Colonial*, utilizada em momentos anteriores do presente trabalho, há um trecho de um relato de viajante que nos interessou sobre a questão do Palácio. O registro que selecionamos em relação ao “antigo” Palácio é o do comodoro John Byron (1723-1786), comandante da embarcação inglesa *Dolphin*, saído de Plymouth para as Índias Orientais. Em sua escala, a embarcação realizou parada no Rio de Janeiro, arribando em seu porto em 20 de outubro de 1764<sup>253</sup>.

O autor Marcel França assinala equivocadamente que o comodoro Byron “recebeu todas as atenções do vice-rei conde de Azambuja”, porém, de acordo com as fontes e com a cronologia das gestões, ainda temos no governo local o conde da Cunha. O conde de Azambuja, D. Antônio Rolim de Moura Tavares, chegou ao Rio de Janeiro como substituto de D. Álvares da Cunha apenas em novembro de 1767, de acordo com o ofício do conde da Cunha remetido a Mendonça Furtado<sup>254</sup>. Dessa maneira, encaramos o registro de viagem de John Byron como pertencente ao período de tempo ainda enquadrado na gestão de D. Álvares

252 Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. José, sobre ofício do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], comunicando o estado precário da cadeia da cidade do Rio de Janeiro, superlotada e necessitando de obras urgentes, a ponto de terem sido alojados prisioneiros até no calabouço da Ilha das Cobras e na prisão militar do palácio do vice-rei, [...], 29 de outubro de 1764, AHU, Rio de Janeiro, cx. 79, doc. 41; cx. 77, docs. 58, 60.

253 FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Visões do Rio de Janeiro colonial: antologia de textos (1531-1800)**. Rio de Janeiro: EdUERJ: José Olympio, 2000, p. 144 a 151.

254 Ofício do [vice-rei do Estado do Brasil], conde de Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, comunicando a chegada de seu sucessor o novo vice-rei, conde de Azambuja [D. Antônio Rolim de Moura Tavares]. 19 de novembro de 1767, Rio de Janeiro, AHU-Rio de Janeiro, cx. 90. doc. 38.



da Cunha, o que também é confirmado pela descrição do comodoro sobre o Palácio de Governo, que corrobora com a descrição do vice-rei a respeito da prisão localizada junto ao edifício:

“O palácio, além de ser uma suntuosa construção de pedra, é o único edifício da cidade que conta com janelas de vidro, pois as demais casas só dispõem de pequenas gelosias. Junto a esse prédio, está instalado um cárcere, destinado aos criminosos; essa construção, repleta de grades, oferece aos visitantes um espetáculo desagradável e diminui a formosura do edifício contíguo.”<sup>255</sup>

Passando a outro documento do período, um ofício enviado a Mendonça Furtado em 1766, identificado como carta particular, D. Álvares da Cunha relata que seus problemas de saúde que estariam sendo agravados pela sua permanência no Palácio, como febres, dores nos dentes e na cabeça, além de diversos “defluxos” (inflamações da mucosa nasal) e que sua residência atual não podia “produzir fruto, que não seja péssimo para a saúde”<sup>256</sup>, expressando o seu crescente descontentamento.

Assim a ideia de revitalizar o Colégio dos Jesuítas do Morro do Castelo tomou forma e o vice-rei recebe a aprovação régia para dar início às obras, grato as “infinitas mercês” que *El Rey* lhe tinha feito, dando-lhe “casa sadia”<sup>257</sup>. De acordo com outro ofício, enviado novamente a Mendonça Furtado, de 1767, D. Álvares da Cunha descreve questões relacionadas à árdua reforma e às vantagens que um novo palácio traria para seus sucessores:

“As obras da regulação do novo Palácio se continuam com grande cuidado, porém paredes velhíssimas, mal feitas, e com muitas ruínas, não era possível fazer-se obra durável sem muito tempo, e muita despesa, o que assim se vai praticando, e ficarão meus sucessores com casa muito decente grande, e sadia junto a esta se acha / como V Ex.<sup>a</sup> sabe / a cerca dela, com boa orte, água de pé, e de beber, que tudo é necessário ao cômodo dos Vice Reis, e na suposição de que Sua Majestade de lhe manda tão bem dar esta tal cerca a vou reedificando, e regulando a sua serventia, com suas nobres, e bem alinhadas para o interior do mesmo Palácio, o qual sem este desafogo, na Solidão e altura em que está situado será penosíssima e insuportável vivenda, e por maior razão deve a mesma cerca ficar anexa a Casa dos Vice Reis, pois só por ela podem ir cômoda e particularmente embarcar-se para irem ao mar,

255 Idem, p. 149.

256 Ofício do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, enviando cumprimentos e votos de recuperação da sua saúde, e mencionando que também ele padecia de constantes dores nos dentes e na cabeça, em virtude dos defluxos e das condições insalubres do palácio dos vice-reis no Rio de Janeiro. 16 de abril de 1766, AHU, Rio de Janeiro, cx. 85, doc. 47.

257 Ofício do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, agradecendo o atendimento das solicitações acerca do pagamento dos soldos das tropas da Nova Colônia do Sacramento, bem como das obras nas fortificações da barra do Rio de Janeiro, além da autorização para que pudesse deixar o Palácio do Governo para residir num sítio mais salubre, [...]. 26 de setembro de 1766, AHU, Rio de Janeiro, cx. 86, doc. 32.

o que todos os dias carecem, que não atendo até é preciso mandar por carruagem, e fazer uma grande e custosa volta de Caminho.”<sup>258</sup>

Contudo, mesmo que o conde tenha se esforçado para reformar o prédio que seria o Palácio dos Vice-reis, o projeto foi abandonado por seus sucessores. Segundo Vivaldo Coroacy, após o governo do conde da Cunha, os demais vice-reis voltaram a residir no atual Paço, construído por Gomes Freire, enquanto o Colégio dos Jesuítas recebeu ainda mais uma nova função, a de abrigar o Hospital Militar, que lá operou até a proclamação da República<sup>259</sup>.

Reservando a questão do novo Palácio, retomamos o tópico da governança e da imagem do vice-rei. As informações que extraímos das fontes do período parecem corroborar com o argumento de Izabela Gonçalves sobre a gestão de D. Álvares da Cunha ter sido turbulenta, na medida em que o próprio vice-rei narra em suas correspondências episódios de desentendimentos e atritos com outros oficiais régios.

Nos reportando às indisposições que o vice-rei sofreu, nos ancoramos no ofício de 7 de julho 1767, enviado a Mendonça Furtado, novamente no contexto de requisição de um sucessor para assumir seu cargo, no qual D. Álvares enumera e explica os motivos pelos quais acredita ter se tornado um administrador malquisto pelos moradores do Rio de Janeiro, embora afirme estar apenas agindo a serviço de *El Rey*<sup>260</sup>. Este documento específico se revela uma fonte muito interessante, uma vez que o próprio vice-rei esmiuçou suas crenças sobre a sua própria reputação e as organizou em dez parágrafos enumerados.

Como dito de antemão, os termos “estima” ou reputação” são utilizados de acordo com o conceito de mesmo nome desenvolvido por Giovanni Botero<sup>261</sup>. Para o autor italiano, em sua obra *Da Razão de Estado*, a conquista do amor e da reputação (ou estima) entre os súditos seria essencial para um príncipe que desejasse a conservação de seu Estado – estas duas qualidades mantêm a obediência dos súditos e asseguram a paz<sup>262</sup>.

258 Ofício do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, informando o sofrimento provocado pela doença de sarna que padecia; mencionando o lançamento ao mar da nau São Sebastião na noite de lua nova, bem como o andamento das obras de adaptação do antigo Colégio dos Jesuítas no Morro do Castelo para servir de nova residência ao palácio de governo; [...], 8 de Janeiro de 1767, AHU, Rio de Janeiro, cx. 87, doc. 45-A.

259 COARACY, Vivaldo. **Memórias da cidade do Rio de Janeiro**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988, p. 391.

260 Ofício do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, solicitando a nomeação de seu sucessor, visto ter terminado o seu tempo de serviço, mencionando o seu estado de saúde debilitado e a idade avançada; [...], 7 de julho de 1767, AHU, Rio de Janeiro, cx. 88, doc. 53.

261 TORGAL, Luís de Manuel Soares Reis e RALHA, Raffaella Longobardi. João Botero. **Da Razão de Estado**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1992.

262 Idem, p. 15.

Neste sentido, ele explica que há diferença entre amor e reputação: o amor “contenta-se mesmo com uma virtude mediana ao passo que a reputação não pára a não ser atingindo a excelência”<sup>263</sup>. Botero assinala que a reputação é equivalente à estima fundamentada nas artes políticas e militares, e portanto, utilizaremos este conceito para analisar os trechos que selecionamos da carta de D. Álvares da Cunha ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar.

Nos colocando na ótica de D. Álvares da Cunha, vemos que é importante para ele sublinhar constantemente as problemáticas relacionadas ao seu estado de saúde e sua idade avançada, que, para ele, causavam prejuízos à gestão. Por sua linha de raciocínio, Sua Majestade seria melhor provida por outro oficial régio, que fosse menos idoso, e, portanto, mais vigoroso para obrar em favor da Coroa, compondo ponto principal do primeiro parágrafo enunciado.

Outra razão para ser substituído está ligada à conquista dos afetos, que o conde identifica como fundamental para o andamento da gestão. Para ele, ser bem quisto entre os diferentes grupos sociais presentes na cidade do Rio de Janeiro era algo no qual ele havia falhado, nos levando ao conceito de Botero sobre a estima/reputação entre os súditos. Assim, os trechos que selecionamos de sua carta trazem relatos de suas interações com quatro grupos – os militares, os religiosos, os comerciantes e o povo em general – e os motivos pelos quais D. Álvares acredita ter fracassado no granjeio de suas respectivas estimas.

Começando com o escrito por D. Álvares sobre os militares, temos que ele não teria conseguido conquistar suas afeições devido à preferência dos oficiais pela liberdade que havia na gestão anterior. Este trecho é um dos momentos nos quais o vice-rei apresenta pequenas críticas ao governo de seu antecessor, além de evidenciar que as afeições de muitos ainda residiam com Gomes Freire. O vice-rei escreve que, por mais que lhes houvesse providenciado vestimentas e os pagamentos atrasados, lhes estimando

“[...] como nunca nesta terra se viu e estes mesmos a quem tantos benefícios tenho feito me desejam ver rendido, porque se lembram da liberdade que houve no tempo do Conde de Bobadela, e ainda o apeteem para poderem usar daquela soltura, e desobediência em que se criaram, e viveram não menos que trinta anos completos pelo que todos esperam que meu sucessor queira seguir aquele sistema.”<sup>264</sup>

263 Idem, p. 16.

264 Ofício do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, solicitando a nomeação de seu sucessor, visto ter terminado o seu tempo de serviço, mencionando o seu estado de saúde debilitado e a idade

Em concordância com o trecho exposto, as linhas que se seguem da explanação do conde possuem o mesmo tom queixoso, agora sobre os clérigos. Ele traz a crença de que mesmo a Câmara Eclesiástica e o clero local desejavam a sua partida e consequente substituição. Segundo o vice-rei, os mesmos o culpavam pelo recebimento de poucos cabedais, além da falta de noviços, que estariam sendo revertidos para o serviço militar. Ainda de acordo com a visão de D. Álvares, o próprio bispo, D. Frei Antônio do Desterro, não gostava de sua pessoa, ainda que aparentasse ser seu amigo.

Em relação aos candidatos a noviços serem conduzidos não à igreja, mas ao serviço militar, Christiane Mello nos dá algumas pistas: como explicado anteriormente, as ações do vice-rei estavam intimamente ligadas às questões militares e, consequentemente, à preocupação com o alistamento<sup>265</sup>, em acordo com o arquétipo de leão, dentro da perspectiva de análise deste trabalho.

O compromisso religioso era um obstáculo para o recrutamento militar, e, eventualmente, a Coroa acaba por determinar que os ordenamentos ficassem suspensos pelo período de dez anos. Isto não solucionou os problemas de falta de contingentes para as tropas, uma vez que D. Álvares continua a se queixar do alto número de ordenações<sup>266</sup>, porém provavelmente foi suficiente para causar mal-estar entre o vice-rei e a Câmara Eclesiástica.

Avançando na missiva, temos, no sétimo tópico, os problemas com o contrabando, praticado pelos “homens de negócio” locais, e que o vice-rei se esforçava por eliminar tal prática. Pelos escritos de D. Álvares, seus esforços para encerrar as atividades contrabandistas e agir em função da Coroa o deixaram mal quisto pelos negociantes nas “praças do Rio de Janeiro e das Minas”.

Próximo ao final da missiva, ele traz a última situação que nos propusemos a evidenciar, envolvendo a estima das pessoas comuns. O conde relata que não era bem quisto por elas devido à culpa que recebeu pela extinção da Rua dos Ourives, descrita por ele como “a maior e mais populosa rua desta terra”. Ele resume, “todos supõem que foi arbítrio meu a

avançada; [...], 7 de julho de 1767, AHU, Rio de Janeiro, cx. 88, doc. 53.

265 MELLO, Christiane. Guerra e sociedade: a situação militar do Rio de Janeiro no Vice-Reinado do Conde da Cunha, 1763-1767. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 5, p. 54-81, 2004.

266 Ver exemplo em “Ofício do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, [...] mencionando a necessidade do recrutamento de oficiais e soldados naturais da própria capitania, sobretudo das vilas e povoados do recôncavo daquela cidade, alegando que muitos homens sadios se ordenavam clérigos para se evadirem do serviço militar; sugerindo o aumento dos soldos e melhor controle do número de religiosos naquela capitania. 27 de julho de 1767, Rio de Janeiro. AHU-Rio de Janeiro, cx. 88, doc. 66”.

sua extinção, pelo que de mim se queixam incessantemente, e este só motivo bastava para me malquistar, e fazer aborrecido no Rio de Janeiro.”<sup>267</sup>

Seu relato expressivo delineia o quadro de sua gestão, onde o vice-rei nos mostra os “motivos pelos quais se vê claramente que com todos me tenho malquistado, e que por esta causa me parece ser necessário que para esta terra venha com brevidade Governador que se possa fazer amado”, e conclui requisitando a Mendonça Furtado que possa lhe enviar sucessor<sup>268</sup>, nos levando à concordância com o proposto por Botero de que o amor e a estima são os elementos fundamentais para a conservação do Estado.

Nos voltando novamente para a coletânea de registros de viajantes de Jean Marcel França, há ainda outro relato necessário de ser aqui exposto, servindo também de exemplo para ilustrar como D. Álvares da Cunha se fez mal quisto em meio a diversos grupos, até entre os estrangeiros que necessitassem se utilizar do porto e de seus serviços. De acordo com as *Visões do Rio de Janeiro Colonial*, Louis Antoine de Bougainville foi o primeiro francês a realizar uma viagem de circunavegação, e, no período em que arribou no porto do Rio de Janeiro, em julho de 1767, havia partido de Nantes com destino às Ilhas Malvinas, comandando a fragata *Bondeuse*. Lá outra embarcação, a *Étoile*, deveria lhes entregar víveres, porém esta nunca apareceu. Na falta de mantimentos para continuar sua estadia nas Malvinas, Bougainville se viu obrigado a rumar para o Rio. Jean França observa que

“Bougainville permaneceu no porto carioca cerca de 25 dias (15 de julho de 1767). Infelizmente, esse que talvez tenha sido um dos mais célebres e cultos visitantes que recebemos no período colonial quase nada deixou registrado sobre a cidade e seus habitantes. Interessou-lhe muito mais descrever as relações pouco cordiais que manteve com o vice-rei conde da Cunha.”<sup>269</sup>

Para outras pesquisas, a pobreza de informações registradas por Bougainville sobre a cidade, seus habitantes, fauna e flora, dentre outros, pode ser decepcionante, porém para o presente trabalho, as “relações poucos cordiais” estabelecidas entre o francês e o vice-rei tornam seu pequeno relato em uma fonte do período de expressão riquíssima.

Segundo Bougainville, após serem abandonados pela *Étoile* nas Ilhas Malvinas, ele e sua tripulação chegaram no Rio de Janeiro no dia 20 de junho. Ele recebe permissão para que

267 Ofício do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, solicitando a nomeação de seu sucessor, visto ter terminado o seu tempo de serviço, mencionando o seu estado de saúde debilitado e a idade avançada; [...], 7 de julho de 1767, AHU, Rio de Janeiro, cx. 88, doc. 53.

268 Idem.

269 FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Visões do Rio de Janeiro colonial: antologia de textos (1531-1800)**. Rio de Janeiro: EdUERJ: José Olympio, 2000, p. 156 a 167.

a *Bondeuse* encore no porto, onde um oficial português vem ao seu encontro para averiguar as razões de sua arribada. Bougainville ordenou então que um de seus homens “fosse à terra na companhia desse oficial português e contatasse o conde da Cunha, vice-rei do Brasil, para pô-lo a par da nossa presença e tratar da nossa saudação”. Ao retornar, a pessoa o informa que o conde da Cunha lhe respondera sobre a saudação que “qualquer pessoa, ao encontrar outra no meio da rua, tira-lhe o chapéu sem antes se perguntar se esse gesto será ou não correspondido”, de acordo com as palavras do francês. Bougainville interpretou o que supostamente foi dito por D. Álvares da Cunha como uma charada e algo que não parecia um sinal de boas-vindas<sup>270</sup>.

A sorte de Bougainville pareceu mudar quando ele reencontrou o comandante da *Étoile*, que tinha vindo ao porto do Rio ao saber de notícias de que o francês lá se achava. A nau de apoio contava com mantimentos para vários meses, mas mesmo assim Bougainville encontra espaço para se queixar: no Rio de Janeiro não estavam disponíveis “nem biscoitos, nem centeio, nem farinha”<sup>271</sup>.

No entanto, por mais que houvesse tomado posse dos mantimentos necessários para seguir viagem, Bougainville ainda precisaria se demorar mais no Rio de Janeiro, realizando reparos em sua embarcação e adquirindo ainda outros recursos faltantes. Nesse período, o francês conheceu outros estrangeiros, notadamente espanhóis e franceses, que também estavam no porto, esperando reparos nos seus respectivos navios. De acordo com Bougainville, “após oito meses de permanência nesse porto, a restauração do casco [da embarcação espanhola] ainda não estava acabada, pois, além de não contar com qualquer ajuda, os espanhóis tinham de enfrentar a má vontade do vice-rei, empenhado em criar toda a sorte de dificuldades”<sup>272</sup>.

Após ouvir a história dos espanhóis, Bougainville decide visitar o vice-rei, no que é retribuído com outra visita e tiros de canhão em saudação, demonstrando comportamento contrário à primeira interação entre os dois. Segundo o francês, o conde da Cunha se apresentou de maneira diferente, oferecendo-se para ajudá-los com os reparos e quaisquer necessidades, autorizando Bougainville a comprar uma corveta e dizendo, nas palavras do francês, que “se fosse rei de Portugal, a corveta [lhe] seria ofertada”.

270 Idem, p. 158 e 159.

271 Idem, p. 159.

272 Idem, p. 159.

Nos dias que se seguiram, Bougainville descreve as muitas atenções que recebera de D. Álvares da Cunha, com o exemplo de quando foi convidado a participar de um jantar, seguido por um espetáculo de ópera. Entretanto, lançando um ar sombrio sobre as amabilidades recebidas, o francês escreve

“Os favores de que gozávamos causavam espanto aos espanhóis e aos habitantes do país, que nos advertiram de que essa extraordinária boa vontade do governador não duraria muito tempo. Com efeito, seja em razão da nossa incômoda relação com os espanhóis, seja em razão da incapacidade do vice-rei de manter um comportamento oposto ao seu humor, cedo sua atitude para conosco passou a ser a mesma que tinha para com todos os demais.”<sup>273</sup>

Quer as razões teorizadas por Bougainville tenham fundamento, quer não, o que ele descreve a seguir é o fim da cordialidade ofertada pelo vice-rei. Segundo ele, D. Álvares teria impedido os franceses de adquirirem um brigue, que supostamente já estava negociado, fazendo o vendedor voltar atrás. Ele também teria proibido a *Bondeuse* de se utilizar de madeiras do estaleiro real e vedou o uso de uma casa por parte dos franceses, que esperavam se hospedar no imóvel até que estivessem prontos para partir. Bougainville afirma que o vice-rei ordenou que todo e qualquer francês fosse detido se circulasse pela cidade após o pôr do sol, e que os habitantes da cidade temiam o vice-rei horripelantemente, não escondendo o mal-estar que suas atitudes causavam. Tanto a tripulação francesa quanto o próprio Bougainville pareceram aliviados ao deixar o Rio de Janeiro, e este admite que recorreu mesmo ao contrabando para angariar os materiais necessários para que o reparo da embarcação fosse realizado o quanto antes.

Após analisarmos a tensa narrativa de Louis de Bougainville junto aos outros materiais, é possível enxergar um molde desagradável para a gestão do conde da Cunha. Considerando o quadro delineado após os conflitos da Guerra dos Sete Anos (1756 a 1763), é bem possível que a antipatia de Portugal para com Espanha e França tenha respingado sobre Bougainville e os castelhanos ancorados no porto da cidade, porém não há referências a esse respeito nem no relato do francês nem quaisquer outras fontes analisadas.

Nos detemos brevemente para tratar das críticas proferidas por D. Álvares a respeito da gestão de Gomes Freire, das quais podemos encontrar um exemplo no ofício datado de 8 de setembro de 1764, remetido pelo conde da Cunha ao então secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Nesta documentação, o vice-rei acredita que a cidade está em “perigo iminente”, devido à pólvora ter sido armazenada indevidamente

273 Idem, p. 160.

em uma casa na Ilha das Cobras, e em um armazém no bairro da Prainha, por ordem do conde de Bobadela. Segundo a sua explicação, a pólvora poderia explodir a qualquer momento, durante as tempestades de raios que presenciara naquela praça desde a sua chegada, arriscando a segurança dos habitantes:

“A causa que me obrigou a tomar a resolução de mandar fazer estes armazéns sem esperar que Sua Majestade mo ordenasse, foi presenciar horrorosas trovoadas, que nesta terra há todos os dias infalivelmente, nos meses de outubro, novembro, dezembro e janeiro os raios são sem número, e sempre estes causam nesta terra infelizes efeitos, e só por misericórdia de Deus Nosso Senhor, não tem até agora tocado nos paióis de pólvora.”<sup>274</sup>

Para remediar o problema que D. Álvares da Cunha acredita ser causado por seu antecessor, ele manda construir “duas novas casas” para se depositar a pólvora, uma para El Rey e outra para os negociantes, na chamada Ilha das Pombas, “distante desta cidade e ao noroeste dela, mais de meia légua”<sup>275</sup>, sendo um local seguro e conveniente para o uso da guarda militar.

Dito isto, podemos seguir para a explicação mais detalhada de como se deu a decisão de empregar o personagem mitológico grego Tântalo para traduzir a gestão do conde da Cunha, fazendo par com o personagem de Hércules para simbolizar a gestão de Gomes Freire. Tal escolha pode parecer deslocada e, por isso, vamos explicar a origem do termo. Tântalo é um personagem mitológico greco-romano, muitas vezes identificado como rei da Frígia e filho do deus Zeus, ou Júpiter. Existem diversas versões do mito, com Tântalo frequentemente sendo associado a uma imagem desagradável e repulsiva, que recebe a punição dos deuses pelos seus crimes. A que trazemos é a que consta no segundo volume da Enciclopédia Abril Cultural de 1976: após enganar e enraivecêr os imortais em diferentes ocasiões, o rei convida os deuses para um banquete, propondo a paz. Os deuses comparecem, sentam-se à mesa e servem-se da comida disposta pelo anfitrião, apenas para descobrir mais um engodo: a carne oferecida por Tântalo era carne humana. Uma vez feita a revelação macabra, os imortais se revoltam e condenam Tântalo a ser punido no Hades pela eternidade:

274 Ofício do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, informando que desde o governo do falecido conde de Bobadela, [Gomes Freire de Andrade], a pólvora da praça do Rio de Janeiro era armazenada numa casa na extremidade da Ilha das Cobras e num armazém no bairro da Prainha, com grandes riscos para a segurança dos habitantes, sobretudo durante as tempestades de raios, mencionando que havia ordenado a construção, em caráter de urgência, de duas casas-fortes na Ilha das Pombas, à noroeste da cidade, para armazenagem da pólvora Real e a dos comerciantes. 8 de setembro de 1764, Rio de Janeiro. Anexo: lembrete. AHU, Rio de Janeiro, cx. 79, doc. 2.

275 Idem.



“Para Tântalo, o inferno é um imenso lago. Com água pelos joelhos, o condenado não pode saciar sua sede eterna, pois o líquido foge-lhe da boca, recusando-se a umedecer-lhe a garganta. Com árvores cobertas de frutas ao lado, não pode aplacar a fome, pois os galhos escapam-lhe das mãos.

E Tântalo sonha com assados e néctares, dispostos numa grande mesa preparada para ele, só para ele. Porém nunca poderá alcançá-los, por mais que se esforce.”<sup>276</sup>

Em uma missiva do próprio vice-rei, remetida a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, D. Álvares da Cunha diz “estar feito Tântalo”<sup>277</sup>. A expressão curiosa nos chamou atenção e, lendo o documento mais cuidadosamente, percebemos que o vice-rei se compara ao personagem mitológico no sentido de receber a punição dos deuses, impedindo-o de saciar sua fome e sede – deixemos de lado a parte do banquete assustador. O documento foi remetido em março de 1767, e nele, o vice-rei relata questões administrativas e particulares, como seu estado de saúde, o lançamento de uma nau ao mar, dentre outros.

Entre os assuntos tratados, buscamos sublinhar “o lento avanço das obras de adaptação do prédio do antigo Colégio dos Jesuítas no Morro do Castelo para residência do palácio de governo”<sup>278</sup>, contexto no qual o vice-rei se identifica como Tântalo, obra sobre a qual já discurremos anteriormente no mesmo capítulo.

Junto às trabalhosas reformas do edifício, era preciso também, segundo o vice-rei, que se fizesse um novo caminho de ligação entre a cidade e o novo Palácio, considerando que o caminho atual era inadequado ao uso de carruagens. D. Álvares da Cunha considera a geografia do Morro do Castelo, com seu “despenhadeiro, que é horroroso”, e o caminho existente, muito íngreme<sup>279</sup>. O novo caminho proposto por ele seria próximo à Santa Casa de

276 ENCICLOPÉDIA ABRIL CULTURAL. **Mitologia**, v. 2. 2ª ed. São Paulo: Victor Civita, 1976, p. 104-105.

277 Ofício do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, informando a conclusão das obras de ampliação da Fortaleza de São João e dos melhoramentos da Fortaleza do Trem; mencionando ainda o bom andamento das reformas do antigo Colégio dos Jesuítas no Morro do Castelo, adaptando-o para a nova residência de governo, denominado como palácio de São Sebastião [...], 8 de março de 1767, AHU, Rio de Janeiro, cx. 87, docs. 56, 20.

278 Idem.

279 Carta do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, informando o seu débil estado de saúde; mencionando que a nau São Sebastião, construída no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, seria lançada ao mar em fins de janeiro, [...] referindo o lento avanço das obras de adaptação do prédio do antigo Colégio dos Jesuítas no Morro do Castelo para residência do palácio de governo, 8 de janeiro de 1767, Rio de Janeiro, AHU, cx. 87, doc. 2.

Misericórdia, estabelecido com o auxílio uma cerca, que é pedida como mercê a *El Rey*, para uso exclusivo do Palácio e dos vice-reis<sup>280</sup>.

De acordo com o explicado pelo vice-rei, sem a cerca e seu uso exclusivo, não seria possível para os vice-reis terem acesso facilitado ao mar, e tanto ele quanto seus sucessores habitariam “um sequeiro sem verem mais que o que se alcança com o olho de ver ao Longe, e não para a Cidade, mas sim e só para a barra”<sup>281</sup>. O ponto problemático no pedido de exclusividade feito por D. Álvares da Cunha residia no que ele confia a Mendonça Furtado: o Provedor da Fazenda Real havia solicitado o aforamento da cerca para si, excluindo vice-rei do uso do caminho necessário para o novo Palácio.

Sentindo-se prejudicado, ele descreve ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar o mesmo suplício do personagem mitológico:

“[...] se assim o conseguir [o Provedor], ou qualquer outro, não sera mau flagelo para um Vice Rei o estar feito Tântalo vendo-se em um sequeiro com a água ao pé de si sem se poder utilizar dela, assim como tão bem descortinando as belas ruas de fermoras árvores e seus frutos sem se poder utilizar delas [...]”<sup>282</sup>

Por mais que o vice-rei empregue a expressão de “estar feito Tântalo”<sup>283</sup> na situação referente à sua nova residência, acreditamos que, após a exposição do quadro de seus desafetos no Rio de Janeiro, podemos utilizar a mesma comparação do mito grego para a sua governança. Ao se admitir mal quisto, ele confia a Mendonça Furtado que poderia ter obrado mais caso a situação fosse invertida<sup>284</sup>.

Concordando com o próprio vice-rei, o trabalho de Izabela Gonçalves traz a mesma conclusão: o governo do conde da Cunha não foi bem-sucedido ao não conseguir se fazer

280 Idem.

281 Idem.

282 Ofício do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, solicitando a nomeação de seu sucessor, visto ter terminado o seu tempo de serviço, mencionando o seu estado de saúde debilitado e a idade avançada; [...], 7 de julho de 1767, AHU, Rio de Janeiro, cx. 88, doc. 53.

283 Ofício do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, informando a conclusão das obras de ampliação da Fortaleza de São João e dos melhoramentos da Fortaleza do Trem; mencionando ainda o bom andamento das reformas do antigo Colégio dos Jesuítas no Morro do Castelo, adaptando-o para a nova residência de governo, denominado como palácio de São Sebastião [...], 8 de março de 1767, AHU, Rio de Janeiro, cx. 87, docs. 56, 20.

284 Ofício do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, solicitando a nomeação de seu sucessor, visto ter terminado o seu tempo de serviço, mencionando o seu estado de saúde debilitado e a idade avançada; [...], 7 de julho de 1767, AHU, Rio de Janeiro, cx. 88, doc. 53.

amar e por não ter construído boas relações com outros poderes presentes no Rio de Janeiro<sup>285</sup>. Por consequência, temos a erosão de sua figura como vice-rei, gerando, muitas vezes, maiores dificuldades para a realização de determinações esperadas para a sua gestão, como, por exemplo, no caso do melhoramento do estado militar da cidade.

Entretanto, selecionamos algumas razões pelas quais não seria justo afirmar que os anos de serviço de D. Antônio Álvares da Cunha enquanto vice-rei sediado no Rio de Janeiro foram um fracasso, suavizando sua qualificação como Tântalo e considerando que sua gestão pode ter sido melhor sucedida do que o proposto anteriormente. Tratemos de enunciá-las e explicá-las devidamente, sublinhando que todas são baseadas nos documentos produzidos no período, disponibilizados pelo Arquivo Histórico Ultramarino<sup>286</sup>.

Em primeiro lugar, como apontado ao início do capítulo, é preciso relativizar a comparação entre os dois condes no sentido da gestão de D. Álvares ter corrido de maneira mais turbulenta, levando em consideração a proporção de 30 para 4 anos das respectivas administrações. Em tão pouco tempo, teria sido quase impossível para o vice-rei estabelecer os mesmos níveis de relações sociais com os outros poderes locais e oficiais régios.

Conforme a obra de Giovanni Botero<sup>287</sup>, conquistar a estima e o amor dos súditos não é tarefa fácil para o príncipe mesmo que este possua excelência de virtudes, e, certamente tal sentença foi verdadeira no caso de D. Álvares. Ainda assim, é seguro dizer que ele conseguiu conservar o Estado, uma vez que não há fontes entre os documentos analisados que apontem para revoltas na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1763 e 1767 que tivessem suas origens na insatisfação com o vice-rei ou com o objetivo removê-lo do cargo<sup>288</sup>.

Além disso, como segundo motivo, o próprio vice-rei acredita que, mesmo com todas as atribulações e doenças das quais sofreu, obrou no máximo de suas forças em favor de *El*

285 GONÇALVES, Izabela Gomes. **A sombra e a penumbra: o Vice-reinado do Conde da Cunha e as relações entre centro e periferia no Império Português (1763-1767)**. Niterói, Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, 2010.

286 Documentações analisadas nos projetos “Perfil social dos governadores da capitania fluminense entre 1711 e 1763” (2019-2020) e “Trajetórias administrativas dos primeiros vice-reis do Estado do Brasil após a transferência da capital para o Rio de Janeiro (1763-1778)” (2020-2021) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Mônica da Silva Ribeiro.

287 TORRAL, Luís de Manuel Soares Reis e RALHA, Raffaella Longobardi. João Botero. **Da Razão de Estado Lisboa**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1992.

288 “Perfil social dos governadores da capitania fluminense entre 1711 e 1763” (2019-2020) e “Trajetórias administrativas dos primeiros vice-reis do Estado do Brasil após a transferência da capital para o Rio de Janeiro (1763-1778)” (2020-2021) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Mônica da Silva Ribeiro.

*Rey*, como ele relata em carta de novembro de 1766<sup>289</sup> a Sebastião de Carvalho e Mello, então Conde de Oeiras e Secretário de Estado e Mercês, com o acréscimo de uma crítica aos oficiais régios que ocuparam o cargo de governança nos períodos anteriores. Segundo o vice-rei:

“Nas muitas contas que pela repartição, do Excelentíssimo Senhor Francisco Xavier de Mendonça dou a Sua Majestade verá Vossa Excelência o que nesta ocasião me coube no possível escrever, porque além de que as minhas ocupações excedem a muito as minhas forças, e a minha capacidade sobreveio-me o mal da sarna, e está tão forte que me não deixa trabalhar, [...].

Parece-me, Excelentíssimo Senhor, que já nestes três anos tenho feito mais obras no Rio de Janeiro que todos meus antecessores juntos, para o que não seria necessario muito, pelo pouco e mau estado que eles fizeram; [...].”<sup>290</sup>

Passando ao terceiro dos motivos pelos quais acreditamos que o conde não fracassou completamente enquanto vice-rei, temos, de acordo com outras missivas enviadas por D. Álvares da Cunha ao mesmo Sebastião de Carvalho e Mello, a suposição plausível de que ambos mantinham relações cortesãs, com as duas famílias possuindo mais de um elo de alianças por casamento entre si. Como exemplo, trazemos o trecho de uma carta particular do conde da Cunha, remetida a Mendonça Furtado, “enviando cumprimentos pelo casamento do conde Henrique José de Carvalho e Mello com sua sobrinha, estreitando a aliança entre os Cunhas e os Carvalho e Mello”:

“Seja-nos meu Senhor muitos parabéns, assim o Casamento, e Título do Senhor Henrique, como o novo ajuste do Senhor José, com minha sobrinha, ou de minha Mulher [D. Leonor Josefa da Câmara Coutinho] que é o mesmo, ela o tem estimado, e me diz vo-lo segure, e vos posso afirmar, que ainda desejo ter maiores alianças na vossa Casa, e que as não solicito, por não saber quem Deus quererá que na minha suceda, porém eu me consolo com as duplicadas que temos, e com ter a certeza de que vós, e os mais Senhores parentes, passam todos com perfeita saúde. O Todo Poderoso vo-la continue, e vos Guarde como desejo, Rio, a 8 de Fevereiro de 1765.”<sup>291</sup>

Lembramos que, nos guiando pela genealogia de Albano da Silveira Pinto, os próprios conde e condessa da Cunha não deixaram geração<sup>292</sup> e seus sobrinhos eram os elos mais

289 Ofício do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado do Reino e Mercês], conde de Oeiras, [Sebastião José de Carvalho e Mello], informando que se encontrava bastante debilitado, o que quase o impedia de escrever, mencionando entretanto que durante o seu governo havia mais obras do que todos os seus antecessores juntos [...], 15 de novembro de 1766, AHU, Rio de Janeiro, cx. 86, doc. 44; cx. 84, doc. 1.

290 Idem.

291 Carta do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, enviando cumprimentos pelo casamento do conde Henrique [José de Carvalho e Mello] com sua sobrinha, estreitando a aliança entre os Cunhas e os Carvalho e Mello, informando que se achava adoentado. 8 de fevereiro de 1765, Rio de Janeiro. AHU, Rio de Janeiro, cx. 80, doc. 45.

292 PINTO, Albano da Silveira. **Resenha das famílias titulares e grandes de Portugal, diversos tomos.** Lisboa: Empresa Editora de Francisco Arthur da Silva, 1883.

próximos que tinham de filhos biológicos, como fica explícito a partir da sexta linha. A união do filho de Sebastião de Carvalho e Mello com a sobrinha dos condes da Cunha ocorreu por volta de 1765, período no qual D. Álvares ainda atuava como vice-rei sediado no Rio de Janeiro, o que aparentemente confirma a solidificação de alianças cortesãs entre os dois oficiais régios.

Em um ofício anterior, de junho de 1764, o vice-rei confirma o recebimento de “notícias acerca do casamento de seu sobrinho, D. Cristóvão Manoel de Vilhena, com D. Maria Francisca Daun, sobrinha do citado conde de Oeiras, e apresentando congratulações pela aliança entre as duas ilustres famílias”<sup>293</sup>. Com isso, temos ainda outra evidência de alianças por casamento entre os Cunha e os Carvalho e Mello datadas da época da gestão de D. Álvares da Cunha.

Como definido por Norbert Elias, as alianças e rivalidades existentes entre as pessoas e famílias influenciavam no “tratamento dos assuntos de governo, assim como em todos os outros assuntos oficiais”<sup>294</sup>. A partir destas informações, acreditamos que é plausível supor que a atuação do vice-rei na América portuguesa não foi considerada um fracasso perante os oficiais régios presentes no Reino, mesmo que superiores a ele na hierarquia do Império e da Corte, uma vez que um personagem destacado como o conde de Oeiras estava disposto a vincular as duas famílias por meio do matrimônio.

Nos debruçando sobre quarto motivo selecionado, há uma contraproposta ao retrato desagradável de D. Álvares da Cunha pintado por Louis de Bougainville, o do britânico John Byron. Já nos utilizamos do mesmo relato em referência ao Palácio de Governo e gostaríamos de aqui empregá-lo mais uma vez. Transcrevemos parte das palavras do comodoro, extraídas da obra desenvolvida por Jean Marcel França:

“No dia 7, o comandante desembarcou para visitar o vice-rei. Esse desembarque foi assistido por toda a nobreza local, que acompanhou o visitante até o palácio ao som de 15 tiros de canhão, disparados pelo forte da ilha das Cobras. Dois dias depois, o vice-rei veio a bordo retribuir a visita. Tratamos de saudá-lo, na sua chegada, com iguais 15 tiros, que foram respondidos pela artilharia da cidade. A fim de receber o vice-rei com as

293 Ofício do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário do estado do Reino e Mercês], conde de Oeiras, [Sebastião José de Carvalho e Melo], acusando o recebimento de cartas de Francisco Xavier de Mendonça Furtado e de Paulo Carvalho de Mendonça com notícias acerca do casamento de seu sobrinho, D. Cristóvão Manoel de Vilhena, com D. Maria Francisca Daun, sobrinha do citado conde de Oeiras, e apresentando congratulações pela aliança entre as duas ilustres famílias. 4 de junho de 1764, Rio de Janeiro. AHU, Rio de Janeiro, cx 77, docs. 63, 64.

294 ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Lisboa, Estampa, 1987, p. 27.

devidas honras, toda a tripulação manteve-se sobre as vergas com os braços estendidos durante o tempo em que Sua Excelência permaneceu a bordo [...].

Mas voltando ao Rio de Janeiro, o vice-rei goza aqui de uma autoridade tão absoluta sobre os moradores da cidade quanto o rei de Portugal sobre seus súditos em Lisboa [...]. Enquanto permanecemos no Brasil, o comandante hospedou-se em uma casa muito boa, situada no cume de um outeiro no norte da cidade. Frequentemente, o vice-rei e outros indivíduos iam visitá-lo e prestavam-lhe todas as honrarias que merecia um estrangeiro de sua estirpe.”<sup>295</sup>

Comparando os dois relatos do período, o de Byron e o de Bougainville, fica evidente que as experiências dos dois homens não foram similares. O primeiro é escrito sem evocar sentimentos desagradáveis, enquanto o segundo parece querer imprimir o medo e o assombro no leitor e nos demais estrangeiros que precisassem ancorar no porto do Rio de Janeiro.

A descrição de Byron de uma autoridade absoluta do vice-rei para com os habitantes da cidade não é proporcional ao suposto “temor horrível”<sup>296</sup> sentido pelos mesmos, atribuído ao vice-rei por Bougainville. A partir desta discordância, temos mais uma razão para considerar relativa a visão do vice-rei como uma figura mal quista por todos, uma vez que a experiência negativa de Bougainville não poderia ser entendida como universal, tampouco a sua impressão do conde da Cunha como um indivíduo tão desagradável.

Servindo como o quinto ponto de apoio para que continuemos nossa argumentação, temos mais uma das razões selecionadas pelas quais não acreditamos que sua administração marque uma falha em sua trajetória administrativa no ultramar. Como já foi mencionado no primeiro subtópico do capítulo sobre os cargos ocupados por D. Antônio Álvares da Cunha, após ser dispensado do cargo no Rio de Janeiro, ele serve como presidente do Conselho Ultramarino por dois mandados seguidos, entre os anos de 1768, logo após deixar o Brasil, até por volta de 1791<sup>297</sup>, ano de sua morte, demonstrando que ainda detinha prestígio e boas relações na corte. Com a chegada do conde de Azambuja, D. Antônio Rolim de Moura Tavares, para rendê-lo no cargo de vice-rei, D. Álvares da Cunha, escreve a Francisco de Mendonça Furtado, comentando sua nomeação para o novo posto no Reino, no qual estaria mais próximo de Sua Majestade:

295 FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Visões do Rio de Janeiro colonial: antologia de textos (1531-1800)**. Rio de Janeiro: EdUERJ: José Olympio, 2000, p. 144 a 151.

296 Idem, p. 156 a 167.

297 Lista de presidentes do Conselho Ultramarino (1643-1833), Arquivo Histórico Ultramarino, linhas 18 e 19. Disponível para consulta em <[https://actd.iict.pt/eserv/actd:CUF007/Lista\\_CU\\_Presidentes.pdf](https://actd.iict.pt/eserv/actd:CUF007/Lista_CU_Presidentes.pdf)>. Acesso em 03 de maio de 2024.

“[...] todas as Ordens que tenho recebido de Sua Majestade as tenho tão bem posto em Ordem delas puder entregar o que me tem causado nestes dias um excessivo trabalho pela desordem em que se achavam, por não esperar que com tanta brevidade Sua Magestade me fizesse tantas mercês. A com que Sua Majestade novamente me honra, nomeando-me Presidente do seu Conselho Ultramarino, [...]; e desejando tão bem continuar o Real Serviço todos os dias de minha vida, me persuado que neste grande lugar em que Sua Majestade por Sua Real Grandeza me emprega, o poderei fazer com mais acerto; porque o está tão proximo da Sua Real Pessoa de quem todos os dias posso receber positivas resoluções; com estas se me facilitara o acerto com que o desejo servir.”<sup>298</sup>

Por fim, temos ainda um contraponto à própria missiva do Conde da Cunha, na qual se acreditava malquisto por todos<sup>299</sup>, feito pelo autor Vivaldo Coroacy, em referência tanto à imagem quanto à estima do vice-rei. Segundo o primeiro o autor, em suas Memórias da cidade do Rio de Janeiro,

“É impressionante a soma de trabalhos e serviços realizados pelo primeiro vice-rei nos quarenta e dois meses que durou o seu governo. Homem de grande energia e severidade, recorreu muitas vezes a processos arbitrários e violentos que lhe suscitaram inimigos e provocaram queixas e críticas. É, porém, inegável que a cidade muito lhe ficou devendo. A sua chegada, mal impressionado pelas condições locais, desenvolveu grande esforço para melhorá-las. [...] construiu um hospital para os lázaros na casa dos jesuítas em São Cristóvão. Abriu e saneou ruas, entre as quais aquela que, em sua honra, ficou sendo chamada Rua do Conde. Fechou, por ordem da Coroa, as oficinas de ourives onde se exercia o contrabando do ouro. Construiu um hospital para os soldados. Transferiu para a Ilha da Pombeba os paióis de pólvora cuja permanência dentro da cidade representavam perigo público. Mandou cobrir com lajes de pedra a Vala, foco pestilencial que prejudicava a saúde da população. [...].

Apesar da sua aspereza, porém, tomou-se benquisto da população que lhe reconhecia a integridade e o espírito de justiça. Apenas os poderosos, cujos privilégios cerceou, lhe moviam tenaz oposição e maquinavam junto à Corte para obter a sua remoção.”<sup>300</sup>

Esperamos, por meio destes trechos de documentações e suas respectivas análises, compor um quadro razoável para o leitor e mesmo para outros pesquisadores poderem supor que a gestão de D. Álvares da Cunha não se apresentou na forma de um fracasso caricato. Ele de fato enfrentou dificuldades e obstáculos, mas seu estado de malquisto pode ser questionado a partir de um olhar mais atento às fontes e às conjunturas. Acreditamos que a evidência mais

298 Ofício do [vice-rei do Estado do Brasil], conde de Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, comunicando a chegada de seu sucessor o novo vice-rei, conde de Azambuja [D. Antônio Rolim de Moura Tavares]. 19 de novembro de 1767, Rio de Janeiro. AHU-Rio de Janeiro, cx. 90. doc. 38. Grifo nosso.

299 Ofício do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, solicitando a nomeação de seu sucessor, visto ter terminado o seu tempo de serviço, mencionando o seu estado de saúde debilitado e a idade avançada; [...], 7 de julho de 1767, AHU, Rio de Janeiro, cx. 88, doc. 53.

300 COARACY, Vivaldo. **Memórias da cidade do Rio de Janeiro**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988, p. 390 e 391.

produtiva que leva o historiador a reavaliar sua posição como não tão precária como aparenta é o caso detalhado acima, no qual vemos que sua gestão culminou na transferência para um posto mais elevado sediado no Reino. O desfecho de sua gestão, saindo de vice-rei para presidente do Conselho Ultramarino nos levar a pensar se os constantes pedidos por um substituto podem ter sido uma manobra executada com uma mentalidade do arquétipo da raposa, almejando uma posição mais elevada e que o guiasse para Lisboa.

### 3.3. Raposa e leão

Como explicado em momentos anteriores, as redes de poder e de sociabilidades podem influenciar na governança de diversas maneiras, na medida em que a existência e formação de alianças, inimizades e relações de parentesco poderiam facilitar ou atribular a gestão de determinado indivíduo, tal qual como ocorria na sociedade de corte francesa, segundo Norbert Elias<sup>301</sup>.

Complementando o pensamento de Elias e como mencionado no início do capítulo, trouxemos para este trabalho duas das lógicas de Nicolau Maquiavel para o comportamento adequado do príncipe, notadamente o agir como raposa e o agir como leão. Na obra *O Príncipe*, o autor florentino explica que os animais se servem da força e, muitas vezes, é necessário que homem adote estes exemplos complementares: o leão, para se defender dos lobos, e a raposa, para se defender dos laços<sup>302</sup>.

Em um trabalho anterior<sup>303</sup>, advogamos em favor de que apenas Gomes Freire teria conseguido manter um equilíbrio dos arquétipos, utilizando-os conforme a necessidade, enquanto D. Álvares teria privilegiado agir como leão, prezando por exercer sua jurisdição e pelas preocupações exclusivamente militares, enquanto deixava os laços sociais se deteriorarem. Entretanto, após pesquisas, leituras de fontes e diferentes análises, que acreditamos terem conduzido ao amadurecimento de nosso estudo, vemos que D. Álvares da

301 ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Lisboa, Estampa, 1987.

302 MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe** (Trad. Roberto Grassi). 6ª ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2011, cap. XVIII, p. 138.

303 SAMPAIO, Isabela Dantas. **Do governador ao vice-rei**: a transição da administração de Gomes Freire de Andrada (1733 – 1763) para a de Antônio Álvares da Cunha (1763 – 1767), no Rio de Janeiro colonial. Nova Iguaçu: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2022 (trabalho de conclusão de curso).



Cunha não ficou para trás em relação aos laços, e soube balancear os dois conceitos ao longo de sua gestão, como procuramos expor ao final do item anterior.

Se fez necessário acrescentar que, como no caso de Gomes Freire, no capítulo anterior, subdividir o item “Raposa e leão” em duas partes respectivas se torna improdutivo. O motivo disto se mantém: as redes de poder e sociabilidades, especialidades do arquétipo raposa, se misturam aos critérios de experiência militar, jurisdição e obras em função dos interesses da Coroa, especialidades do arquétipo leão, nos fornecendo novamente bases para supor que o conde foi capaz de empregar os dois modelos complementares.

A partir dessas considerações, buscamos analisar alguns de seus relacionamentos no Rio de Janeiro, a fim de demonstrar por meio das fontes do período que D. Álvares da Cunha não permitiu que seus vínculos fossem completamente erodidos. Já conseguimos perceber que tal sentença é verdadeira para seus contatos existentes no Reino, com o exemplo das relações familiares mantidas com os Carvalho e Mello, resta saber sobre o ultramar. Com essa linha de raciocínio em mente, separamos os vínculos selecionados para a análise em subpontos para facilitar a compreensão do leitor. Eles são os seguintes:

- Antônio Francisco de Paula Manoel de Sousa e Meneses, conde de Vila Flor (seu sobrinho, governador de Pernambuco à época);
- João Henrique Böhn (militar);
- Jacques Funck (militar).

Outro indivíduo relevante para as redes de poder e sociabilidades de D. Álvares da Cunha é seu secretário de governo, Alexandre Cardoso de Meneses, referido também como tenente-coronel ajudante da sala, e pertencente ao Regimento de Meneses. Segundo o jornalista Joaquim Manoel de Macedo (1820-1882) e seu *Suplemento do Anno Biographico*, obra a qual já citamos no primeiro subtópico deste capítulo, seu secretário de governo praticou os “maiores abusos”, conseguindo submeter o Conde a um “domínio suave”<sup>304</sup>. Contudo, de acordo com as fontes do período analisadas, não foi possível aferir esta relação de D. Álvares da Cunha. Temos, portanto uma lacuna sobre seu secretário de governo na presente pesquisa, assim como o caso de D. Leonor Josefa, sua esposa, por carência de

304 MACEDO, Joaquim Manuel de. **Suplemento do anno biographico**, Rio de Janeiro, Typographia Perseverança, v. 1, p. 40-45, 1880.

menções aos mesmos nos documentos do Arquivo Histórico Ultramarino aos quais tivemos acesso<sup>305</sup>.

Passemos então a seu sobrinho, Antônio Francisco de Paula Manoel de Sousa e Meneses, conde de Vila Flor, e governador de Pernambuco de 1763 a 1768 – quase o mesmo período temporal durante o qual o conde da Cunha exercia o cargo de vice-rei sediado no Rio de Janeiro. Buscamos expor um quadro compreensível do relacionamento entre os dois, baseado nas documentações do período disponibilizadas pelo Arquivo Histórico Ultramarino.

Pesquisas e trabalhos acadêmicos sobre o governo de Sousa e Meneses são escassos, porém podem ser mais facilmente encontrados no que toca a um ponto específico de sua gestão: seu envolvimento na criação de regimentos militares compostos por homens pardos e pretos. Entre estes trabalhos, temos o de Luiz Geraldo Silva, Fernando Prestes de Souza e Leandro Francisco de Paula, que descreve Sousa e Meneses como “homem da alta nobreza, pouco ilustrado, copeiro mor de D. José I”<sup>306</sup>. Outra obra, de autoria de Antônio Joaquim de Mello, traz uma sinopse mais completa do conde de Vila Flor como “do Conselho de S. M. Fidelíssima e seu Copeiro-mor, Comendador das Comendas de S. Pedro de Calvelos e Santiago, condecorado na Ordem de Cristo, Governador e Capitão General de Pernambuco, Paraíba e mais Capitanias anexas [...]”<sup>307</sup>.

Os conflitos entre portugueses e castelhanos ao sul do Brasil não são o tema central do presente trabalho e as problemáticas militares não recebem a mesma atenção que outros assuntos, porém as missivas remetidas por D. Álvares da Cunha ao seu sobrinho durante a década de 1760 tratam principalmente destas preocupações, devido às já mencionadas questões entre portugueses e castelhanos na região sul da América portuguesa. Não entraremos a fundo na questão das preocupações militares, mas é importante trazer uma destas documentações para ilustrar o vínculo familiar que unia os dois condes, transformando-os em elos significativos das redes de poder e sociabilidades um do outro:

305 Documentações analisadas nos projetos “Perfil social dos governadores da capitania fluminense entre 1711 e 1763” (2019-2020) e “Trajetórias administrativas dos primeiros vice-reis do Estado do Brasil após a transferência da capital para o Rio de Janeiro (1763-1778)” (2020-2021) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Mônica da Silva Ribeiro.

306 SILVA, Luiz Geraldo; SOUZA, Fernando Prestes de; PAULA, Leandro Francisco de. A guerra luso-castelhana e o recrutamento de pardos e pretos: uma análise comparativa (Minas Gerais, São Paulo e Pernambuco, 1775-1777). In: SANTOS, A. C. De A.; DORÉ, A. (Orgs.). **Temas setecentistas: governos e populações no império português**. Curitiba: UFPR\_SCHLA/Fundação Araucária, 2008, p. 6.

307 DE MELLO, Antonio Joaquim. **Biografia de Gervásio Pires Ferreira**. Universidade Federal de Pernambuco, Editora Universitária, 1973, p. 3.

“Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor

Meu Sobrinho e Senhor do meu Coração, não tenho novidades algumas, que escreva agora, mas como parte esta embarcação sempre quero ir buscar as boas novas de vossa Saude, e da Condessa minha sobrinha e Senhora e de vossos filhos, pois a todos desejo o maior bem.

Chegou embarcação da Colônia, e não trás novidades que despertem o nosso susto, mas eu sempre me conservo em desconfiança enquanto não acabar de ver o préstimo que tem as Tropas dos Castelhanos espalhados por aquele território.

Na primeira ocasião que houver vos escreverei com mais largueza, que agora não posso mais que segurar o desejo que me fica de servir-vos.

Deus vos guarde muitos anos. Rio de Janeiro a 28 de Junho de 1765.

Tio que muito vos ama.

Senhor Conde de Vila Flor.

Conde da Cunha.”<sup>308</sup>

Pelo excerto, podemos assumir que o conde de Vila Flor era uma conexão com a qual D. Álvares da Cunha esperava contar para o caso de sua desconfiança contra os castelhanos se tornar uma ameaça real. Em outros documentos, há a solicitação de tropas que pudessem ser enviadas de Pernambuco para auxiliar o Rio de Janeiro em caso de crise, demonstrando que Sousa e Meneses era um elo das redes de poder e sociabilidades do conde da Cunha considerado seguro para ser ativado em caso de necessidade.

Como exemplo, há outro ofício, datado de fevereiro de 1765, no qual ele informa a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que, “em virtude dos possíveis ataques das tropas castelhanas [...] havia solicitado tropas ao [...] governador da capitania de Pernambuco, (conde de Vila Flor, Antônio de Sousa Manoel de Meneses)”<sup>309</sup>. Já que a preocupação central que os envolvia era de caráter militar, podemos enquadrar este elo de poder e sociabilidades tanto no arquétipo de raposa quanto de leão, uma vez que a aliança familiar estava presente, indicando a preservação dos vínculos cortesãos (laços), além do esperado apoio em caso de ataques castelhanos (lobos).

308 Ofício do [vice-rei do Estado do Brasil], [conde da Cunha], [D. Antônio Álvares da Cunha], ao seu sobrinho, o governador e capitão-general de Pernambuco, conde de Vila Flor, [Antônio Francisco de Paula Manoel de Sousa e Meneses], enviando cumprimentos e comentando sobre o permanente estado de alerta das tropas do Rio de Janeiro, em virtude da movimentação militar dos castelhanos nas cercanias da Nova Colônia do Sacramento. 28 de junho, 1765, Rio de Janeiro. AHU, Rio de Janeiro, cx. 81, doc. 53.

309 Ofício do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, informando que, em virtude dos possíveis ataques das tropas castelhanas de D. Pedro de Cevallos ao Rio Grande de São Pedro, ameaçando inclusive a própria cidade do Rio de Janeiro, havia solicitado tropas ao governador da capitania da Bahia, [conde de Azambuja, D. Antônio Rolim de Moura Tavares], e ao governador da capitania de Pernambuco, [conde de Vila Flor, Antônio de Sousa Manoel de Meneses], [...]. 4 de fevereiro de 1765, Rio de Janeiro. AHU, Rio de Janeiro, cx. 80, doc. 47.

Ainda no âmbito das preocupações de ordem bélica, temos os militares João Henrique Böhn e Jacques Funck constituindo vínculos importantes do conde da Cunha que se construíram com sua chegada ao Rio de Janeiro. Se faz importante explicar que as cartas escritas tanto por Funck quanto por Böhn encontradas no banco de dados do Arquivo Histórico Ultramarino se encontram escritas em francês, portanto, os trechos que se encontram eventualmente presentes na pesquisa são de transcrição e tradução nossa.

Segundo Izabela Gonçalves, João Henrique Böhn e Jacques Funck são enviados pela Coroa ao Rio de Janeiro no contexto da problemática militar nas fronteiras ao sul com os castelhanos. A Coroa desejava o melhoramento militar, e para isso, seleciona Böhn e Funck para agirem na nova capital, respectivamente, como general e brigadeiro. O primeiro seria responsável por chefiar as tropas, enquanto o segundo deveria chefiar o corpo de engenheiros e artilheiros.

O principal motivo da seleção dos dois militares foi a experiência dos mesmos em batalhas, das quais participaram na Europa, junto aos seus conhecimentos sobre novas técnicas de guerra empregadas continente europeu. Segundo Vivaldo Coroady, os mesmos militares haviam “dado organização moderna às tropas na metrópole”<sup>310</sup>. Para o conde de Oeiras, as tropas presentes no Rio de Janeiro eram despreparadas e não tinham experiência, o que poderia ser sanado por Böhn e Funk, que apoiariam o vice-rei na proteção e na reorganização militar da cidade<sup>311</sup>.

Henrique Böhn, de origem austríaca, foi encarregado de realizar a inspeção geral das tropas do Estado do Brasil, enquanto Jacques Funck, militar sueco, deveria projetar e construir novas fortificações, além de realizar reparos nas estruturas já existentes. Segundo a autora Maria Fernanda Bicalho, em sua obra *A Cidade e o Império*, tanto Böhn quanto Funck tinham vasta experiência na manutenção das defesas e tropas, tornando a cidade do Rio de Janeiro em um local onde os cargos político-militares eram “ocupados por indivíduos cujas credenciais eram as melhores possíveis, com vasta experiência nos assuntos coloniais e imperiais não só de Portugal, mas das demais potências europeias”<sup>312</sup>.

310 COARACY, Vivaldo. **Memórias da cidade do Rio de Janeiro**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988, p. 391.

311 GONÇALVES, Izabela Gomes. **A sombra e a penumbra: o Vice-reinado do Conde da Cunha e as relações entre centro e periferia no Império Português (1763-1767)**. Niterói, Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, 2010.

312 BICALHO, Maria Fernanda. **A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 193.

Tal noção exposta pela autora serve também para reforçar o que foi tratado no primeiro capítulo sobre a configuração do Rio de Janeiro como ponto estratégico e de sua importância para a Coroa portuguesa, culminando na transferência da capital no mesmo ano em que D. Álvares da Cunha recebe o título de vice-rei, 1763. No mesmo sentido de aprimorar as defesas da capitania, os regimentos portugueses de Moura, Bragança e Estremós foram enviados à cidade, convergindo os esforços régios para a defesa local, e, de acordo com Bicalho, auxiliando a conferir um caráter mais profissional e disciplinado aos Terços e Tropas pagas da cidade<sup>313</sup>.

A preocupação com o estado militar era tão severa que o conde de Oeiras enviava instruções de D. José I para que D. Álvares da Cunha mantivesse boas relações com os militares estrangeiros, tarefa da qual ele se reconhece ciente por meio do trecho de um ofício de outubro de 1767, remetido ao mesmo conde de Oeiras: “me manda Sua Majestade que eu procure ganhar a boa vontade, e afecto deste General [Henrique Böhn], como um homem que aqui se faz tão importante, e tão indispensável em uma semelhante conjuntura para o Real Serviço”<sup>314</sup>. Dessa maneira, temos a constituição de vínculos entre o vice-rei e os especialistas estrangeiros, formados pelas necessidades de conservação do Estado nas quais implicavam seus cargos.

Porém, tal rede de poder e sociabilidades não tarda a ficar estremecida. Na mesma missiva a Sebastião de Carvalho e Mello, D. Álvares relata pequenas indisposições com Henrique Böhn, sob a alegação de que o militar havia se queixado com excesso sobre o pagamento de seu soldo atrasado, junto ao pedido de receber uma sège (assento), criados, libré (tipo de fardamento) e cavalos:

“[como] participo a Vossa Excelência a 8 [de outubro] me mandou dizer o Tenente General Böhm [...], que a ele se lhe vinha prometido além do seu soldo uma sège para a sua pessoa, criados com a sua Libré e Cavalos de Sela, que tudo isto lhe era necessário, e que soubesse ele de mim, quais eram as ordens que eu tinha a este respeito, [...]. A isto respondi que por escrito se me devia fazer esta representação [...].

A resulta deste recado e reposta foi o escrever-me o dito Tenente General no dia 9 [de outubro] a carta de que remeto cópia, “[...], não deixou de me mostrar por então Monsieur Böhm o ficar satisfeito; porém sei que poucos

313 Idem.

314 Ofício do [vice-rei do Estado do Brasil], conde de Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado do Reino e Mercês], conde de Oeiras, [Sebastião José de Carvalho e Melo], sobre a carta entregue pelo tenente-general [João Henrique de] Böhm, solicitando o pagamento de soldo e a dispensa de uma sege para ele, bem como alguns criados, libré e cavalos. 30 de outubro de 1767, Rio de Janeiro. AHU-Rio de Janeiro, cx. 89, doc. 74.

minutos depois se queixou com excessiva paixão, de que se me não participassem as Ordens necessárias para sua subsistência, dizendo que se tinha tido menos cuidado com ele que com toda a mais Tropa, pois que para a formalidade com que a toda ela se devia pagar não houvera esquecimento, e que só dele a não tinha feito caso.”<sup>315</sup>

Buscando remediar o mal-estar do general, D. Álvares da Cunha demonstra a sagacidade esperada de um cortesão: para preservar o agir como leão e não prejudicar a defesa local, o vice-rei lança mão do aspecto de raposa, empregando as amabilidades da corte. Ele informa a Böhn que os seus soldos estavam disponíveis, e que tudo o mais que fora solicitado já se encontrava pronto. Foi mesmo permitido pelo conde que o general selecionasse os cavalos entre o esquadrão da guarda pessoal de D. Álvares da Cunha – segundo a continuação da missiva, Böhn logo “quis ver os cavalos, e entre eles escolheu quatro dos melhores daquele corpo, e muito bons, e fica ao que parece satisfeito”<sup>316</sup>.

Em outra documentação, mais precisamente um ofício, remetido por D. Álvares da Cunha ao conde de Oeiras, também em outubro de 1767, temos outro exemplo de como o vice-rei se esforçou para cumprir as determinações que vinham de Lisboa, a respeito de agradar João Henrique Böhm e apaziguar suas queixas, mantendo o bom funcionamento deste vínculo de suas redes de poder e sociabilidades. No ofício, encontramos mais um emprego do arquétipo vulpino por parte do vice-rei, que trata de instalar Böhm numa casa que ele descreve como “de bom cômodo e de grande gosto”, com um grande jardim. D. Álvares participa ao futuro marquês de Pombal que mandou suprir a residência com comestíveis, ordenando os devidos preparos para que a cozinha pudesse ser prontamente utilizada. Além disso, ele garante sua porta com uma guarda e providencia um leito de “damasco carmesim” equipado com um mosquiteiro, uma vez que os mosquitos aparentemente inquietavam o militar. D. Álvares da Cunha descreve ainda que, para satisfazer o desejo de Böhm de que “se lhe desse tudo o que tenha pedido”, comprou um “riquíssimo” paquebote, “forrado de excelente veludo lavrado”, a custa da Fazenda Real<sup>317</sup>.

315 Ofício do [vice-rei do Estado do Brasil], conde de Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado do Reino e Mercês], conde de Oeiras, [Sebastião José de Carvalho e Melo], sobre a carta entregue pelo tenente-general [João Henrique de] Böhm, solicitando o pagamento de soldo e a dispensa de uma sege para ele, bem como alguns criados, libré e cavalos. 30 de outubro de 1767, Rio de Janeiro. AHU-Rio de Janeiro, cx. 89, doc. 74.

316 Idem.

317 Ofício do [vice-rei do Estado do Brasil], conde de Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado do Reino e Mercês], conde de Oeiras, [Sebastião José de Carvalho e Melo], sobre a forma como foi recebido e instalado o tenente general João Henrique Böhm, conforme o pedido do mesmo. 30 de outubro de 1767, Rio de Janeiro. AHU-Rio de Janeiro, cx. 89, doc. 75.

A sentença parece ser verdadeira no que toca à satisfação do austríaco e, portanto, o triunfo da raposa para resguardar o leão. Na missiva anterior, há ainda outro documento anexo ao do conde da Cunha, escrito pelo próprio Böhn, no qual o militar descreve brevemente o vice-rei como sendo possuidor de uma “grande alma”, chegando mesmo a identificá-lo como seu protetor, e que

“embora não tenha a vantagem de conhecer a imensa extensão do seu Espírito que governa vastos Estados com mais facilidade do que muitos indivíduos governam as suas casas, tenho sempre conhecimento suficiente da magnanimidade do seu Caráter, para saber disso. você é incapaz de me recusar o que eu poderia perguntar sobre esses pontos [pedidos de Böhn]”<sup>318</sup>.

Entretanto, de maneira contraditória e removendo a camada de verniz da aparente satisfação de Böhn, na mesma carta que o vice-rei relata sobre a compra do paquebote, são enunciadas críticas e queixas do austríaco relatadas pelo desembargador procurador da Coroa, Alexandre Nunes Leal. O conde da Cunha escreve ao futuro marquês de Pombal que

“Da tropa se deram cavalos, como em outra parte digo a Vossa Excelência, e me persuado que está satisfeito de mim e que assim o escreveria ele a Vossa Excelência, porém porque eu lhe disse que não tinha ordem de Sua Majestade em que me mandou dar-lhe soldo ou outra alguma coisa, ele se irritou, não na minha presença, mas sim na do referido desembargador [Alexandre Nunes Leal], dizendo que se fazendo caso dele para lhe mandarem pagar os seus soldos, e não sabendo quais eles eram, nem que se lhe mandasse assistir com o mais que se lhe prometera, entendia que vinha preso ou degredado, e o mesmo desembargador me disse que ele repetia estas queixas com tanto excesso, que se arrepelara, e arrancara com as suas mãos o chicote do cabelo, estas mesmas queixas diz que fizera em casa do Brigadeiro Funck, e o Procurador da Coroa o temperou, dizendo-lhe que eu lhe mandava dar tudo o que ele me tinha pedido, e que se os duzentos mil reis lhe não bastavam que ele me falaria, e que se lhe dariam quatro centos mil reis, os quais posso afirmar a Vossa Excelência que lhe não bastaram nesta caríssima terra em que só fruta, e farinha de pão custa com cômodo”<sup>319</sup>.

Sebastião de Carvalho e Mello ressaltava que era importante manter boas relações também com Jacques Funk, por mais que este soubesse se expressar apenas pelo meio do idioma francês. Segundo o trabalho de Gonçalves, Funk estava apto a fornecer grandes colaborações “para aumentar, com baixo custo, as defesas das praças em Portugal”<sup>320</sup>. Para

318 Ofício do [vice-rei do Estado do Brasil], conde de Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado do Reino e Mercês], conde de Oeiras, [Sebastião José de Carvalho e Melo], sobre a carta entregue pelo tenente-general [João Henrique de] Böhn, solicitando o pagamento de soldo e a dispensa de uma sege para ele, bem como alguns criados, libré e cavalos. 30 de outubro de 1767, Rio de Janeiro. AHU-Rio de Janeiro, cx. 89, doc. 74., tradução nossa.

319 Ofício do [vice-rei do Estado do Brasil], conde de Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado do Reino e Mercês], conde de Oeiras, [Sebastião José de Carvalho e Melo], sobre a forma como foi recebido e instalado o tenente general João Henrique Böhn, conforme o pedido do mesmo. 30 de outubro de 1767, Rio de Janeiro. AHU-Rio de Janeiro, cx. 89, doc. 75.

320 GONÇALVES, Izabela Gomes. **A sombra e a penumbra: o Vice-reinado do Conde da Cunha e as relações entre centro e periferia no Império Português (1763-1767)**. Niterói, Dissertação de Mestrado.

este elo das redes de poder e sociabilidades do vice-rei, temos igualmente uma situação de desagrado, por D. Álvares insistir para o conde de Oeiras que

“Este tal Funck tem trabalhado na planta de Villegagnon com tanta preguiça, que até o dia de hoje [1º de novembro de 1767] me não deu completa, e parece-me que tudo nasce de se lhe não assistir com uma mesada tão larga, como ele imaginaria que aqui se lhe havia de dar.

Vossa Excelência me dirá por me fazer mercê o que neste particular devo responder assim a este Oficial, como ao Tenente General, sobre as queixas que publicamente faz de se terem esquecido dele, o que eu não creio; pois me parece que vem mais bem assistido nesta parte do que ele me refere.”<sup>321</sup>

Contudo, por mais que D. Álvares da Cunha não esteja satisfeito com o trabalho de Jacques Funk e sua suposta preguiça, as preocupações dos militares parecem girar em torno do mesmo eixo de questões financeiras, como as requisições referentes ao recebimento e aumento de soldos, justificadas pelos supostos altos preços no Rio de Janeiro. Como forma de sublinhar esse aspecto central para os militares estrangeiros, selecionamos uma das cartas de Funck, endereçadas ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 8 de novembro de 1767:

“Tomo a liberdade de implorar a Sua Excelência que me faça obter o meu salário mais suficiente neste país, do que o de Portugal, pois todas as coisas são muito mais caras do que em Lisboa; e como as tropas que aqui vieram neste momento são pagas de acordo com o Estabelecimento do Brasil implorei o mesmo favor para os dois Capitães [ilegível] que vieram aqui comigo, e novamente se ele quiser Sua Excelência se me favorecesse com [ilegível] de cavalos, eu estaria mais apto a cumprir minhas funções com prontidão, [...]”<sup>322</sup>.

Ainda assim, o militar relata a Mendonça Furtado no mesmo ofício que recebeu uma “nova graça” de Sua Majestade, tendo sido informado pelo vice-rei de que fora nomeado para o cargo de inspetor de artilharia<sup>323</sup>, demonstrando que não estava “esquecido” no Rio de

Universidade Federal Fluminense, 2010, p. 28.

321 Ofício do [vice-rei do Estado do Brasil], conde de Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado do Reino e Mercês], conde de Oeiras, [Sebastião José de Carvalho e Melo], apresentando as queixas dos oficiais de alta patente recém-chegados à capitania, como o caso do brigadeiro Funck, acerca do pagamento de um aumento dos seus soldos, devido às despesas que têm com sua estadia; solicitando instruções acerca da matéria. Anexo: ofício (cópia); Obs.: doc. em francês. 1 de novembro de 1767, Rio de Janeiro. AHU-Rio de Janeiro, cx. 90, doc. 1.

322 Ofício do brigadeiro Jacques Funck ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado], comentando a sua nomeação para o cargo de inspetor de Artilharia, as conclusões do exame realizado às fortalezas do porto do Rio de Janeiro; e solicitando para si e para os capitães que com ele vieram, um soldo superior ao que é pago no Reino, bem como o pagamento da ração para os cavalos. Obs.: doc. em francês. 8 de novembro de 1767, Rio de Janeiro AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 83, D. 7387. Tradução nossa.

323 Idem.



Janeiro, conforme se lê na carta remetida pelo conde da Cunha ao conde de Oeiras, em primeiro de novembro de 1767<sup>324</sup>.

Próximos ao fim deste capítulo, esperamos ter dado argumentos e dados plausíveis, capazes de sustentar nossa argumentação em favor do uso dos dois arquétipos, tanto de raposa quanto de leão, por parte do vice-rei. Os vínculos representados pelos militares estrangeiros Böhn e Funck podem ter sido criados a partir de uma necessidade externa – as ordens vindas do Reino para que o vice-rei cooperasse com eles em favor da proteção militar da cidade do Rio de Janeiro – e terem sofrido momentos de estremecimento e estabilidade, conforme os dois apresentavam suas queixas e o vice-rei tentava remediá-las, porém acreditamos que a sua incorporação e manutenção na escala mais larga das redes e poder sociabilidades do conde da Cunha foram essenciais para que ele pudesse cumprir com as obrigações advindas do cargo de vice-rei, auxiliando-o a manter boas relações com a Coroa e com a corte portuguesas. As ligações em prol da defesa da cidade se mostram preocupações típicas do arquétipo de leão, que busca exercitar a esfera militar, porém, entremeado a esta categoria, temos o arquétipo de raposa, preocupado com o equilíbrio da esfera político-social, demonstrando, portanto a interdependência dos dois âmbitos.

Dessa forma, acreditamos ter demonstrado, de maneira coerente, um equilíbrio entre o uso dos animais de Maquiavel<sup>325</sup> ao longo da gestão de D. Álvares da Cunha, relativizando uma primeira visão de que o aspecto de leão é utilizado quase que em caráter exclusivo pelo conde. Uma vez exposto este novo quadro, podemos seguramente assinalar que este foi o objetivo principal do capítulo relativo ao conde da Cunha.

### 3.4. Considerações

Os anos 1700 foram um período muito importante na história do Rio de Janeiro, marcando uma ascensão da região Centro-Sul dentre os demais territórios ultramarinos portugueses. A descoberta de minérios na década de 1690, notadamente o ouro, serviu para

324 Ofício do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado do Reino e Mercês], conde de Oeiras, [Sebastião José de Carvalho e Melo], apresentando as queixas dos oficiais de alta patente recém-chegados à capitania, como o caso do brigadeiro Funck, acerca do pagamento de um aumento dos seus soldos, devido às despesas que têm com sua estadia; solicitando instruções acerca da matéria. Anexo: ofício (cópia); Obs.: doc. em francês. 1 de novembro de 1767, Rio de Janeiro. AHU-Rio de Janeiro, cx. 90, doc. 1.

325 MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe** (Trad. Roberto Grassi). 6ª ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2011, cap. XVIII, p. 138-141.

impulsionar a influência do Rio de Janeiro e seu porto enquanto uma região-chave, articuladora do Centro-Sul da América portuguesa. Como consequência, a preocupação militar com a cidade e seus arredores por parte da Coroa portuguesa também se vê aumentada, com o medo da possibilidade perdê-la para os franceses, espanhóis e até mesmo para os ingleses, seus aliados.

Com objetivo de mitigar tais preocupações, a Coroa se empenhava para selecionar oficiais régios adequados, capazes de zelar por seus interesses em um território tão valioso. É nesse contexto que se encaixa a seleção de D. Álvares da Cunha para o cargo de vice-rei sediado no Rio de Janeiro, assumindo entre 1763 e 1767, após a morte do administrador anterior, o governador Gomes Freire de Andrada, conde de Bobadela, que governou por três décadas, de 1733 a 1763.

De acordo com análise do autor Dauril Alden para o Marquês do Lavradio, concluímos que a escolha de D. Álvares da Cunha se encaixava no padrão da Coroa portuguesa almejado para seus oficiais: alguém entendido como valoroso, prudente e responsável, com experiência em guerras e sangue nobre, porém não muito jovem<sup>326</sup>. Ele tinha uma grande genealogia aristocrática, como exposto no primeiro subtópico do capítulo, onde exploramos a genealogia dos Cunha nas respectivas obras de Albano da Silveira Pinto<sup>327</sup> e de D. Antônio Caetano de Sousa.<sup>328</sup>

Somado a isso, temos também suas vastas experiências militar, administrativa e diplomática adquiridas em outros cargos, como quando serviu, por exemplo, como Deputado ordinário da Junta dos Três Estados, Conselheiro de Guerra, Tenente General e Capitão de Mar e Guerra da Armada Nacional, Governador e Capitão General da Praça de Mazagão, e do reino d'Angola, além de Embaixador extraordinário à Corte de França, em 1759, segundo o trabalho de Silveira Pinto<sup>329</sup>. Tais cargos já foram anteriormente citados no presente capítulo, porém acreditamos ser importante trazê-los mais uma vez, a fim de perceber que, com tal experiência de circular por tantos espaços a serviço da Coroa portuguesa, é provável que D. Álvares da Cunha fosse um indivíduo não só com perícia governativa, mas também alguém

326 ALDEN, Dauril. **Royal Government in Colonial Brazil: with special reference to the administration of the Marquis of Lavradio, Viceroy, 1769-1779**. California: University of California Press, 1968.

327 PINTO, Albano da Silveira. **Resenha das famílias titulares e grandes de Portugal, diversos tomos**. Lisboa: Empresa Editora de Francisco Arthur da Silva, 1883, p. 502 a 508.

328 SOUSA, D. Antônio Caetano de. **História genealógica da Casa Real portuguesa**. Coimbra: Atlântida Livraria, 1745. t. XI, p. 830 a 832. Disponível em <<https://purl.pt/776/4/>>. Acesso em 10 de janeiro de 2025.

329 Idem.

proficiente no conhecimento das nuances sociais necessário aos cortesãos, como a formação e a manutenção dos vínculos que estruturavam as redes de poder e sociabilidades de um indivíduo.

Assim, retornamos à problemática que temos nas mãos: como nós buscamos, na presente pesquisa, determinar os usos dos arquétipos de Maquiavel – a raposa e o leão – por parte dos dois condes, comparando-os em suas redes de poder e sociabilidades, devemos, em primeiro lugar, suavizar a hipótese inicial de que D. Álvares da Cunha privilegiou o leão no lugar da raposa. Como demonstrado por meio das fontes do período, no segundo e terceiro item pertencente a este capítulo, acreditamos ser possível distinguir momentos nos quais ele navega pelas sutilezas da sociedade de corte, empregando o aspecto vulpino enquanto se esforça para não romper laços importantes no contexto de suas redes de poder e sociabilidades, como no caso em que cede seus cavalos ao militar João Henrique Böhm para evitar indisposições com o mesmo<sup>330</sup>.

Ainda que o vice-rei escreva seu relato de como se encontra malquisto e aborrecido “por todos” no Rio de Janeiro, prestando as devidas explicações a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em ofício de julho de 1767<sup>331</sup>, como ele consegue a mercê de exercer o cargo de presidente do Conselho Ultramarino por duas vezes, acreditamos que a utilização das estratégias da raposa podem ter estado presentes em sua gestão tanto quanto na de Gomes Freire, embora empregada de maneiras diferentes, e mais entrelaçadas com os modos do leão, como fica exposto no mesmo segundo item do capítulo.

Se faz necessário trazer novamente a perspectiva de que não podemos equiparar seus quatro anos de gestão aos trinta exercidos por Gomes Freire, onde este certamente teve mais tempo disponível para granjear alianças e diminuir situações de inimizade. A proporção de 30 para 4 não parece uma medida justa para analisar suas obras, o que novamente serve para suavizar a comparação entre suas redes de poder e sociabilidades. Se tal espaço de tempo

330 Ofício do [vice-rei do Estado do Brasil], conde de Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado do Reino e Mercês], conde de Oeiras, [Sebastião José de Carvalho e Melo], sobre a carta entregue pelo tenente-general [João Henrique de] Böhm, solicitando o pagamento de soldo e a dispensa de uma sege para ele, bem como alguns criados, libré e cavalos. 30 de outubro de 1767, Rio de Janeiro. AHU-Rio de Janeiro, cx. 89, doc. 74.

331 Ofício do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, solicitando a nomeação de seu sucessor, visto ter terminado o seu tempo de serviço, mencionando o seu estado de saúde debilitado e a idade avançada; [...], 7 de julho de 1767, AHU, Rio de Janeiro, cx. 88, doc. 53.

fosse desconsiderado, a comparação entre os dois condes seria um produto grosseiro e impreciso.

Para finalizar nossa argumentação, achamos que seria interessante trazer o parecer sobre o conde da Cunha feito pelo conde de Azambuja, D. Antônio Rolim de Moura Tavares, que assumiu o cargo de vice-rei após o vencimento do mandado de D. Álvares da Cunha. O novo vice-rei, atuante no cargo dos anos de 1768 a 1769, escreve que “o conde de Cunha é certamente de reta intenção, e zelo ardente do serviço de Sua Majestade”<sup>332</sup>.

Por meio desta pequena observação, encontrada em um ofício do conde de Azambuja endereçado ao conde de Oeiras, de 6 de maio de 1768, acreditamos sumarizar as nossas conclusões de que a figura de D. Álvares não terminou seu governo completamente erodida e nem teve sua honra de cortesão despedaçada entre os demais poderes existentes no Rio de Janeiro, mas que, por meio de suas conexões, forjadas no seio das especialidades de raposa, puderam abrir um novo caminho para o conde, desta vez no Reino, no cargo de presidente do Conselho Ultramarino.

332 Ofício do [vice-rei do Estado do Brasil], conde de Azambuja, [D. Antônio Rolim de Moura Tavares] a [secretário de estado do Reino e Mercês], conde de Oeiras, [Sebastião José de Carvalho e Melo], informando o cumprimento da ordem régia que determinava a suspensão do procurador da Coroa [e fazenda] do Rio de Janeiro, Alexandre Nunes Leal, pelas dificuldades que tem em obedecer e fazer cumprir as novas leis do Real Erário; solicitando mais esclarecimentos acerca da matéria. 6 de maio de 1768, Rio de Janeiro. AHU-Rio de Janeiro, cx. 91, doc. 9.

### Considerações finais

Ao longo do período do século XVIII, o Império português conhece dois paradigmas, o corporativista e o individualista. No primeiro, temos a divisão do Estado em órgãos, ou diferentes esferas de poder, com o rei servindo como uma espécie de “cabeça”, que gere o conjunto maior do “corpo”<sup>333</sup>. Já com a transição para o individualismo, por volta da década de 1750, ocorrem mudanças fundamentais nesse sistema, como, por exemplo, a maior racionalidade administrativa adquirida pelo Império luso<sup>334</sup>. Ambos os paradigmas vão se refletir no ultramar, como tratamos ao longo do presente trabalho.

No mesmo período, a cidade do Rio de Janeiro alcança um papel cada vez mais relevante no contexto mais amplo da monarquia pluricontinental, o que, por consequência, gera uma grande circulação de indivíduos entre metrópole e colônia<sup>335</sup>. Tal circulação está intimamente atrelada à economia da mercê, ou seja, a possibilidade de prestar serviços à Coroa e em troca receber títulos e honrarias, na lógica explicitada pelo trinômio “dar, receber e retribuir”<sup>336</sup>. Como explicitado por Virgínia Rau, havia também a possibilidade de constituir fortunas a partir das “tarefas militares e administrativas ultramarinas”<sup>337</sup>, realizadas principalmente por aqueles que pertenciam à nobreza.

A descoberta de minérios nas Minas Gerais, na década de 1690, cede ainda mais influência ao Rio de Janeiro e a seu porto, uma vez que a capitania carioca era um local articulador do centro-sul da América portuguesa. Mais pessoas são atraídas para a região, buscando enriquecer com a atividade mineradora, o que causa preocupações à Coroa ante a perspectiva do contrabando, além de se intensificar o assédio estrangeiro àquela praça, principalmente por parte de franceses e espanhóis. Tal receio se mostra verdadeiro perante os ataques corsários franceses sofridos pelo Rio, entre os anos de 1710 e 1711, como foi o caso da invasão de René Duguay-Trouin, tratada com mais atenção no primeiro capítulo desta dissertação.

333 HESPANHA, Antonio Manuel. O imaginário da sociedade e do poder. **Cultura Jurídica Europeia**. Síntesis de um milênio. Madrid: Tecnos, 2002.

334 XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, Antonio Manuel. A representação da sociedade e do poder. **História de Portugal**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 113-140.

335 FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII. **Tempo**, Niterói: Departamento de História, v. 14, p. 36-50, 2009.

336 BICALHO, Maria Fernanda Baptista. Conquista, mercês e poder local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime. **Almanack brasileiro**, n. 2, p. 21-34, 2005, p. 22.

337 RAU, Virgínia. Fortunas ultramarinas e a nobreza portuguesa no século XVII. In: RAU, V. **Estudos sobre a história econômica e social do antigo regime**. Lisboa: Presença, 1984. p. 1.

É neste contexto de efervescência do Rio de Janeiro, com sua culminância na mudança da cabeça do governo para a região, em 1763, que se encontram os personagens que compõem o tema desta dissertação, Gomes Freire de Andrada e D. Antônio Álvares da Cunha. A crescente preocupação da Coroa com o Rio de Janeiro faz com que esta se empenhe para selecionar oficiais régios considerados capazes para gerir e proteger a capitania, e tanto o governador quanto o vice-rei são escolhidos considerando as qualidades ideais identificadas pelo autor Dauril Alden – ser valoroso, prudente, responsável, ter experiência militar e sangue nobre, sem, contudo, ser muito jovem<sup>338</sup>.

Uma vez feita a análise de suas famílias e trajetórias administrativas, podemos encaixá-los na lógica seletiva da Coroa, de acordo com Alden: os dois indivíduos pertenciam à sociedade de corte do Antigo Regime, possuindo famílias importantes no contexto da aristocracia portuguesa, além de terem experiências, tanto militar quanto administrativa, não sendo também considerados tão jovens quando tomam posse de seus respectivos cargos.

Entretanto, é preciso distinguir os históricos das duas famílias. Segundo as genealogias consultadas<sup>339</sup>, a família de D. Álvares da Cunha estava posicionada em um degrau mais elevado das hierarquias cortesãs, com seu pai sendo considerado “um dos mais aplaudidos fidalgos do seu tempo, porque ele verdadeiramente era ideia de um perfeito cortesão”<sup>340</sup>. Para exemplificar este argumento, selecionamos o cargo de trinchante da Casa Real, entre as diversas posições ocupadas por pai e filho descritas nas genealogias. Segundo Pedro Cardim, os ofícios da Casa real vinham atrelados ao desempenho de determinados serviços, que poderiam ser feitos por oficiais considerados maiores ou menores. O autor detalha que o ofício de trinchante estava entre os maiores da Casa Real, vinculado à esfera da cozinha e mesa. Os cargos de tal categoria eram “aparentemente pouco relevantes em termos políticos”, porém permitiam o “acesso pessoal e direto à pessoa régia e à corte”<sup>341</sup>. Com isso, podemos perceber que a família de D. Álvares da Cunha se encontrava mais próxima das figuras régias do que a família Freire de Andrada e, por consequência, estavam mais bem posicionados na sociedade de corte do Antigo Regime.

338 ALDEN, Dauril. **Royal Government in Colonial Brazil: with special reference to the administration of the Marquis of Lavradio, Viceroy, 1769-1779**. California: University of California Press, 1968.

339 PINTO, Albano da Silveira. **Resenha das famílias titulares e grandes de Portugal, diversos tomos**. Lisboa: Empresa Editora de Francisco Arthur da Silva, 1883, e SOUSA, D. Antônio Caetano de. **História genealógica da Casa Real portuguesa**. Coimbra: Atlântida Livraria, 1745. t. XI, p. 830. Disponível em <<https://purl.pt/776/4/>>. Acesso em 10 de janeiro de 2025.

340 SOUSA, D. Antônio Caetano de. **História genealógica da Casa Real portuguesa**. Coimbra: Atlântida Livraria, 1745. t. XI, p. 830. Disponível em <<https://purl.pt/776/4/>>. Acesso em 10 de janeiro de 2025.

Com a intenção de organizar e sintetizar todas as informações estudadas sobre os dois condes, elaboramos a tabela abaixo, que reúne os aspectos mais relevantes sobre os respectivos ofícios ocupados por eles, períodos de gestão, títulos, cônjuge e os indivíduos que selecionamos como elos de suas redes de poder e sociabilidades.

**Tabela 1 – Principais informações estudadas sobre Gomes Freire de Andrada e D. Antônio Álvares da Cunha durante suas respectivas gestões no Rio de Janeiro**

	Gomes Freire de Andrada	D. Antônio Álvares da Cunha
Período de gestão	1733 a 1763	1763 a 1767
Ofício exercido no Rio de Janeiro	Governador	Vice-rei
Redes de poder e sociabilidades	José Antônio Freire (seu irmão e “braço direito” <sup>342</sup> na administração colonial); José da Silva Paes (militar e engenheiro); José Fernandes Pinto Alpoim (militar e engenheiro).	Antônio Francisco de Paula Manoel de Sousa e Meneses, conde de Vila Flor (seu sobrinho, governador de Pernambuco à época); João Henrique Böhn (militar); Jacques Funck (militar).
Cônjuge	-	D. Leonor Josefa Caetana da Câmara
Título	Conde de Bobadela	Conde da Cunha

Optamos também pela disposição dos dados mais relevantes sobre Gomes Freire e D. Álvares da Cunha na forma de uma tabela pelo motivo de facilitar a comparação entre as duas figuras, suas redes de poder e sociabilidades e sobre o agir como raposa ou como leão, arquétipos de Maquiavel expostos em sua obra, *O Príncipe*<sup>343</sup>.

Durante o período de formulação do projeto de pesquisa, do qual germinou a presente dissertação, foi preciso selecionar os elos que estudaríamos entre as redes de poder e sociabilidades dos dois condes, para, nas palavras de Michel Bertrand, compor uma espécie de “fotografia”<sup>344</sup> que retratasse as pessoas mais relevantes para cada gestão. Desse modo, preferimos escolher indivíduos que tivessem participações significativas nas duas administrações, sendo mencionados em diferentes ofícios e cartas, ou mesmo sendo

341 CARDIM, Pedro. A casa real e os órgãos centrais de governo no Portugal da segunda metade de Seiscentos. *Revista Tempo*, n. 13. Rio de Janeiro: 7Letras, 2002, p. 25.

342 RIBEIRO, Mônica da Silva. *Se faz preciso misturar o agro com o doce: a administração de Gomes Freire de Andrada, Rio de Janeiro e Centro-Sul da América Portuguesa (1748-1763)*. 2010. Niterói, Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, p. 252.

343 MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe* (Trad. Roberto Grassi). 6ª ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2011.

344 BERTRAND, Michel. Del actor a la red: análisis de redes e interdisciplinaridad. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Coloquios*, 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/57505>. Acesso em 21 de novembro de 2024, p. 5.

destinatários ou remetentes nas mesmas missivas. Para não incutir em comparações desproporcionais entre governador e vice-rei, foi necessário também realizar tais escolhas respeitando uma ideia de simetria entre suas redes, o que nos deixou, desse modo, com três elos para cada parte, sendo um deles preenchido por um laço de relações de parentesco.

Contudo, antes de passarmos às comparações entre os dois condes, não podemos deixar de trazer novamente a problemática dos períodos de tempo discrepantes das duas gestões, de 30 anos para Gomes Freire e apenas 4 para D. Álvares da Cunha. Esta informação, se não fosse considerada no presente estudo, poderia induzir a uma comparação inadequada entre os administradores e, portanto, é oportuno lembrá-la.

Dessa forma, a composição e análise de suas redes de poder e sociabilidades não podem ser dissociadas do período temporal decorrido nas suas respectivas gestões. A possibilidade de permanecer no mesmo local por um longo espaço de tempo propicia um campo mais fértil para o desenvolvimento de relações sociais e demais vínculos com outros oficiais régios que possam auxiliar um administrador na governança.

Os vínculos que se estabelecem ignorando a condição de disparidade temporal entre as gestões de Gomes Freire e D. Álvares da Cunha são os de ordem familiar, representados por José Antônio Freire de Andrada e Antônio Francisco de Paula Manoel de Sousa e Meneses, conde de Vila Flor, tratados nos capítulos segundo e terceiro, respectivamente. O primeiro, irmão mais jovem de Gomes Freire e considerado seu “braço direito” na administração colonial por Mônica Ribeiro<sup>345</sup>, foi de grande significância para a administração do conde de Bobadela, agindo como governador interino das capitanias do Rio de Janeiro e das Minas Gerais quando Gomes Freire necessitava se ausentar destas regiões. Já o segundo era sobrinho de D. Álvares da Cunha e governava Pernambuco no mesmo período do vice-reinado do conde da Cunha. Embora Pernambuco fosse mais afastado do Rio de Janeiro, era, apesar disso, uma capitania de grande importância no conjunto da América portuguesa, e o vice-rei contava com o auxílio militar do conde Vila Flor em caso de ataques castelhanos contra a praça carioca, como foi demonstrado no terceiro capítulo, por meio do ofício de 4 de fevereiro de 1765<sup>346</sup>.

345 RIBEIRO, Mônica da Silva. **Se faz preciso misturar o agro com o doce: a administração de Gomes Freire de Andrada, Rio de Janeiro e Centro-Sul da América Portuguesa (1748-1763)**. 2010. Niterói, Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, p. 252.

346 Ofício do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, informando que, em virtude dos possíveis ataques das tropas castelhanas de D. Pedro de Cevallos ao Rio Grande de São Pedro, ameaçando



Embora, à primeira vista, o vínculo de Gomes Freire com seu irmão, José Antônio, possa parecer mais relevante para a governança e, portanto, ser uma adição de maior peso ao quadro das redes de poder e sociabilidades, o elo entre D. Álvares da Cunha e o conde de Vila Flor era igualmente importante. É preciso ponderar que mesmo que Sousa e Meneses se encontrasse geograficamente distante de D. Álvares, ele estava melhor posicionado na hierarquia de ofícios ultramarinos do que José Antônio, sendo capaz de auxiliar o tio ainda que não estivesse fisicamente presente, como, por exemplo, no caso do ofício anteriormente citado, no qual, como governador de Pernambuco, ele estava em posição de poder enviar tropas que socorressem seu tio no possível cenário de uma investida castelhana contra o Rio de Janeiro. A habilidade de Sousa e Meneses de fornecer ajuda militar fazia com ele seguisse tão bem como José Antônio o conceito de redes, nas quais os indivíduos formadores daquela malha de relações sociais estão aptos a intercambiar bens, benefícios e serviços, de acordo com Bertrand<sup>347</sup>.

Assim, acreditamos que os representantes dos elos familiares selecionados para governador e vice-rei podem ser equiparados em seu grau de importância para as redes de poder e sociabilidades dos dois condes, além de ambos se apresentarem como ferramentas governativas, principalmente em relação à conservação do Estado, que era, certamente, um dos feitos mais desejados por todos aqueles que ocuparam os mesmos cargos que Gomes Freire e D. Álvares da Cunha.

Nos atentando aos elos entre os condes e outros oficiais régios analisados ao longo do presente estudo, escolhemos, para a gestão de Gomes Freire, José da Silva Paes e José Fernandes Pinto Alpoim, que eram engenheiros e militares; enquanto para o período de atuação de D. Álvares da Cunha, selecionamos João Henrique Böhn e Jacques Funck, ambos militares. Todos os personagens descritos tiveram seus respectivos graus de participação nas gestões das quais fizeram parte, e foram estudados mais cuidadosamente nos capítulos segundo e terceiro.

inclusive a própria cidade do Rio de Janeiro, havia solicitado tropas ao governador da capitania da Bahia, [conde de Azambuja, D. Antônio Rolim de Moura Tavares], e ao governador da capitania de Pernambuco, [conde de Vila Flor, Antônio de Sousa Manoel de Meneses], [...]. 4 de fevereiro de 1765, Rio de Janeiro. AHU, Rio de Janeiro, cx. 80, doc. 47.

347 BERTRAND, Michel. Del actor a la red: análisis de redes e interdisciplinaridad. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Coloquios**, 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/57505>. Acesso em 21 de novembro de 2024.

No cenário da administração do conde de Bobadela, José da Silva Paes e José Fernandes Pinto Alpoim são figuras essenciais, desempenhando funções principalmente no âmbito da engenharia que se expandem para outras esferas, notadamente a militar, no caso da construção e reparo de fortalezas, e também a da corte, no caso da edificação do Palácio dos Governadores, feita por José Alpoim. Ao se fazerem presentes para auxiliar o governador na questão da defesa da cidade, problemática tão cara aos administradores do Rio de Janeiro no período e à Coroa portuguesa, os militares se destacam como ferramentas governativas eficientes e que não podem ser dissociadas das redes de poder e sociabilidades de Gomes Freire. Ao longo da gestão do mesmo, a importância destes dois vínculos se torna cada vez mais evidente, podendo ser notada, por exemplo, nos casos em que Silva Paes foi encarregado de governar interinamente o Rio de Janeiro em momentos de ausência do governador, assim como José Antônio Freire<sup>348</sup>. Já o destaque de Alpoim encontra seu auge quando este se torna integrante da Junta Governativa – dispositivo responsável pela governança do Rio de Janeiro até que outro oficial régio fosse encaminhado para substituir Gomes Freire –, ao lado do bispo D. Frei Antônio do Desterro e do chanceler da Relação do Rio de Janeiro, João Alberto de Castelo Branco.

Para dar continuidade à ideia de simetria entre as redes de Gomes Freire e D. Álvares da Cunha, fornecendo ao leitor uma comparação proporcional entre ambas, trouxe as figuras de João Henrique Böhn e de Jacques Funck para integrar às redes do conde da Cunha. Segundo Maria Fernanda Bicalho, estes militares tinham grande experiência na manutenção das defesas e tropas<sup>349</sup>, e, no contexto dos atritos com os castelhanos na região sul da América portuguesa, seriam peças fundamentais para a defesa da praça carioca. Até mesmo o conde de Oeiras, Sebastião de Carvalho e Mello, reconhece a importância destes vínculos, destacando que o conde da Cunha deveria manter boas relações com os militares estrangeiros<sup>350</sup>. Ao contribuírem para a manutenção das defesas daquela praça de maneira similar à atuação de

348 Ver “carta do [governador interino do Rio de Janeiro] brigadeiro José da Silva Paes, ao rei [D. João V], expondo as providências tomadas para evitar a extração e descaminho do Ouro da capitania transportado por navios da Frota do Brasil. 10 de maio de 1735, Rio de Janeiro. Anexos: AHU-Rio de Janeiro, cx. 30, doc. 50”.

349 BICALHO, Maria Fernanda. **A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

350 Ofício do [vice-rei do Estado do Brasil], conde de Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado do Reino e Mercês], conde de Oeiras, [Sebastião José de Carvalho e Mello], sobre a carta entregue pelo tenente-general [João Henrique de] Böhm, solicitando o pagamento de soldo e a dispensa de uma sege para ele, bem como alguns criados, libré e cavalos. 30 de outubro de 1767, Rio de Janeiro. AHU-Rio de Janeiro, cx. 89, doc. 74.

José da Silva Paes e José Fernandes Pinto Alpoim, podemos encaixar os personagens no mesmo patamar de conexões essenciais estabelecidas pelos dois condes.

A construção e manutenção dos vínculos expostos para Gomes Freire e para D. Álvares da Cunha nos fornecem também meios de enxergar as características tanto de raposa quanto de leão, que empregaram conforme a necessidade. Para o caso de Gomes Freire, ao encarregar pessoas de sua confiança, como José da Silva Paes, da edificação de fortalezas em Santa Catarina, por exemplo, podemos perceber o aspecto de leão, uma vez que este arquétipo trata da esfera militar, principalmente no tocante a defender-se dos lobos, que identificamos como inimigos ou rivais. Já a raposa, que está presente no seio da sociedade cortesã, pode ser observada por meio de um dos serviços de José Alpoim, notadamente a estruturação do anteriormente mencionado Palácio dos Governadores. Tal edifício permite a Gomes Freire expressar sua honra e prestígio, adequando-se às expectativas da sociedade de corte descritas por Norbert Elias<sup>351</sup>, que esperava que um cortesão vivesse de maneira correspondente ao seu *status* social, e assim ter facilitada a formação e manutenção de alianças e amizades com outras pessoas que desfrutassem dos mesmos privilégios.

No que concerne ao conde da Cunha, apesar de suas “rabugices”<sup>352</sup>, foi possível identificar os dois arquétipos descritos na obra *O Príncipe*<sup>353</sup> em alguns dos contextos que foram expostos ao longo do capítulo terceiro da presente dissertação, ao contrário do que foi argumentado em um trabalho anterior<sup>354</sup>. No presente estudo, podemos perceber que D. Álvares da Cunha pôde desempenhar os dois papéis, mesmo que de maneira sutil. Como cortesão experiente e tendo atuado como governador nas praças de Mazagão e de Angola antes de assumir o ofício de vice-rei do Brasil, não seria possível assumir que ele não tivesse as habilidades necessárias para alternar entre raposa e leão, arquétipos interdependentes. A preocupação central de seu governo residia na defesa local – a ameaça dos ataques castelhanos pairava sobre a cidade do Rio de Janeiro no período – e, portanto, para preservar o âmbito de leão, responsável por obrar em função dos interesses da Coroa portuguesa e

351 ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Lisboa, Estampa, 1987.

352 FAZENDA, José Vieira. **Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, J. Leite, 1921-1927. 5 v. Apud CARVALHO, Carlos Delgado de. **História da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1990, Op. cit. p. 56.

353 MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe** (Trad. Roberto Grassi). 6ª ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2011.

354 SAMPAIO, Isabela Dantas. **Do governador ao vice-rei: a transição da administração de Gomes Freire de Andrada (1733 – 1763) para a de Antônio Álvares da Cunha (1763 – 1767)**, no Rio de Janeiro colonial. Nova Iguaçu: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2022 (trabalho de conclusão de curso).

afastar os inimigos, ele utiliza os elementos de especialidade da raposa, se esquivando dos “laços” para agradar os militares João Henrique Böhn e Jacques Funck, que tinham sido enviados ao Rio de Janeiro exatamente para o propósito de fortalecer as defesas locais, e assim fazê-los cooperar para o melhor funcionamento das diligências que manteriam a cidade segura.

Outro ponto sobre o conde da Cunha que deve ser reiterado é sobre o seu malquistar, também defendido no estudo monográfico anterior<sup>355</sup>. À luz da presente dissertação, com os devidos argumentos reunidos sobre outras visões existentes sobre D. Álvares da Cunha, pôde ser observado que havia aqueles que o benquistavam, como aparentemente o fez o conde de Oeiras, Sebastião de Carvalho e Mello, ao concordar com os casamentos realizados entre as duas famílias, além da citação de Vivaldo Coroacy sobre o vice-rei ter se tornado “benquistado da população que lhe reconhecia a integridade e o espírito de justiça”<sup>356</sup>. A culminância de sua carreira como oficial régio acaba por levá-lo ao posto de Presidente do Conselho Ultramarino<sup>357</sup>, ofício que ocupou duas vezes entre os anos de 1768 e 1783, não deixando espaço para o pensamento de que sua honra ou posição social pudessem ter sido afetadas pelo seu suposto malquistar.

Chegando ao fim do presente trabalho, acreditamos ter conseguido reunir informações, dados e argumentos suficientes para satisfazer o leitor e trazê-lo novamente para perto de nossas conclusões referentes às gestões de Gomes Freire de Andrada e D. Antônio Álvares Cunha, suas respectivas redes de poder e sociabilidades, e a associação de suas atitudes com a proposta de raposa e leão, presentes no livro de Nicolau Maquível, *O Príncipe*<sup>358</sup>, respeitando a diferença do espaço temporal entre as duas administrações.

355 Idem.

356 COARACY, Vivaldo. **Memórias da cidade do Rio de Janeiro**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988, p. 391.

357 Lista de presidentes do Conselho Ultramarino (1643-1833), Arquivo Histórico Ultramarino, linhas 18 e 19. Disponível para consulta em <[https://actd.iict.pt/eserv/actd:CUF007/Lista\\_CU\\_Presidentes.pdf](https://actd.iict.pt/eserv/actd:CUF007/Lista_CU_Presidentes.pdf)>. Acesso em 03 de maio de 2024.

358 MAQUIVEL, Nicolau. **O Príncipe** (Trad. Roberto Grassi). 6ª ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2011.

## Fontes primárias

### Arquivo Histórico Ultramarino

LISTA de presidentes do Conselho Ultramarino (1643-1833), Arquivo Histórico Ultramarino, linhas 18 e 19. Disponível para consulta em [https://actd.iict.pt/eserv/actd:CUF007/Lista\\_CU\\_Presidentes.pdf](https://actd.iict.pt/eserv/actd:CUF007/Lista_CU_Presidentes.pdf). Acesso em 03 de maio de 2024.

INFORMAÇÃO sobre a tomada da cidade do Rio de Janeiro pela esquadra de Duqué Trowin, a inútil resistência do governador da capitania [Francisco de Castro Moraes] e a capitulação da capitania em 20 de outubro de 1711, entregando os moradores aos franceses dinheiro, açúcar e gado. 30 de outubro de 1711, Rio de Janeiro. AHU-Rio de Janeiro, cx. 9, doc. 42.

RELAÇÃO dos rendimentos e das despesas da Fazenda Real do Rio de Janeiro, 1714, AHU, Rio de Janeiro, cx. 10, doc. 22. Em meio à relação, há menção às despesas feitas com a dita obra.

CARTA dos oficiais da Câmara do Rio de Janeiro ao rei [D. João V], queixando-se dos procedimentos do governador Luís Vaia Monteiro e da forma como se dirige a este senado; sendo ultimamente obrigados a esclarecer a queima das arrobas de fumo e informar os rendimentos do contrato do azeite; solicitando providências contra o comportamento abusivo do dito governador. 30 de dezembro de 1730. AHU-Rio de Janeiro, cx. 23, doc. 62.

CARTA dos oficiais da Câmara do Rio de Janeiro ao rei [D. João V], sobre as vexações que sofrem os moradores por ter o governador da capitania, Luís Vaia Monteiro, mandado retirar os guardas que faziam as rondas na dita cidade, pondo em risco a segurança da população. 30 de abril de 1731. AHU-Rio de Janeiro, cx. 24, doc. 63.

CARTA do [desembargador] Manoel da Costa Mimoso, ao rei [D. João V], informando que o governador do Rio de Janeiro, [Luís Vaia Monteiro], continuava a violar a correspondência de pessoas particulares remetidas das capitanias de Minas Gerais e de São Paulo, sob o pretexto de averiguar as suspeitas de descaminho do ouro dos quintos reais, procedendo da mesma forma no caso de duas cartas remetidas ao dito desembargador pelo vice-rei do Estado do Brasil, [conde de Sabugosa, Vasco Fernandes César de Meneses], contrariando as determinações régias; queixando-se ainda que os procedimentos do dito governador acabaram

por influenciar outros ministros daquela capitania, como os oficiais da Ouvidoria, uma vez que também estes abriam a correspondência dos particulares sem o seu consentimento, apresentando como justificação a sua participação no processo de devassa acerca dos descaminhos dos Quintos Reais. 4 de janeiro de 1732, Rio de Janeiro. AHU-Rio de Janeiro, cx. 24, doc. 22.

CARTA do [governador interino do Rio de Janeiro], mestre de campo, Manoel de Freitas da Fonseca, ao rei [D. João V], sobre a doença de gota contraída pelo ex-governador do Rio de Janeiro, Luís Vaía Monteiro e os problemas daí decorrentes, visto ter ficado incapacitado de administrar a capitania [...]. 31 de outubro de 1732, AHU-Rio de Janeiro, cx. 26, doc. 76; cx. 28, doc. 7.

CARTA do secretário do Governo do Rio de Janeiro, José Ferreira da Fonte, ao rei [D. João V], remetendo a lista das cartas escritas pelo ex-governador, Luís Vaía Monteiro, ao Conselho Ultramarino, antes de adoecer gravemente e ser substituído pelo mestre de campo, Manoel de Freitas da Fonseca. 3 de dezembro de 1732, AHU-Rio de Janeiro, cx. 27, doc. 30.

CARTA dos oficiais da Câmara do Rio de Janeiro ao rei [D. João V], sobre a tomada de posse do novo governador e capitão-general desta capitania, Gomes Freire de Andrade, e o falecimento do seu antecessor, Luís Vaía Monteiro, em 19 de Setembro do dito ano. 22 de setembro de 1733, Rio de Janeiro. AHU-Rio de Janeiro, cx. 28, doc. 62.

CARTA do [governador interino do Rio de Janeiro] brigadeiro José da Silva Paes, ao rei [D. João V], expondo as providências tomadas para evitar a extração e descaminho do Ouro da capitania transportado por navios da Frota do Brasil. 10 de maio de 1735, Rio de Janeiro. Anexos: AHU-Rio de Janeiro, cx. 30, doc. 50.

CARTA do [governador do Rio de Janeiro e Minas Gerais], Gomes Freire de Andrade, ao rei [D. João V], sobre os trabalhos de recuperação da fortaleza da Ilha das Cobras, supervisionados pelo brigadeiro José da Silva Paes. Anexos: carta. 11 de agosto de 1738. AHU-Rio de Janeiro, cx. 34, doc. 51.

CARTA do [governador do Rio de Janeiro e Minas Gerais], Gomes Freire de Andrada, ao rei [D. João V], informando o cumprimento da ordem régia que determinava o estabelecimento de uma aula de Artilharia no Rio de Janeiro [...], 9 de janeiro de 1739, Vila Rica, AHU, cx. 35, doc. 32.

CARTA do [governador interino do Rio de Janeiro, brigadeiro] José da Silva Paes, ao rei [D. João V], informando o número de peças de artilharia e munições necessárias para guarnecer as fortalezas do Rio de Janeiro; solicitando o envio das peças encomendadas e necessárias ao bom desempenho das tropas de guarnição daquela capitania. 25 de janeiro de 1739, Rio de Janeiro. AHU-Rio de Janeiro, cx. 36, doc. 23.

CARTA do [provedor da Fazenda do Rio de Janeiro], Francisco Cordovil de Sequeira e Mello ao rei [D. João V], dando conta da determinação do governador Gomes Freire de Andrada mandando fazer a obra de um palácio para sua residência, 7 de novembro de 1744, AHU, Rio de Janeiro, cx. 43, doc. 88.

CARTA do [provedor da Fazenda Real do Rio de Janeiro], Francisco Cordovil de Sequeira e Melo, ao rei [D. João V], informando que por ordem do governador daquela capitania, Gomes Freire de Andrade, e, segundo este, com autorização régia, iniciaram-se as obras do novo palácio para residência dos governadores, nos cômodos da Casa dos Contos e dos Armazéns Reais, transferindo a Casa do Despacho e Armazéns e a Casa de Armas para o palácio antigo, bem como a residência dos provedores da Fazenda, o qual deveria ocupar as dependências disponíveis na Casa dos Contos; informando que o atraso no envio de uma relação das despesas da obra, visto esta não ter sido concluída ainda. 7 de novembro de 1744, Rio de Janeiro. AHU-Rio de Janeiro, cx. 43, doc. 88.

CARTA (2ª via) do governador e capitão-general do Rio de Janeiro, Antônio Gomes Freire de Andrade, ao rei [D. José], remetendo o mapa da Infantaria paga, auxiliares, ordenanças e cavalaria da capitania do rio de Janeiro e respectiva jurisdição, com destaque para os regimentos de Sousa, Alpoim e Azambuja, relacionando todos os postos militares. Anexos: mapa. 24 de maio de 1751, Rio de Janeiro. AHU-Rio de Janeiro, cx. 51, doc. 47.

OFÍCIO do [governador interino do Rio de Janeiro e Minas Gerais], José Antônio de Andrade, ao [secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e Guerra], Sebastião José de Carvalho e Melo, informando a chegada da nau Lampadosa, trazendo a correspondência de Vila Rica, a qual remeteu ao seu destino; informando ter sido chamado para o governo interino de Minas Gerais, na ausência de seu irmão, o governador do Rio de Janeiro [Minas Gerais e São Paulo], Gomes Freire de Andrade, com quem se encontrou nas vésperas do Natal de 1751 em São João d'el Rey; referindo que no fim do mês partirá a nau Lampadosa com destino à Ilha de Santa Catarina. 17 de janeiro de 1752, Rio de Janeiro. AHU-Rio de Janeiro, cx. 52, doc. 2.

REQUERIMENTO do bacharel Lourenço Alvares de Barros, ao rei [D. José], solicitando a mercê da concessão da sesmaria que era de seu pai, o padre João Alvares de Barros, de uma légua de terras em quadra no sertão do Rio do Aguassú (Iguaçu, recôncavo da Baía de Guanabara, Rio de Janeiro), alegando que não encontrava registro das mesmas terras em virtude do cartório ter sido destruído durante a invasão francesa de 1711 (comandada pelo corsário René Duguay-Trouin). 28 de dezembro de 1754, Rio de Janeiro. AHU, Rio de Janeiro, sem cota antiga. AHU\_ACL\_CU\_017, Cx., D. 4846.

OFÍCIO do [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Diogo de Mendonça Corte Real, ao [governador do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo], Gomes Freire de Andrade, parabenizando-o pelo bom desempenho de suas funções; remetendo alguma correspondência para ser entregue ao intendente-geral do ouro do Rio de Janeiro, João Alves Simões; comentando as implicações da demora da resposta de Espanha acerca das campanhas [no Sul do Brasil]; informando com seu parecer acerca do requerimento da madre Jacinta de São José, sendo expedido o decreto do Papa [Bento XIV] autorizando a fundação do convento [de Santa Teresa] no Rio de Janeiro. 12 de setembro de 1755, Lisboa. AHU-Rio de Janeiro, cx. 58, doc. 23.

OFÍCIO do [governador do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo], conde de Bobadela, [Gomes Freire de Andrade], ao [secretário de estado do Reino e Mercês], conde de Oeiras, [Sebastião José de Carvalho e Melo], agradecendo a licença concedida ao senado da Câmara do Rio de Janeiro para colocar um retrato do dito governador na parede da Casa dos Despachos. 21 de fevereiro de 1761, Rio de Janeiro. AHU-Rio de Janeiro. AHU\_ACL\_CU\_17, Cx. 61, D. 5872.

OFÍCIO do [governador do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo], conde de Bobadela, [Gomes Freire de Andrade], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, agradecendo a sua nomeação como vice-rei do Estado do Brasil, e a de seu irmão, José Antônio [Freire de Andrade], para o posto de brigadeiro da província de Trás-os-Montes. 10 de abril de 1762, Rio de Janeiro. AHU-Rio de Janeiro, cx. 70, doc. 36.

OFÍCIO do Conde de Bobadela para o Conde de Oeiras, expondo os motivos que o impediam de cumprir a ordem régia relativa à sua transferência para a Bahia. 12 de abril de 1762. Arquivo Histórico Ultramarino, Rio de Janeiro, Avulsos, cx. 70, doc. 40. Apud BICALHO,



Maria Fernanda. “As noções de *capitalidade* no Rio de Janeiro sob a política pombalina”. In: ARAÚJO, Ana Cristina; CARDOSO, José Luís; MONTEIRO, Nuno Gonçalo; et all. *Op. cit.* p. 263.

OFÍCIO do [governador do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo], conde de Bobadela, [Gomes Freire de Andrade], ao [secretário de estado do Reino e Mercês], conde de Oeiras, [Sebastião José de Carvalho e Melo], comentando a correspondência trocada com o general D. Pedro de Cevallos, e as informações fornecidas pelo governador da praça da [Nova] Colônia [do Sacramento, Inácio Elói de Madureira] acerca dos acontecimentos ocorridos naquele local e a pirataria praticada pelos espanhóis às embarcações portuguesas que navegam no Rio da Prata. 28 de maio de 1762, Rio de Janeiro. AHU-Rio de Janeiro, cx. 71, doc. 6.

OFÍCIO do Bispo do Rio de Janeiro, [D. frei Antônio do Desterro], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, comunicando a morte do governador do Rio de Janeiro [Minas Gerais e São Paulo], conde de Bobadela, Gomes Freire de Andrade, a 1 de Janeiro de 1763; descrevendo a forma como se perdeu a Nova Colônia do Sacramento para os espanhóis, todos os esforços do governador até o dia de sua morte a junta governativa formada para tratar da administração da capitania, em cumprimento das ordens recebidas. 7 de janeiro de 1763, Rio de Janeiro. Anexo: ofícios. AHU-Rio de Janeiro, cx. 72, docs. 2, 1, 8.

OFÍCIO do Bispo do Rio de Janeiro, [D. Frei Antônio do Desterro], ao [secretário de estado do Reino e Mercês], conde de Oeiras, [Sebastião José de Carvalho e Melo], informando a perda da Nova Colônia do Sacramento e o falecimento do governador do Rio de Janeiro, conde de Bobadela, Gomes Freire de Andrade, solicitando um sucessor para o governo do Rio de Janeiro. 15 de janeiro de 1763, AHU, Rio de Janeiro, cx. 72, doc. 8, cx. 70, doc. 79.

OFÍCIO do [chanceler da Relação do Rio de Janeiro], João Alberto de Castelo Branco, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, informando que a correspondência dirigida ao falecido governador do Rio de Janeiro, [conde de Bobadela], Gomes Freire de Andrade, de quem era testamentário, está sendo devolvida aberta pela inadvertência de um de seus companheiros tê-la aberto. 16 de março de 1763, Rio de Janeiro. AHU-Rio de Janeiro, cx. 72, doc. 2.

OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário do estado do Reino e Mercês], conde de Oeiras, [Sebastião José de Carvalho e Melo], acusando o recebimento de cartas de Francisco Xavier de Mendonça Furtado e de Paulo Carvalho de Mendonça com notícias acerca do casamento de seu sobrinho, D. Cristóvão Manoel de Vilhena, com D. Maria Francisca Daun, sobrinha do citado conde de Oeiras, e apresentando congratulações pela aliança entre as duas ilustres famílias. 4 de junho de 1764, Rio de Janeiro. AHU, Rio de Janeiro, cx 77, docs. 63, 64.

OFÍCIO [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre a sua tomada de posse como vice-rei e governador do Rio de Janeiro, tratando da ida do brigadeiro José Fernandes Pinto de Alpoim a Buenos Aires para encetar negociações com o representando espanhol, D. Pedro de Cevallos. 17 de outubro de 1763, Rio de Janeiro. AHU-Rio de Janeiro, cx. 76, doc. 11.

OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, informando que desde o governo do falecido conde de Bobadela, [Gomes Freire de Andrade], a pólvora da praça do Rio de Janeiro era armazenada numa casa na extremidade da Ilha das Cobras e num armazém no bairro da Prainha, com grandes riscos para a segurança dos habitantes, sobretudo durante as tempestades de raios, mencionando que havia ordenado a construção, em caráter de urgência, de duas casas-fortes na Ilha das Pombas, à noroeste da cidade, para armazenagem da pólvora Real e a dos comerciantes. 8 de setembro de 1764, Rio de Janeiro. Anexo: lembrete. AHU, Rio de Janeiro, cx. 79, doc. 2.

OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre as diligências do intendente geral do ouro do Rio de Janeiro, João Tavares de Abreu, acerca do contrabando de ouro e diamantes, provenientes de Minas Gerais, [mencionando o envolvimento e a prisão de negociantes da praça do Rio de Janeiro, tais como Francisco Xavier Teles, Pedro Telmo Lima, além do tanoeiro Bernardo José Ferreira e do tropeiro Francisco de Sousa Braga, todos comprometidos com a venda e o transporte ilegal de ouro, Anexo: ofício. 28 de setembro de 1764, Rio de Janeiro. AHU, Rio de Janeiro, cx. 79, doc. 34.

CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. José, sobre ofício do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], comunicando o estado precário da cadeia da cidade do Rio de Janeiro, superlotada e necessitando de obras urgentes, a ponto de terem sido alojados prisioneiros até no calabouço da Ilha das Cobras e na prisão militar do palácio do vice-rei, [...], 29 de outubro de 1764, AHU, Rio de Janeiro, cx. 79, doc. 41; cx. 77, docs. 58, 60.

OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, informando que, em virtude dos possíveis ataques das tropas castelhanas de D. Pedro de Cevallos ao Rio Grande de São Pedro, ameaçando inclusive a própria cidade do Rio de Janeiro, havia solicitado tropas ao governador da capitania da Bahia, [conde de Azambuja, D. Antônio Rolim de Moura Tavares], e ao governador da capitania de Pernambuco, [conde de Vila Flor, Antônio de Sousa Manoel de Meneses], [...]. 4 de fevereiro de 1765, Rio de Janeiro. AHU, Rio de Janeiro, cx. 80, doc. 47.

CARTA do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, enviando cumprimentos pelo casamento do conde Henrique [José de Carvalho e Mello] com sua sobrinha, estreitando a aliança entre os Cunhas e os Carvalho e Mello, informando que se achava adoentado. 8 de fevereiro de 1765, Rio de Janeiro. AHU, Rio de Janeiro, cx. 80, doc. 45.

OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], [conde da Cunha], [D. Antônio Álvares da Cunha], ao seu sobrinho, o governador e capitão-general de Pernambuco, conde de Vila Flor, [Antônio Francisco de Paula Manoel de Sousa e Meneses], enviando cumprimentos e comentando sobre o permanente estado de alerta das tropas do Rio de Janeiro, em virtude da movimentação militar dos castelhanos nas cercanias da Nova Colônia do Sacramento. 28 de junho, 1765, Rio de Janeiro. AHU, Rio de Janeiro, cx. 81, doc. 53.

OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, enviando cumprimentos e votos de recuperação da sua saúde, e mencionando que também ele padecia de constantes dores nos dentes e na cabeça, em virtude dos defluxos e das condições

insalubres do palácio dos vice-reis no Rio de Janeiro. 16 de abril de 1766, AHU, Rio de Janeiro, cx. 85, doc. 47.

OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, agradecendo o atendimento das solicitações acerca do pagamento dos soldos das tropas da Nova Colônia do Sacramento, bem como das obras nas fortificações da barra do Rio de Janeiro, além da autorização para que pudesse deixar o Palácio do Governo para residir num sítio mais salubre, [...]. 26 de setembro de 1766, AHU, Rio de Janeiro, cx. 86, doc. 32.

OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado do Reino e Mercês], conde de Oeiras, [Sebastião José de Carvalho e Melo], informando que se encontrava bastante debilitado, o que quase o impedia de escrever, mencionando entretanto que durante o seu governo havia mais obras do que todos os seus antecessores juntos [...], 15 de novembro de 1766, AHU, Rio de Janeiro, cx. 86, doc. 44; cx. 84, doc. 1.

OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha] ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, informando que em virtude de ter sido acometido por várias moléstias, com ênfase para a sarna, se encontrava a vários dias de cama e quase impossibilitado de escrever, [...], 4 de dezembro de 1766, AHU, Rio de Janeiro, cx. 86, doc. 54.

OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, informando o sofrimento provocado pela doença de sarna que padecia; mencionando o lançamento ao mar da nau São Sebastião na noite de lua nova, bem como o andamento das obras de adaptação do antigo Colégio dos Jesuítas no Morro do Castelo para servir de nova residência ao palácio de governo; [...], 8 de Janeiro de 1767, AHU, Rio de Janeiro, cx. 87, doc. 45-A.

CARTA do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, informando o seu débil estado de saúde; mencionando que a nau São Sebastião, construída no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, seria lançada ao mar em fins de janeiro, [...] referindo o lento avanço das obras de adaptação do prédio do antigo Colégio dos Jesuítas no Morro do

Castelo para residência do palácio de governo. 8 de janeiro de 1767, Rio de Janeiro, AHU, cx. 87, doc. 2.

OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, informando a conclusão das obras de ampliação da Fortaleza de São João e dos melhoramentos da Fortaleza do Trem; mencionando ainda o bom andamento das reformas do antigo Colégio dos Jesuítas no Morro do Castelo, adaptando-o para a nova residência de governo, denominado como palácio de São Sebastião [...], 8 de março de 1767, AHU, Rio de Janeiro, cx. 87, docs. 56, 20.

OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, solicitando a nomeação de seu sucessor, visto ter terminado o seu tempo de serviço, mencionando o seu estado de saúde debilitado e a idade avançada; [...], 7 de julho de 1767, AHU, Rio de Janeiro, cx. 88, doc. 53.

OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, [...] mencionando a necessidade do recrutamento de oficiais e soldados naturais da própria capitania, sobretudo das vilas e povoados do recôncavo daquela cidade, alegando que muitos homens sadios se ordenavam clérigos para se evadirem do serviço militar; sugerindo o aumento dos soldos e melhor controle do número de religiosos naquela capitania. 27 de Julho de 1767, Rio de Janeiro. AHU-Rio de Janeiro, cx. 88, doc. 66.

OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde de Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado do Reino e Mercês], conde de Oeiras, [Sebastião José de Carvalho e Melo], sobre a carta entregue pelo tenente-general [João Henrique de] Böhm, solicitando o pagamento de soldo e a dispensa de uma sege para ele, bem como alguns criados, libré e cavalos. 30 de outubro de 1767, Rio de Janeiro. AHU-Rio de Janeiro, cx. 89, doc. 74.

OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde de Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado do Reino e Mercês], conde de Oeiras, [Sebastião José de Carvalho e Melo], sobre a forma como foi recebido e instalado o tenente general João Henrique Böhm, conforme o pedido do mesmo. 30 de outubro de 1767, Rio de Janeiro. AHU-Rio de Janeiro, cx. 89, doc. 75.

OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde de Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado do Reino e Mercês], conde de Oeiras, [Sebastião José de Carvalho e Melo], apresentando as queixas dos oficiais de alta patente recém-chegados à capitania, como o caso do brigadeiro Funck, acerca do pagamento de um aumento dos seus soldos, devido às despesas que têm com sua estadia; solicitando instruções acerca da matéria. Anexo: ofício (cópia); Obs.: doc. em francês. 1 de novembro de 1767, Rio de Janeiro. AHU-Rio de Janeiro, cx. 90, doc. 1.

OFÍCIO do brigadeiro Jacques Funck ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado], comentando a sua nomeação para o cargo de inspetor de Artilharia, a conclusão do exame realizado às fortalezas do porto do Rio de Janeiro; e solicitando para si e para os capitães que com ele vieram, um soldo superior ao que é pago no Reino, bem como o pagamento da ração para os cavalos. Obs.: doc. em francês. 8 de novembro de 1767, Rio de Janeiro AHU\_ACL\_CU\_017, Cx. 83, D. 7387.

OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde de Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, comunicando a chegada de seu sucessor o novo vice-rei, conde de Azambuja [D. Antônio Rolim de Moura Tavares]. 19 de novembro de 1767, Rio de Janeiro. AHU-Rio de Janeiro, cx. 90. doc. 38.

OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde de Azambuja, [D. Antônio Rolim de Moura Tavares] a [secretário de estado do Reino e Mercês], conde de Oeiras, [Sebastião José de Carvalho e Melo], informando o cumprimento da ordem régia que determinava a suspensão do procurador da Coroa [e fazenda] do Rio de Janeiro, Alexandre Nunes Leal, pelas dificuldades que tem em obedecer e fazer cumprir as novas leis do Real Erário; solicitando mais esclarecimentos acerca da matéria. 6 de maio de 1768, Rio de Janeiro. AHU-Rio de Janeiro, cx. 91, doc. 9.

### Referências bibliográficas

ALDEN, Dauril. **Royal Government in Colonial Brazil: with special reference to the administration of the Marquis of Lavradio, Viceroy, 1769-1779**. California: University of California Press, 1968. p. 3-4.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

BARROS, José D'Assunção. **História Comparada**. Petrópolis: Vozes, 2014.

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra-Capa Livraria, 2000.

BERTRAND, Michel. Del actor a la red: análisis de redes e interdisciplinaridad. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos, Coloquios, 2009**. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/57505>. Acesso em: 21 de novembro de 2024.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. O urbanismo colonial e os símbolos do poder: o exemplo do Rio de Janeiro nos séculos XVII e XVIII. **Estudos ibero-americanos**, vol. XXIV, n. 1, 1998.

\_\_\_\_\_, Maria Fernanda Baptista. A Cidade do Rio de Janeiro e a Articulação da Região em torno do Atlântico-Sul: Séculos XVII e XVIII. **Revista de História Regional**, 1998.

\_\_\_\_\_, Maria Fernanda. **A cidade e o império: o Rio de Janeiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

\_\_\_\_\_, Maria Fernanda Baptista. Conquista, mercês e poder local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime. **Almanack braziliense**, n. 2, p. 21-34, 2005, p. 22.

\_\_\_\_\_, Maria Fernanda. O Rio de Janeiro no século XVIII: A transferência da capital e a construção do território centro-sul da América portuguesa. **URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade**, Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 1-20, 2006.

\_\_\_\_\_, Maria Fernanda. “As noções de *capitalidade* no Rio de Janeiro sob a política pombalina”. In: ARAÚJO, Ana Cristina; CARDOSO, José Luís; MONTEIRO, Nuno Gonçalo; et all. 2007.

\_\_\_\_\_, Maria Fernanda; MONTEIRO, Nuno. As instituições civis da monarquia portuguesa na Idade Moderna: centro e periferia do império. In: **Monarquias ibéricas em perspectiva comparada (séculos XVI-XVIII):** dinâmicas imperiais e circulação de modelos políticos-administrativos. Lisboa: ICS – Imprensa de Ciências Sociais, p. 209 236, 2018.

BOXER, Charles Ralph. **A idade de ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

CARDIM, Pedro. A casa real e os órgãos centrais de governo no Portugal da segunda metade de Seiscentos. *Revista Tempo*, n. 13. Rio de Janeiro: 7Letras, 2002.

CARVALHO, Carlos Delgado de. **História da Cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1990.

COARACY, Vivaldo. **Memórias da cidade do Rio de Janeiro.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

CUNHA, Mafalda Soares da, Governos e governantes do Império Português do Atlântico (século XVII), in Maria Fernanda Bicalho e Vera Lúcia Amaral Ferlini (org.), **Modos de Governar. Ideias e Práticas Políticas no Império Português (séculos XVI-XIX)**, São Paulo, Alameda, 2005, pp. 69-92. ISBN: 85-98325-16-3.

DE MELLO, Antonio Joaquim. **Biografia de Gervásio Pires Ferreira.** Universidade Federal de Pernambuco, Editora Universitária, 1973.

DUGUAY-TROUIN, René. **Mémoires de Duguay-Trouin.** Paris, Foulcault, 1829.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte.** Lisboa, Estampa, 1987.

ENCICLOPÉDIA ABRIL CULTURAL. **Mitologia**, v. 1 e v. 2. 2ª ed. São Paulo: Victor Civita, 1976.

FARIA, Ernesto. **Dicionário Latino-Português.** Belo Horizonte: Livraria Garnier, 2003.

FAZENDA, José Vieira. **Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, J. Leite, 1921-1927.



FRAGOSO, João et al. **A economia colonial brasileira:(séculos XVI-XIX)**. São Paulo: Atual, 2005.

\_\_\_\_\_, João; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI-XVIII. **Tempo**, Niterói: Departamento de História, v. 14, p. 36-50, 2009.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Visões do Rio de Janeiro colonial: antologia de textos (1531-1800: antologia de textos (1582-1808)**. Rio de Janeiro: EdUERJ: José Olympio, 2000.

GONÇALVES, Izabela Gomes. **A sombra e a penumbra: o Vice-reinado do Conde da Cunha e as relações entre centro e periferia no Império Português (1763-1767)**. Niterói, Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense, 2010.

HESPANHA, Antonio Manuel. **As vésperas do Leviathan, instituições e poder político**. Portugal – século XVII. Coimbra, Almedina, 1994.

\_\_\_\_\_, Antonio Manuel. O imaginário da sociedade e do poder. In: **Cultura Jurídica Europeia**. Síntesis de um milénio. Madrid: Tecnos, 2002.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **História do Rio de Janeiro: do capital comercial ao industrial e financeiro**, vol. 1. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

MACEDO, Joaquim Manuel de. **Suplemento do anno biographico**, Rio de Janeiro, Typographia Perseverança, v.1, p. 40-45, 1880.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe** (Trad. Roberto Grassi). 6ª ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2011.

MELLO, Christiane. Guerra e sociedade: a situação militar do Rio de Janeiro no Vice-Reinado do Conde da Cunha, 1763-1767. **Topoi** (Rio de Janeiro), v. 5, p. 54-81, 2004.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas. “A consolidação da dinastia de Bragança e o apogeu do Portugal Barroco: centros de poder e trajetórias sociais (1688 – 1750)”. In: TENGARRINHA, José (org.). **História de Portugal**. São Paulo: UNESP, 2001.

\_\_\_\_\_, Nuno Gonçalo. O 'Ethos' Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. **Almanack braziliense**, n. 2, p. 4-20, 2005.

PINTO, Albano da Silveira. **Resenha das famílias titulares e grandes de Portugal, diversos tomos**. Lisboa: Empresa Editora de Francisco Arthur da Silva, 1883.

RAMINELLI, Ronald. Nobreza e riqueza no Antigo Regime ibérico setecentista. **Revista de História (São Paulo)**, p. 83-110, 2013.

RAU, Virgínia. Fortunas ultramarinas e a nobreza portuguesa no século XVII. In: RAU, V. **Estudos sobre a história econômica e social do antigo regime**. Lisboa: Presença, 1984. p. 29-33.

RIBEIRO, Mônica da Silva. **Se faz preciso misturar o agro com o doce: a administração de Gomes Freire de Andrada, Rio de Janeiro e Centro-Sul da América Portuguesa (1748-1763)**. Niterói, Tese de Doutorado. Universidade Federal Fluminense, 2010.

\_\_\_\_\_, Mônica da Silva. **“Razão de Estado” e Administração: Gomes Freire de Andrada no Rio de Janeiro, 1733-1748**. Niterói, Dissertação de Mestrado, PPG em História da Universidade Federal Fluminense, 2006.

RUSSELL-WOOD, Anthony John R. Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. **Revista brasileira de história**, v. 18, 1998, p. 191 e 192.

SAMPAIO, Isabela Dantas. **Do governador ao vice-rei: a transição da administração de Gomes Freire de Andrada (1733 – 1763) para a de Antônio Álvares da Cunha (1763 – 1767), no Rio de Janeiro colonial**. Nova Iguaçu: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2022 (trabalho de conclusão de curso).

SILVA, Luiz Geraldo; SOUZA, Fernando Prestes de; PAULA, Leandro Francisco de. A guerra luso-castelhana e o recrutamento de pardos e pretos: uma análise comparativa (Minas Gerais, São Paulo e Pernambuco, 1775-1777). In: SANTOS, A. C. De A.; DORÉ, A. (Orgs.). **Temas setecentistas: governos e populações no império português**. Curitiba: UFPR\_SCHLA/Fundação Araucária, 2008.

SIQUEIRA E SÁ, Manuel Tavares de (org). **Júbilos da América na gloriosa exaltação e promoção do ilustríssimo senhor Gomes Freire de Andrade**: Coleção das obras da academia dos seletos, que na cidade do Rio de Janeiro se celebrou em obséquio e aplauso do dito excelentíssimo herói. Lisboa, Portugal: Oficina de Manuel Álvares Solano, 1754.

SOUZA, D. Antônio Caetano de. **História genealógica da Casa Real portuguesa**. Coimbra: Atlântida Livraria, 1745. t. XI, p. 830 a 832. Disponível em <<https://purl.pt/776/4/>>. Acesso em 10 de janeiro de 2025.

TORGAL, Luís de Manuel Soares Reis e RALHA, Raffaella Longobardi. João Botero. **Da Razão de Estado**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1992.

XAVIER, Ângela Barreto; HESPANHA, Antonio Manuel. A representação da sociedade e do poder. **História de Portugal**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 113-140.